

Os flutuantes dos lagos urbanos do Solimões

Dinâmica espacial e territorialidade flutuante



Kristian Oliveira de Queiroz

Os flutuantes dos lagos urbanos do Solimões

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

Cleinaldo de Almeida Costa
Reitor

Cleto Cavalcante de Souza Leal
Vice-Reitor

*editora***UEA**

Maristela Barbosa Silveira e Silva
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Secretária Executiva

Sindia Siqueira
Editora Executiva

Samara Nina
Produtora Editorial

Maristela Barbosa Silveira e Silva (Presidente)

Allison Marcos Leão da Silva

Almir Cunha da Graça Neto

Manoel Luiz Neto

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho

Jair Max Furtunato Maia

Mário Marques Trilha Neto

Silvia Regina Sampaio Freitas

Jucimar Maia da Silva Junior

Conselho Editorial

KRISTIAN OLIVEIRA DE QUEIROZ

Os flutuantes dos lagos urbanos do Solimões

Dinâmica espacial e territorialidade flutuante



Clarice Almeida
Raquel Maciel
Projeto Gráfico

Sindell Amazonas
Wesley Sá
Revisão

Clarice Almeida
Raquel Maciel
Samara Nina
Diagramação

Samara Nina
Finalização

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Estado do Amazonas

Q3f
2022

Queiroz, Kristian Oliveira de
Os flutuantes dos lagos urbanos do Solimões: dinâmica espacial e territorialidade flutuante [recurso eletrônico] / Kristian Oliveira de Queiroz. – Manaus (AM): Editora UEA, 2022.

122 p.: il., color.

ISBN 978-65-80033-35-5

Inclui bibliografia

1. Bacia do rio Solimões. 2. Formas espaciais flutuantes. 3. População ribeirinha. I. Título.

CDU:1997 – 556.51(811.3)



*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Produtividade Acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e ao Escritório Geográfico-Ambiental (EGA) do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST) pelo apoio na realização desta leitura geográfica dos flutuantes dos lagos das principais cidades do Médio Solimões.

*“Não serão as palavras e os sons os arco-íris e as pontes ilusórias
entre as coisas eternamente separadas?”*

Friedrich Wilhelm Nietzsche

Para Katarina Tanara!
Presente do Infinito e fonte de *Luz, Alegria e Amor!*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
A VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS LAGOS URBANOS DO SOLIMÕES	16
O lago urbano de Tefé: dos espectros urbanos à urbanidade fluvial	21
A DINÂMICA DAS FORMAS ESPACIAIS FLUTUANTES DO LAGO URBANO DE TEFÉ	41
Ribeirinhos urbanos - as estruturas e as funções flutuantes do lago urbano de Tefé	44
Organização espacial flutuante - os processos e formas espaciais do lago urbano de Tefé	56
O SISTEMA ESPACIAL FLUTUANTE das formas espaciais solidárias e hierárquicas	71
O lago urbano de Coari e suas formas espaciais flutuantes hierárquicas	78
Dos processos e formas espaciais do lago urbano de Coari	85
TERRITORIALIDADE FLUTUANTE E CENTRALIDADE FLUVIAL	94
As dinâmicas externas dos agentes espaciais flutuantes do lago urbano de Tefé	97
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	113
SOBRE O AUTOR	120

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de grande parte das principais cidades do mundo possui uma semelhança: todas se realizaram nas proximidades de um rio. A evolução de núcleos populacionais estabelecidos tanto na foz quanto em posições estratégicas de extensão fluvial promoveu o abastecimento hídrico para a produção agrícola, o deslocamento de pessoas e mercadorias e a fluidez de ideias e informações.

Na Amazônia, esta condição dos assentamentos e desenvolvimento de centros humanos não foi diferente; os núcleos urbanos se desenvolveram a partir das posições estratégicas dos rios na maior bacia fluvial do mundo, a do rio Amazonas. O maior rio do mundo em volume d'água recebe o nome de rio Solimões logo após deixar o território peruano, onde nasce, e entrar no Brasil percorrendo 1.620 quilômetros de Tabatinga até as proximidades de Manaus; nesse trecho o rio se mistura ao rio Negro onde assume oficialmente o nome batizado por Francisco de Orellana em homenagem às mulheres guerreiras da lenda grega, Amazonas (QUEIROZ, 2019a).

Na bacia do rio Solimões no Amazonas, os seus afluentes, igarapés, paranás e lagos assumem contextos e funcionalidades espaciais diversas, tais como: via de transporte fluvial de acesso aos lugares e cidades, zonas portuárias, áreas de pesca, locais de entretenimento e habitação, etc. No entanto, nas últimas décadas, com o aumento da população e a expansão da rede urbana, porções do espaço fluvial das orlas de cidades de Tefé e Coari, centros urbanos com posição e papel estratégico na rede de circulação regional no rio Solimões, foram ocupados por estruturas espaciais tradicionais amazônidas, os flutuantes.

Essas casas flutuantes construídas de madeira ou de ferro admitem e exercem funções domiciliares, institucionais, comerciais e de serviços; atuando como agentes espaciais flutuantes em uma pequena parcela dos rios Tefé e Coari; fração fluvial da cidade que em razão de sua proximidade e participação dos seus agentes flutuantes à dinâmica da rede urbana é reconhecida como “lagos urbanos”.

Os flutuantes enquanto objetos técnicos que buscam aprimorar suas funções no lago urbano a partir das ações de agentes espaciais locais representam “formas geográficas”, ou seja, “objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado” (SANTOS, 1996, p. 252). Desta maneira, o lago urbano se configura como um subespaço da cidade em que formas geográficas flutuantes efetuam o papel de residências, instituições públicas civis e militares, entidades civis, postos de combustíveis flutuantes (pontões), comércios atacadistas e varejistas, armazéns ou depósitos; atracadouros,

bares e restaurantes, oficinas de motores e fabricação de peças, igrejas, fábricas de gelo, frigoríficos pesqueiros, terminais portuários, etc.

Sob esta contextualização, pretende-se conhecer e discutir o papel que os flutuantes do lago urbano de Tefé e do lago urbano de Coari efetuam para o desenvolvimento regional e a integração territorial nesta fração da formação socioespacial brasileira (Figura 1).

Figura 1 – Flutuantes do lago urbano de Tefé



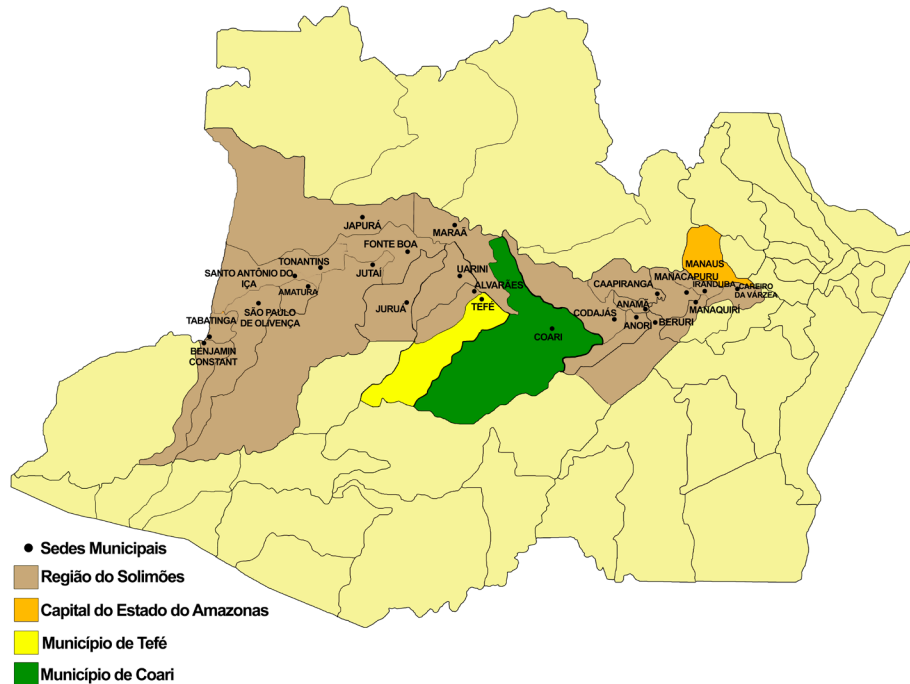
Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Os arranjos provenientes das formas geográficas flutuantes nos lagos urbanos se configuram como formas espaciais resultantes de processos do espaço que se apropriam de condicionantes sociais e culturais vinculados a uma “dialética espacial” (SILVEIRA, 1999a, p. 400); ou seja, a fricção de objetos e formas pertinentes às divisões sociais e econômicas do trabalho de diferentes tempos. Estruturas, funções, processos e formas atribuem aos lagos urbanos uma dinâmica apta a prover relações úteis à economia, à sociedade e ao território.

A hipótese de que a dinâmica das formas espaciais flutuantes no lago urbano de Tefé é solidária às repercussões econômicas e sociais que corroboram para o desenvolvimento regional e a integração territorial orienta este trabalho. Assim como dirige este estudo o pressuposto de que sob um parâmetro comparativo com Tefé formas espaciais flutuantes hierárquicas

do lago urbano de Coari são submetidas às dinâmicas de uma solidariedade organizacional que pouco repercute a promoção destes vetores socioespaciais, pois agem com maior vigor na produção de uma integração funcional em detrimento da integração territorial na região (Figura 2).

Figura 2 – Os territórios de Tefé e Coari, as maiores cidades da Região do Solimões no Amazonas



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A carência ou ausência de técnicas, de ações, de objetos, de vontade, de informações, de políticas, de pessoas, pode definir os lugares. Nos espaços letárgicos de tempos esparsos amazônidas (QUEIROZ, 2017) longe dos interesses do grande capital, as formas espaciais e os arranjos territoriais projetados pelos processos espaciais vigentes denotam maneiras alternativas de organização do espaço. Nessa região constituída por rios gigantes como o Solimões, o Juruá e o Japurá, se estabelecem formas espaciais flutuantes úteis à circulação de cidades como Tefé e Coari, distantes dos grandes centros econômicos e de decisões políticas do país. Neste sentido, Silveira (1999a, p. 446) discute que:

Os *lugares* não podem, assim, ser definidos exclusivamente pela *presença*, mas também pela *ausência* do ser. Eis a sua força, porque, na medida em que não substantivam a sociedade dita moderna, os lugares se tornam mais aptos a acolher outras manifestações da sociedade, outras formas de existência próprias de outras racionalidades (SILVEIRA, 1999a, p. 446).

Manifestações e racionalidades próprias do contexto amazônida se desenvolveram para abrigar infraestruturas adaptadas, instituições

floresta equatorial do mundo admitir Unidades de Conservação e Terras Indígenas; isto corrobora para a inexistência de rodovias, ferrovias, assim como cidades com baixa urbanização e restrita centralidade (BECKER, 2007, p. 95). Esse “estado-floresta” amazônica (QUEIROZ, 2017, p. 101) se submete à complexidade vinculada aos inúmeros gargalos administrativos, técnicos e próprios das características naturais da selva que dificultam a circulação e o desenvolvimento de meios de produção; representando razões para a emergência e o aprimoramento de adaptações técnicas relacionadas às maneiras alternativas de apropriação das águas, assim como para a produção de espaços de fluxos que atendem aos impactos de ampliação da rede urbana.

Sob essas circunstâncias territoriais e políticas, os lagos urbanos do Solimões representam para as cidades da região zonas intermediárias entre o externo e o interno, entre o rural e o urbano, lugar onde atuam objetos técnicos adaptados para admitir funções urbanas decorrentes da expansão das atividades da cidade para os seus respectivos setores fluviais. De acordo com os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no intervalo de 44 anos a população **urbana** de Tefé, maior centro urbano dessa região, cresceu de forma significativa (Tabela 1). Os impactos populacionais da cidade provocaram a ampliação da rede urbana de forma precária via a apropriação de frações periféricas do centro urbano e o aumento do mercado consumidor.

Tabela 1 – Evolução da população **urbana** tefeense segundo o IBGE

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Habitantes	7.822	15.797	39.057	47.698	50.069

Fonte: Disponível em: www.ibge.gov.br. Organizado pelo autor.

Como quinta maior população do estado do Amazonas, Tefé como Cidade Média (TOURINHO, 2011) exerce um papel de gestão territorial diferente em relação às outras cidades com populações maiores (Tabela 2). Essas Cidades Locais, com exceção de Parintins, pertencem à Região Metropolitana de Manaus (RMM) e não admitem responsabilidades territoriais de maior envergadura socioespacial como Tefé.

Tabela 2 – As maiores populações urbanas do Amazonas

Ordem	Município	População Censo 2010	População Urbana	Porcentagem Urbana	População Rural	Porcentagem Rural
1	Manaus	1.802.525	1.713.416	99,49%	9.109	0,51%
2	Parintins	102.066	69.905	68,49%	32.161	31,51%
3	Itacoatiara	86.840	58.175	66,99%	28.665	33,01%
4	Manacapuru	85.144	60.178	70,68%	24.966	29,32%
5	Tefé	61.453	50.069	81,55%	11.384	18,45%
6	Coari	75.909	49.651	65,39%	26.314	34,61%

Fonte: Censo 2010/IBGE. Organizado pelo autor.

Contudo, o impacto da atuação deste aumento populacional propiciou a ocupação de áreas fluviais das cidades resultando no crescimento do número de flutuantes nas orlas de muitos núcleos urbanos. Desde 1976, quando o primeiro posto de combustíveis flutuante iniciou suas atividades de abastecimento das embarcações do transporte fluvial e local no lago urbano de Tefé (QUEIROZ, 2018c), a busca do aprimoramento do espaço para atender as novas demandas e exigências provenientes dos fluxos motivou muitos agentes espaciais da cidade. Logo, os pontões se posicionaram em determinados setores no lago urbano de Tefé para melhor atender a demanda, enquanto flutuantes domiciliares e comerciais também foram se adequando em outros setores próximos à orla ou de escolas e hospitais na “beira”² de algum bairro da cidade. Em seguida, áreas sociais, de serviços especializados, centralizadas ou de segregação residencial, entre outras formas espaciais, foram sendo delineadas a partir do impacto dos processos espaciais na organização do espaço no lago urbano.


Com base nisso, o papel dos flutuantes pode ser lido a partir da dinâmica que as formas espaciais resultantes de seus arranjos no lago urbano de Tefé se realizam. Dessa maneira, o método deste trabalho se baseia na classificação dos processos e formas espaciais efetuados por Corrêa (2002); na leitura dos espectros urbanos de Lefebvre (1999) e suas reflexões sobre a cidade; nas situações geográficas e condições espaciais provenientes de arranjos territoriais que serão discutidos com base nas argumentações de Silveira (1999a; 1999b); bem como nas bases conceituais de formas e objetos geográficos e seus respectivos impactos na integração, na produtividade e na especialização do espaço absorvidos sob a luz do olhar geográfico de Santos (1985; 1996; 2000).

A metodologia deste trabalho foi dirigida por intermédio do trabalho de campo nos lagos urbanos de Tefé e Coari; a mensuração dos flutuantes e identificação dos processos espaciais que se realizam nos lagos urbanos foi direcionada com o objetivo de verificar o papel das formas geográficas flutuantes no gerar de uma produtividade espacial e uma especialização do espaço. Por conseguinte, foram encaminhados em alguns setores do lago urbano de Tefé e Coari questionários para aquisição de dados primários bem como entrevistas foram realizadas com os membros da comunidade flutuante (catraieiros, moradores, funcionários de firmas flutuantes, usuários dos meios de transportes regional e local no lago urbano, etc.); visitas às principais instituições atuantes no lago urbano de Tefé foram feitas para levantamento de informações da dinâmica espacial flutuante como a: Capitania dos Portos; Secretarias Municipais de: Saúde, Administração e Finanças, Meio Ambiente e Vigilância Sanitária; Polícia Militar; associações de catraieiros, de pescadores e frigoríficos e proprietários de postos de combustíveis flutuantes (pontões). Reuniões foram realizadas com os mesmos fins de levantamento de dados em Coari na Secretaria Municipal

² Nome regional direcionado à “orla” do rio.

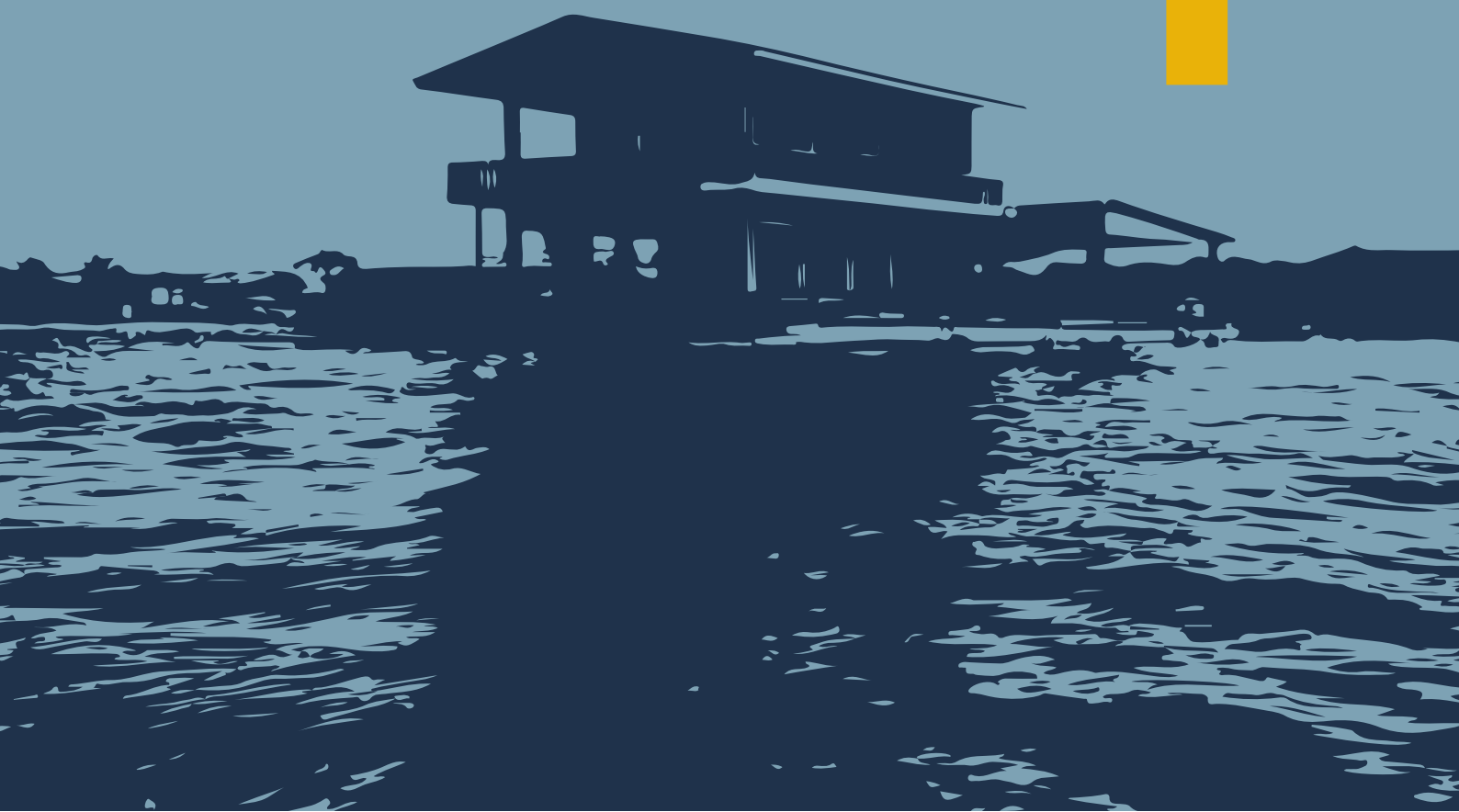
de Saúde e “Unidade Básica de Saúde dos Ribeirinhos Enedino Monteiro”; buscou-se explorar essas duas instituições municipais em função de Coari em razão dessa cidade não contar com instituições de competências fluviais com escalas hierárquicas estaduais e federais como a Capitania dos Portos e entidades civis em Tefé. Em Manaus, visitas e entrevistas na Agência Nacional do Petróleo (ANP), Capitania dos Portos e distribuidoras de combustíveis para os pontões também foram feitas. O levantamento de dados secundários com base em leituras de livros, teses e artigos de revistas científicas e da imprensa virtual foi efetuado com o intuito de compreender as atividades no lago urbano de Tefé.

Parece que os lugares invisíveis dos espaços letárgicos amazônicos admitem certa notoriedade com o avanço do processo de globalização, pois estruturas e funções atendem de forma eficiente aos processos espaciais do período histórico vigente a partir de formas tradicionais adaptadas ou antigas. Os lagos urbanos de Tefé e Coari expressam o vigor das formas espaciais flutuantes peculiares estabelecidas como resultado e meio do aprimoramento das relações efetuadas a partir da solidariedade orgânica cabocla e da abnegação de valores e hábitos pertinentes ao que a racionalidade hegemônica preza. Nessas circunstâncias espaciais, a leitura de repercussões e arranjos territoriais que promovem integração, inserção e solidariedade na região do Solimões no Amazonas acaba por exhibir organizações espaciais que difundem esperança e criatividade nos espaços periféricos da formação socioespacial brasileira.



A VALORIZAÇÃO TERRITORIAL E OS LAGOS URBANOS DO SOLIMÕES

1



Toda cidade situada às margens do rio Solimões no Amazonas depende da circulação fluvial para a circulação de pessoas e mercadorias. Isso ocorre em função da ausência de rodovias bem como a pequena presença de aeroportos estruturados. Desta forma, tanto Tefé, nó de rede da circulação regional, como Coari, a cidade sede da exploração do gás e petróleo na Amazônia, providenciam às águas das orlas de seus respectivos lagos, próximas ao núcleo urbano, uma área fluvial de relevante funcionalidade e dinâmica espacial. Estes lagos representam um setor dos grandes rios Tefé e Coari, zona aquática que envolve a maioria dos fluxos da centralidade estabelecida nesta região.

Os rios Tefé e Coari se alargam e assumem dimensões amplas, por exemplo, em Tefé no período da cheia a fração do rio correspondente ao seu lago alcança 7 quilômetros. Com o passar do tempo, a força do uso da palavra “lago” para estas áreas fluviais pelas populações ribeirinhas se disseminou e assim ficou atribuído. Há inúmeros lagos na Amazônia que remetem à beleza e à tranquilidade pertencentes às águas mais calmas do que os gigantes rios Solimões, Japurá e Juruá, por exemplo. Mas nem todos eles estão próximos às cidades e suscetíveis à intensidade de fluxos pertinentes à circulação regional como Tefé e Coari perto da foz com o rio Solimões; cita-se o lago da metrópole e capital do Amazonas, Manaus, lago situado no rio Negro perto da foz com o Solimões.

Entrementes, o lago definido como “uma porção de água cercado de terra por todos os lados” (FERREIRA, 1999, p. 1179) não é adequado para definir esta situação geomorfológica amazônica; enfatiza-se que a força do uso da palavra “lago” pelas populações ribeirinhas definiu estes subespaços fluviais nos rios, acabam por escamotear sua verdadeira definição. Neste enfoque, Silva (et al., 2017) discute sobre o lago de Tefé enquanto suas características geomorfológicas:

O “Lago” Tefé assim como tantos outros existentes na região Amazônica é na verdade rios em forma de rias, mas que no entendimento regional são chamados de lagos (...) Ria é um conceito geomorfológico utilizado para designar um rio ou vale afogado pelo mar. É, portanto um conceito litorâneo.

No entanto, esse conceito, assim como o de falésia, foi utilizado e consolidado para ambientes fluviais (...) O termo mais adequado para essa forma afogada dos afluentes do rio Amazonas foi cunhado por Sioli (1985) ao qual chamou de “*river lake*”, pois são verdadeiros rios/lagos. Por essas características que muitos rios da região são designados pela população como “lagos” (SILVA (et al.), 2017, p. 11.790/11.796).

Estes antigos rios afogados que caracterizam os lagos amazônidas quando localizados nas proximidades de centros urbanos relevantes da região se contextualizam como um palco para realização da produção espacial a partir das trocas e relações entre diferentes agentes estatais e privados. Isto potencializa a centralidade fluvial que subsidia as atividades urbanas por estarem em posição geográfica contígua ao centro urbano ou cidade.

Com base nisso, admite-se que os “lagos urbanos” são frações do rio próximas às cidades proeminentes na região, onde há a presença de atividades ligadas ao centro urbano, tais como de Tefé e Coari; configuram-se como porções territoriais dos rios amazônidas afluentes do rio Solimões delimitados imediatamente à frente das sedes municipais, em suas orlas, onde se localizam diversas estruturas flutuantes que exercem diferentes funcionalidades espaciais. Isto se deve à apropriação de relações provenientes da rede urbana regional que provê em suas águas a realização de deslocamentos e encontro de pessoas, negociações de mercadorias e os fluxos de ideias; ações que interagem com as cidades vizinhas articulando a rede da circulação regional inerente às comunicações pertinentes aos municípios da região. Isto providencia e irradia outras inúmeras relações socioespaciais úteis à sobrevivência de populações urbanas nesta fração do país constituída por poucos municípios e grande valor à preservação e conservação da floresta.

A presença de forma sistematizada de agentes espaciais nessa região se realiza desde as primeiras explorações no rio Amazonas no século XVII, período que alguns aventureiros, como Lope de Aguirre, da expedição de Pedro de Ursua em 1559, partiram na busca do “país das canelas”; este infame personagem da história chegou a chamar o atual rio Solimões de “lago” quando perdido em desespero navegando em uma balsa de madeira. Nestas circunstâncias escreveu em uma carta ao Rei Felipe II da Espanha: “este rio tem um curso de duas mil léguas de água doce, com maior parte das margens desabitadas e só Deus sabe como conseguimos escapar deste terrível lago” (SMITH, 1990, p. 170).

Ao contrário destes primeiros “batedores” do maior rio do mundo em volume d’água³, muitos aventureiros que posteriormente se aventuraram no vale do Amazonas descobriram as vantagens de posições geográficas fluviais dispersas ao longo do rio Solimões, segundo nome dado ao rio Amazonas após o Marañon peruano. A foz de outros grandes rios, como o

³ Em comprimento o rio Nilo africano é o maior.

rio Tefé e rio Coari, que deságuam no rio Solimões, expressa um recanto notório nestas frações da Bacia Amazônica em função de estarem próximas ao rio Solimões, mas não inserido em suas águas correntes sujeitos às intempéries amazônicas de grandes proporções, dificuldades físico-fluviais e complexidades naturais (QUEIROZ, 2020).

O primeiro relato sobre o lago de Tefé, porção próxima à foz do rio com mesmo nome, a partir da qual se desenvolveu a cidade de Tefé, é direcionado pelo frei jesuíta Cristóbal de Acuña, escriba da grande expedição da conquista portuguesa do vale do Amazonas comandada por Pedro Teixeira em 1638: “são terras (...) ocupadas pela nação dos Curuziraris, num espaço de oitenta léguas, arvoredos não muito frondosos e abundantes lagos, e prometem muitas e boas comodidades aos que povoarem” (ACUÑA, 1994 [1641], p. 129).

Entrementes, é no relato da expedição dos cientistas alemães Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Phillipp Von Martius de 19 de novembro de 1819 que se percebe as vantagens do encontro de um navegador do rio Solimões de águas barrentas e correntezas fortes com um lago de águas pretas e mais calmas; estes narram que encontram o rio Tefé:

O majestoso lago tranquilo, com suas praias de areia alva, limpa, e mais para o interior cercado de pujante mata, cuja fronde se arqueia imóvel em cúpula no azul do céu, dava a impressão extremamente aprazível. Apenas ali entramos, atraiu-nos um espetáculo de gênero inteiramente diverso (...). A vila de Ega distante duas léguas da sua Foz, está situada na margem oriental deste alargamento em forma de lago do rio Tefé, justamente no ponto em que se encontra a maior largura, uma milha alemã (SPIX e MARTIUS, 1976 [1938], p. 160/161).

Spix e Martius (1976) afirmam que o “empório comercial do Solimões”, Vila de Ega (nome português para a atual cidade de Tefé), era o destino de diversos mercadores fluviais (regatões) que desembarcavam no lago da vila de onde eram produzidas relações regionais com lugares e vilas circunvizinhas; vendiam produtos e mercadorias, como drogas do sertão (artigos naturais) advindos dos rios Japurá, Juruá, Jutaí, províncias peruanas e os muitos afluentes do rio Solimões. Europeus, principalmente ingleses, e comerciantes do Pará, estabeleceram sucursais em Tefé, onde vendiam seus artigos manufaturados aos locais e àqueles de lugares próximos. Estes fluxos comerciais proporcionaram certo desenvolvimento local que somado à posição estratégica de Tefé no Vale do Amazonas também atraía instituições públicas em seus setores contábeis, administrativos, militares e policiais (QUEIROZ, 2015a).

O aventureiro francês Paul Marcoy (2001, [1869]) relatou que, em 1847, Tefé já possuía sua importância regional, pois, nestes rincões carentes da presença estatal, instituições públicas valorizavam o lugar, corroborando

para a integração regional. Este autor afirmou que Tefé era constituída por aproximadamente 60 casas alinhadas de frente para o lago, uma delas uma “esplêndida mansão assobradada” (MARCOY, 2001 [1869], p. 109).

Assim como os alemães Spix e Martius e o francês Paul Markoy, o célebre pesquisador inglês Henry Walter Bates se surpreendeu com o lago de Tefé quando da sua estadia no lugar, longe da demasia de mosquitos e da força do Solimões. Relata que o lago de Ega (Tefé) se configurava como “uma magnífica extensão de água com mais de sete quilômetros de largura - formado pelo trecho mais largo do Tefé” (BATES, 1979 [1876], p. 200). No ano de 1854, Ega era a vila mais comercial da Província, baseado nos fluxos de mercadorias importadas do Pará, o comércio de pirarucu e manteiga de tartaruga (PESSOA, 2005, p. 49) e a orla de seu lago era o palco de transações diversas.

Posteriormente a este período histórico, o casal americano Agassiz quando passou em Tefé em 27 de setembro de 1865 narrou:

Passamos esta manhã várias horas em frente a cidade de Ega, ou Tefé, como chamam os brasileiros. Esse nome vem do Rio Tefé, mas a cidade se acha realmente situada a beira dum pequeno lago que o rio forma imediatamente antes de se reunir ao Amazonas. A entrada do lago é dividida em numerosos pequenos canais e igarapés, e as vizinhanças da cidade são extremamente belas. Larga praia arenosa se estende entre a margem e as habitações que se erguem no flanco de uma verde colina, sobre a qual, coisa rara de ver nesta região, pastam bois e carneiros. É uma vista encantadora e examinamos tudo isso com tanto mais interesse quanto alguns dos nosso terão que aqui voltar e demorar um pouco para fazer coleções (AGASSIZ, 1975, p. 131).

Nesta época, o lago de Tefé já representava uma posição estratégica valorizada pelo Império brasileiro no Vale do Amazonas, lugar escolhido pela Marinha brasileira para aportar embarcações militares advindas de portos nacionais e estrangeiros, como afirma Jobim (1937), quando relata o encontro com o Segundo Tenente da Armada Imperial Francisco Pereira Dutra, que viera de Lima em missão internacional (JOBIM, 1937, p. 20).

Em 1910, dentre as diversas iniciativas relevantes dos missionários Espiritanos holandeses a partir das ações da Prefeitura Apostólica de Tefé, destaca-se a construção nas margens do lago de Tefé do “Asilo Orphanológico de Educandos Artífices e Lavradores da Missão”. Esse centro educacional oferecia cursos de mecânica, movelaria, serralheria, carpintaria, oleiro, alfaiataria, agricultura, horticultura, zootecnia, construção naval, entre outros (QUEIROZ, 2015a). Mesmo após o encerramento das atividades educacionais no lago, o centro espiritano da Igreja Católica conhecido como “Missão” ainda é um dos lugares mais proeminentes da cultura e do turismo tefeense e da região do Solimões;

isto exhibe a relevância das iniciativas advindas do lago para a cidade de Tefé e para a região do Solimões na Amazônia.

Ressalta-se que em maio de 1941 o avião anfíbio “Catalina” da Panair do Brasil S.A pousava no lago de Tefé, efetuando voos semanais entre Manaus, Tefé e Iquitos no Peru, com escalas em algumas cidades localizadas entre Tefé e a capital Manaus (PESSOA, 2005).

Esta breve apresentação do uso do lago de Tefé durante a história revela o papel da cidade e de seu lago na região com poucos e gigantes municípios em extensão territorial. Compreender as ações da sociedade global e as repercussões de suas práticas em um determinado lugar expõe a dinâmica do mundo sobre este ponto territorial. Neste sentido, Santos (2008 [1987], p. 112) discute que “cada lugar é definido pela sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que mantêm maior relação com as forças do presente”.

Sendo assim, sob esta contextualização histórico-geográfica, evidencia-se que a posição estratégica de Tefé na rede de circulação regional que atribuiu uma valorização do território providencia o uso do lago como área essencial para o estabelecimento e manutenção de relações a partir da navegação como setor portuário, bem como da disponibilidade de infraestruturas na cidade que lhe conferiram funções territoriais úteis para admitir agentes relevantes para a gestão do território nesta parcela da antiga fronteira e atual borda da formação socioespacial brasileira (QUEIROZ, 2015). Em 1848 o território de Coari foi desmembrado do território de Tefé. Por conseguinte, as operações relativas à circulação fluvial ficaram atreladas à centralidade tefeense e aos fluxos de abastecimento local com a capital Manaus.

Atualmente, o lago urbano de Tefé representa uma fração da cidade a partir da qual o entreposto fluvial ali presente estabelece o elo para que a circulação vinculada à navegação regional flua, assim como admita a fluidez proveniente de relações entre agentes dos flutuantes do lago, da cidade e externos ao município.

O lago urbano de Tefé: dos espectros urbanos à urbanidade fluvial

O processo de urbanização na Amazônia expõe enredos particulares à complexa região periférica brasileira vista por muitos como a “última fronteira incorporada” e pouco integrada às dinâmicas sociais e econômicas do país (GONÇALVES, 2005; QUEIROZ, 2012b). Diferentes formas de ocupação do espaço e novas relações sociais, econômicas e culturais emergiram via a ampliação da rede urbana na Amazônia, muitas vezes de maneira espontânea, sem planejamento e pouca organização, proporcionando desigualdades e pobreza.

A rede urbana da região do Solimões no Amazonas, assim como de toda a região amazônica, se classificava como dendrítica até meados da

década de 1960 (CORRÊA, 2006, p. 247); sua forma espacial se orientava pela rede fluvial de base colonial com poucas diversificações de fluxos de mercadorias e pessoas, beneficiando apenas algumas cidades situadas nas proximidades da foz de um rio afluente de outro grande rio (CORRÊA, 2006, p. 247). No entanto, a complexificação funcional dos centros urbanos possibilitou uma maior influência de uma limitada, mas relevante rede de múltiplos circuitos geradora de comunicações entre centros da região com outros centros distantes a partir da ação de agentes socioespaciais.

A maior complexidade funcional ou maior divisão territorial do trabalho na região via a criação de novos núcleos regionais e atuação de novos agentes espaciais, bem como a complexidade de fluxos, permitiu uma nova fase de integração à divisão internacional do trabalho; isso viabilizou relações de atores da Amazônia ao capital internacional por meio de ações e políticas estatais (CORRÊA, 2006, p. 249).

Na “Amazônia do Solimões”, as interações entre centros urbanos reverberaram na constituição de processos espaciais que permitiram: incorporações de técnicas, a refuncionalização de objetos antigos, a criação de objetos novos bem como a criação de novos espaços de fluidez material e imaterial. A partir disto, ocorre o que Santos (2008 (2002), p. 87) chama de uma especialização do espaço, pois este espaço tende a aprimorar as ações e objetos que permitem participar da rede da circulação que oferece produtos, ideias e serviços industrializados e não mais apenas aqueles provenientes de uma produção primária vinculada à economia de subsistência com a negociação dos excedentes. Devido ao acesso aos produtos industrializados disponíveis, a população se adequa aos novos formatos de consumo de artigos e mercadorias contemporâneas mais elaboradas e complexas oriundas de uma rede mundial que envolve: a produção, a distribuição e a circulação. Este acesso se realiza a partir da ação de agentes do modo de produção capitalista que acabam por inserir as populações das cidades dos rios amazônidas aos “espectros da cidade, o espectro da sociedade urbana ou talvez da sociedade, simplesmente” (LEFEBVRE, 2001, p. 100).

As populações de cidades ribeirinhas do Solimões se urbanizaram e se integraram ao paradigma mundial citadino gerido pela racionalidade hegemônica e balizada pela divisão internacional do trabalho. A cultura do consumo e das novas formas de trabalho foram relativamente assimiladas na região mesmo com uma população com baixo poder aquisitivo.

Desta forma, a urbanização se estabelece como efeito e produto do poder de consumo da sociedade contemporânea, base para a existência da indústria, do Estado e das cidades, representando a expressão da capacidade de sistematização e organização do espaço assim como da execução das diretrizes jurídicas e políticas que regem o território. A urbanização apresenta processos distintos em diferentes lugares do planeta em função do uso do território ou da historicidade a que estes lugares foram construídos e submetidos.

Assim, em alguns setores da Amazônia, como a região do Solimões no estado do Amazonas, a urbanização surge como força dinamizadora em

áreas com pequena densidade populacional “resultante da redistribuição da população e de suas atividades” (BECKER, 2007, p. 99) e decorrente de migrações e ações estatais como o Polo Industrial de Manaus e a valorização institucional de centros com posição estratégica, como Tefé, por exemplo.

O contexto do urbano o qual se refere às cidades e seus aspectos funcionais oferecidos à população, tais como suas infraestruturas, serviços, comércio, é vinculado à articulação promovida pelos meios de transportes que permitem a circulação de pessoas, de mercadorias e de informações úteis à sociedade; bem como as relações ou articulações entre diferentes setores de um espaço citadino que se realiza por intermédio das iniciativas de seus respectivos agentes espaciais, providenciando a integração do centro aos bairros e as periferias ao centro, tal como uma “simbiose social”. No entanto, o espaço urbano definido como a organização espacial da cidade, ou seja, o “complexo conjunto de usos da terra”, é um espaço fragmentado (CORRÊA, 2002, p. 7). Áreas privilegiadas por infraestruturas e instituições providenciam uma melhor valorização do território, enquanto outras mais desprovidas destes elementos espaciais possuem menor valor social.

Todavia, Villaça (2001, p. 23) afirma que “mesmo não havendo infraestrutura, uma terra jamais poderá ser considerada urbana se não for acessível - por meio do deslocamento diário de pessoas - a um contexto urbano e a um conjunto de atividades urbanas”. Neste sentido, o contato, a interação e a comunicação inerente às relações na comunidade promovem a “socialização da sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 86), promovida pelo deslocamento das pessoas, e, concomitantemente, de seus interesses, sonhos, ideais, perspectivas. Isso proporciona a estruturação das relações urbanas: seja nos deslocamentos diários dessas pessoas para produzir trabalho, na realização dos itinerários de âmbitos profissionais, seja enquanto consumidores e produtores de cultura e entretenimento, nos demais percursos viabilizadores do uso de serviços, do comércio e das instituições pertinentes ao espaço urbano.

No entanto, o “urbano” não se enquadra apenas no sentido morfológico ou do conteúdo de certos comportamentos territoriais pertinentes à cidade, o “espectro urbano” é essencial para prover uma urbanidade, um sentimento de pertencimento à lógica urbana. Lefebvre (2001, p. 86/87) providencia uma reflexão quando comenta que:

O “urbano” não pode ser definido nem como apegado a uma morfologia material (na prática, no prático-sensível) nem como algo que pode se separar dela (...). É uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou antes, dos encontros). É uma *qualidade* que nasce de quantidades (espaços, objetos, produtos). É uma diferença ou sobretudo um conjunto de diferenças. O “urbano” contém o sentido da produção industrial, assim como a *apropriação* contém o sentido da

dominação técnica sobre natureza, como esta deslizando para o absurdo sem aquela. É um *campo* de relações que compreendem notadamente a relação do tempo (ou dos tempos: ritmos cíclicos e durações lineares) com o espaço (ou espaços: isotopias-heterotopias). Enquanto lugar de desejo e ligação dos tempos, o urbano poderia se apresentar como *significante* cujos *significados* procuramos neste instante (isto é, as “realidades” prático-sensíveis que permitem realizar esse *significante* no espaço, como uma base morfológica e material adequada) (LEFEBVRE, 2001, p. 86/97).

Desta maneira, a forma de ver o mundo, interpretá-lo, construí-lo e reproduzi-lo se realiza de maneira diferente sob uma perspectiva e contextualização urbana. O encontro, a coexistência, a simultaneidade, a concomitância, as opções, as alternativas, os caminhos, os espaços e os tempos que projetam o urbano nem sempre ocorrem de maneira harmoniosa; provocam atritos, conflitos, fricções e embustes que fazem parte da construção do “caos construtor e correto” que coexiste com a “ordem destruidora e incorreta” que age como meios de flexibilização do espaço e propõem novas formas de produzir relações sociais e objetos úteis ao aprimoramento da sociedade a partir do contraditório e do diferente. Sob este contexto, a sociedade urbana abarca “todos” para se ampliar, envolvendo a partir disso: pobres, ricos, altos, baixos, pequenos e grandes, o que existe, o que existiu, inclusive o que ainda está por vir; ou seja, os espectros de um novo urbano que se modifica a partir das necessidades e ações direcionadas pelos construtores do espaço, as pessoas.

As contradições expressas na cidade capitalista se configuram como produto, “mas também condição e meio do processo de reprodução do espaço urbano” (CARLOS, 2008, p. 255). A produção do espaço urbano se submete ao processo histórico a que cada território está submetido, produzindo particularidades na dinâmica das formas espaciais locais. Isso conduz a uma urbanização e organização espacial própria de cada lugar em função de um desenvolvimento desigual e combinado que impacta de forma específica cada região. Sob este enfoque, discute-se os centros urbanos amazônidas a partir do estudo de Trindade Jr. (2010, p. 119):

são cidades com pouca modernização econômica e territorial, onde o chamado meio técnico-científico informacional se faz presente de maneira muito tímida, se comparadas a outras cidades brasileiras e mesmo da região amazônica em específico. De qualquer forma, não podemos pensar essas realidades como sendo excludentes e duais. Pelo contrário, a convivência de relações, de temporalidades, de espacialidades e de padrões territoriais, nos faz reconhecer a complexidade do processo de urbanização na região (TRINDADE JR, 2010, p. 119).

Sob estas contextualizações geográficas, reflete-se sobre o espaço urbano amazônida pertinente às cidades do rio Solimões onde mesmo com a limitada atuação e dependência do Estado e o pouco investimento da iniciativa privada em infraestruturas e serviços há urbanidades que podem prover as necessidades dos “ribeirinhos urbanos”.

A vida dos “caboclos das cidades” não é a mesma sem a rede fluvial, pois os rios são vias essenciais que propiciam comunicação e os provimentos básicos de sobrevivência destas populações, tais como: energia (combustível), alimentos, remédios, utensílios, materiais de construção, veículos, etc. Nestes lugares, como Tefé, modestos agentes espaciais diversificam a irradiação de fluxos inerentes à circulação via as relações com outros agentes sediados na capital Manaus, maior metrópole da Amazônia em função das atividades do Polo Industrial de Manaus (PIM), e agentes de lugares distantes, nacionais e internacionais. Enfatiza-se que Tefé é a única Cidade Média da região do Solimões (TOURINHO, 2011), o seu centro urbano se desenvolve incorporando e adaptando os costumes e tradições caboclas regionais aos novos objetos e atividades advindos de lugares externos à região.

O lago urbano de Tefé é situado paralelo ao centro e muitos bairros da cidade, representa o *Hall* de entrada do município. O vigor espacial vinculado aos deslocamentos constantes dos diversos tipos de embarcações e dos inúmeros passageiros que detêm e manipulam as valiosas cargas do transporte fluvial, bem como dos agricultores e pescadores que comercializam suas produções à feira ou ao Mercado Municipal de Tefé, somado às atividades de agentes adjacentes representados pelos flutuantes onde abrigam moradores, servidores públicos, vendedores, comerciantes e turistas, acaba por fornecer ao lago de Tefé uma vitalidade urbana (GONÇALVES, 2010) útil para constituir uma urbanidade fluvial via as atividades ali exercidas e aos deslocamentos expressos no movimento de agentes espaciais no lago (Figura 4).

Figura 4 – Diversos tipos de embarcações promovem fluidez no lago urbano de Tefé



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

O entreposto fluvial de Tefé, onde se encontra o cais da cidade, conta com um conjunto de flutuantes situados no lago longe da força das águas do “jovem” rio Solimões; exhibe os fixos que proporcionam a centralidade fluvial e periférica da cidade (QUEIROZ, 2016), ligada principalmente ao movimento da navegação regional e local juntamente com o estratégico Aeroporto de Tefé, relevante para a integração regional e nacional (Quadro 1).

Quadro 1 – Agentes da circulação regional em Tefé

Nº	Segmento de Transportes	Nome	Frequência semanal
1	Lancha Ajato (L/M)	Ajato 2000	Três viagens Tefé-Manaus-Tefé
2	Lancha Ajato (L/M)	Cristal	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
3	Lancha Ajato (L/M)	Glória de Deus III	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
4	Lancha Ajato (L/M)	Glória de Deus II	Uma viagem Tefé-Japurá-Tefé
5	Lancha Ajato (L/M)	Belíssima	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
6	Lancha Ajato (L/M)	Cidade de Manaquiri	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
7	Lancha Ajato (L/M)	Soberana	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
8	Lancha Ajato (L/M)	Madame Crys	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
9	Navio/Motor	Fênix	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
10	Navio/Motor	Monte Sinai	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
11	Navio/Motor	Irmãos Miranda	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
12	Navio/Motor	A. Nunes	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
13	Navio/Motor	Vencedor	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
14	Navio/Motor	Severino	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
15	Ferry/Boat	Rainha Ester	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
16	Ferry/Boat	Leão de Judá	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
17	Ferry/Boat	Estrela de Davi	Uma viagem Tefé-Manaus-Tefé
18	Avião	AZUL -EMB 195	Quatro viagens Tefé-Manaus-Tefé
19	Avião	PASSAREDO/MAP – ATR 42	Duas viagens Tefé-Manaus-Tefé
20	Avião	Amazonaves – Grand Caravan	Três viagens Tefé-Manaus-Tefé

Fonte: Elaboração própria, fev. 2020.

Este lago urbano é parte do rio Tefé, afluente da margem direita do gigante rio Solimões, reconhecido como uma das maiores hidrovias do país em extensão territorial (CNT, 2013), a hidrovia Solimões-Amazonas. É pelo transporte fluvial que a maioria da população se desloca, principalmente os indivíduos com baixo e médio poder aquisitivo, que geram fluxos sociais e econômicos significativos (QUEIROZ, 2019a); ressalta-se que o transporte fluvial de passageiros no Solimões, rota Manaus-Tabatinga, tem o maior índice de “satisfação positiva” na Amazônia, com nota 7,5 (CNT, 2013).

Há diversos tipos de embarcações do transporte fluvial que atuam com operacionalidades variadas, Queiroz (2019a) descreve que:

Entre os principais tipos de embarcação que navegam no Solimões, encontram-se: (i) o navio motor (N/M) embarcação tradicional também conhecida como “recreio”, cuja principal característica é o transporte misto de passageiros e carga, (ii) as lanchas de passageiros conhecidas como “ex-pressos”, Ajato ou lancha-motor (L/M) são um segmento do transporte fluvial muito difundido pela rapidez nas grandes distâncias amazônicas e dão prioridade ao transporte de passageiros,

embora levem volumes limitados de carga por um custo mais alto que suas concorrentes, (iii) o F/B é um tipo de embarcação nos rios amazônidas que se compara em desempenho a um N/M, mas tem estrutura e forma diferentes, com o calado menor, como o de uma balsa, e também não permite que os passageiros usem redes, apenas camarotes, (iv) empurradas por um barco “rebocador”, as balsas levam veículos maiores, assim como mercadorias como seixo, material de construção, combustível, madeira etc., (v) os navios cargueiros operam no Solimões a partir do terminal de uso privativo (TUP) de Coari levando a produção de hidrocarbonetos da Província Petrolífera de Urucu. Há cargueiros “roro caboclo”, expressão derivada do inglês roll on roll off que, abreviada, gera o “rô-rô” (Ferreira, 2016); trata-se de um navio com capacidade para transportar veículos que circulam com ou sem contêineres de dentro da embarcação para as estruturas do porto, e, finalmente, (vi) as pequenas catraias que ainda são importantíssimas para a comunicação e integração das comunidades mais isoladas e carentes tanto do Solimões como de seus diversos afluentes e sub-afluentes; são canoas com motores de popa tipo rabeta, levam grande parte da produção agrícola de subsistência dos caboclos, base da economia do interior do Amazonas (...). Os botes de alumínio com motor de popa são as “voadeiras” (QUEIROZ, 2019a, 326/327).

Os fluxos diários de embarcações de passageiros e cargas entre Tefé e a capital Manaus são tão intensos que repelem muitas embarcações e armadores dos segmentos fluviais navio-motor e ferry-boat que operam no trecho principal da Hidrovia Solimões-Amazonas entre Tabatinga, no Alto Solimões, e Manaus, a capital amazonense no Rio Negro (QUEIROZ, 2019b). Tefé se encontra na metade do caminho entre essas duas cidades (Tabatinga e Manaus); entretanto, as embarcações destas linhas não atendem Tefé em função da concorrência significativa local tanto no lago com as embarcações do transporte fluvial quanto no aeroporto com os aviões que operam com destino à capital amazonense. Somente as lanchas Ajato do segmento “Lancha-Motor” atendem a todas as cidades das margens do Solimões, assim como abrangem em seus percursos fluviais outras pequenas comunidades ribeirinhas, moradores de determinados flutuantes no percurso do rio e lugares diversos dispostos nas margens do Solimões, quando necessário. Estas lanchas de transporte de passageiros se configuram como o segmento do transporte regional mais eficaz e versátil à população regional (QUEIROZ, 2019b).

Desde meados do século XX, quando a centralidade regional na Amazônia permitia a Tefé exercer um papel central no Solimões, em uma configuração regional semelhante a uma bacia urbana (KAYSER, 1966)⁴, até o período em

⁴ Bernard Kayser (1966, p. 694) afirma que a regionalização nos países subdesenvolvidos depende de uma metrópole regional incompleta, uma cidade grande, média ou pequena, que preside a vida de relações de uma região geralmente vasta, “cobertos com uma

que esta centralidade modificou sua configuração para uma forma pertinente à Teoria dos Fluxos Centrais⁵ enunciada por Taylor (2010), permitindo que a cidade se relacione com atores de lugares distantes (QUEIROZ, 2017), o lago de Tefé sempre exerceu uma função espacial específica como palco de atividades provenientes de práticas urbanas em função de estar próximo à cidade detentora de elementos espaciais importantes, a saber: as instituições, as infraestruturas, as firmas, o meio ecológico e os homens (SANTOS 2008 [1985], p. 16). Elementos socioespaciais valiosos para o desenvolvimento e integração regional que nesses espaços opacos (SANTOS e SILVEIRA, 2001) ampliam facilmente suas influências para além da cidade, promovendo no lago urbano uma territorialidade flutuante, a partir da difusão de atividades do lago para a cidade e região, principalmente as ligadas ao abastecimento de combustível e de mercadorias no atacado. Em função disso, o lago representa um elo territorial intermediário entre o meio urbano e o meio rural; cita-se neste contexto a atuação de pontões, entidades civis, militares e religiosas sediadas no lago urbano de Tefé que atuam em águas em todo o Solimões, Juruá e Japurá.

A ocupação do lago por agentes espaciais que se relacionam com a cidade possibilita a construção de interações urbanas em função da comunicação e mobilidade proveniente da integração das atividades entre pessoas, firmas e instituições de ambos os meios. Isso revela que “o crescimento urbano na cidade contemporânea tende a ocorrer prioritariamente pela ocupação extensiva de áreas anteriormente não urbanizadas, tendendo às configurações urbanas dispersas e fragmentadas” (GONÇALVES, 2010, p. 4).

Essas relações e atividades se realizam em apenas uma pequena fração das águas dos lagos de Tefé e Coari que possuem grandes extensões territoriais. Dessa forma, os agentes espaciais flutuantes acabam por produzir um cenário para realização da vida de relações úteis à dinâmica econômica e social das respectivas cidades. Os lagos urbanos atuando como elos territoriais entre as atividades internas e externas à cidade mostram que urbanidades territorializadas e híbridas (água e terra) são possíveis a partir da socialização do significado da cidade. Sob esta contextualização, reflete-se sobre a argumentação de Rezende et al. (2019) quando comenta Solà-Morales (2008) para discutir a urbanidade material e a extensão dos aportes e atributos urbanos em áreas novas na cidade atual:

direção específica dos fluxos em um espaço bem definido”, uma bacia urbana, uma drenagem dos fluxos como uma bacia para um só ponto. Santos (2008 [1981], p. 139), em face à bacia urbana de Kayser, chama de “Zonas não completamente polarizadas”, ou seja, exercem um comando incompleto em sua área de influência.

⁵ Taylor (2010) discute em sua complementaridade à Teoria dos Lugares Centrais, estudo que originou a “Teoria dos Fluxos Centrais”, que quando inserida em uma dinâmica delimitada pela hinterlândia as cidades são dependentes de outras hierarquicamente superiores para aquisição de bens e serviços que não são acessíveis no local. No entanto, sob a dinâmica de uma rede a cidade cria autonomia de seu entorno e se relaciona com cidades de diversas escalas, criando atividades inovadoras e “novo trabalho” (QUEIROZ, 2017, p. 211).

Solà-Morales (2008) argumenta que, atualmente, a urbanidade material recai tanto nas centralidades compactas, quanto na periferia extensa, vazia e descontínua, mas, certamente, concentra-se nas estruturas urbanas, objetos capazes de transmitir aos habitantes, em sua própria materialidade, o significado dos atributos da cidade. O autor defende um novo entendimento de urbanidade com o objetivo de ultrapassar os princípios homogeneizadores do movimento moderno (regulação, repetição e normatização) em relação às cidades. Essa urbanidade atualizada, articulada com a urbanização contemporânea, “global, territorial, híbrida e dispersa” (p. 147), deve incorporar a arquitetura ordinária, as distâncias e silêncios das periferias incipientes, os vazios resultantes das infraestruturas urbanas e as zonas industriais. O autor defende que, projetar para a urbanidade contemporânea, que emerge da nova complexidade material dos territórios, pressupõe, provisoriamente, o esforço de “transformar confusão em clareza e opacidade em linguagem” (REZENDE et al., 2019, p. 148).

Neste sentido, cabe citar Lefebvre (1999, p. 83) quando discute que: “o fenômeno e o espaço urbano não são apenas projeção das relações sociais, mas o lugar e terreno onde as estratégias se confrontam (...) são meios e instrumentos de ação”. Sob o contexto tefeense, esta ação “lefebvriana” pode ser representada pelas relações, articulações e interações oriundas da cidade e os agentes, pessoas, firmas e instituições que se articulam e se fazem presentes no lago. Desta forma, interesses e necessidades de agentes da cidade se difundem provocando uma reprodução destas práticas sociais na comunidade fluvial dos lagos; isto se direciona por intermédio dos flutuantes institucionais, comerciais, domiciliares, de serviços e entretenimento em atividade.

A presença de agentes espaciais flutuantes que ofertam funções diferentes proporciona a dinâmica de um conjunto de práticas e processos expressados nos setores sociais, econômicos e políticos na vida de relações da cidade de Tefé bem como Coari. Desta maneira, configuram-se formas de “coletividades territoriais” (CASTELLS, 2011 [1972], p. 162) que funcionam como uma continuidade das ações e esforços destes agentes na cidade, um *continuum* operacional, produto do enredamento da sociedade contemporânea que possibilita repercussões socioeconômicas nestas áreas subjacentes ao centro da cidade. Processo que pode ser verificado quando do reconhecimento e identificação de determinadas frações do território que subitamente são valorizadas por um projeto ou empreendimento sendo apropriadas à dinâmica urbana por meio da capacidade de oferecer e gerar consumo à população; e das inerentes necessidades mútuas, tanto dos agentes destas áreas segregadas quanto dos agentes localizados em áreas tradicionais e privilegiadas da cidade, o que representa uma “produção capitalista do espaço” (HARVEY, 2005).

Enfatiza-se que um conjunto de objetos e ações promove nos lagos de Tefé e Coari uma urbanidade vinculada ao encontro da força do capital e das relações de troca (MARX, 2011, p. 61), uma simultaneidade de tempos, processos, formas, estruturas, funções e técnicas que inserem esta fração do território citadino à dinâmica da rede urbana regional.

Desse modo, atividades regulares permitem a existência de áreas urbanas a partir da relação com espaços primordiais que providenciam a gênese e manutenção destas ligações; ou seja, os agentes que representam os elementos espaciais do lago se relacionam e dependem dos agentes da cidade, efetuando e disseminando práticas urbanas para a continuidade destas relações.

Situação de dependência análoga ao que Castells (2011 [1972], p. 83) nomeia a partir da análise de uma escala maior de “urbanização dependente”. O autor define dependência como: “as relações assimétricas entre formações sociais de modo que a organização estrutural de uma delas não tenha lógica fora de sua inserção no sistema geral” (CASTELLS, 2011 [1972], p. 49). A partir desta concepção, ele discute que a “urbanização torna-se (...) a expressão, em nível de espaço, desta dinâmica social, isto é, da penetração, pelo modo de produção capitalista historicamente formado nos países ocidentais” (CASTELLS, 2011 [1972], p. 83). No entanto, a urbanização dependente é semelhante a dos países do terceiro mundo, a qual exhibe formas e ritmos advindos das influências das formações históricas de territórios com organização estrutural distintas da sociedade do primeiro mundo que aprecia o nome de “sociedade global” por Castells (2011 [1972]). Por conseguinte, estes países complexos do terceiro mundo, tais como o Brasil, estão sujeitos a uma urbanização suscetível às consequências da dominação colonial, da dominação capitalista-comercial e da dominação imperialista e financeira a que foram historicamente submetidos (CASTELLS, 2011 [1972], p. 83).

Sob a escala local, a urbanização dependente desenvolvida entre as cidades do Solimões e seus respectivos lagos expressa o que Santos (2009 [1996], p. 254) chama de uma “socialização capitalista territorialmente ampliada”, onde uma autonomia relativa entre subespaços passa a uma interdependência crescente. Isto se realiza em decorrência de uma flexibilização do território, onde novas formas geográficas do lago contribuem para aprimorar o consumo local (principalmente combustíveis e mercadorias no atacado) impactado pela rigidez das formas mercantis existentes nas cidades. Desta forma, os elementos espaciais presentes no lago urbano de Tefé proporcionam refletir sobre a otimização ou aprimoramento da circulação, base dos subsídios que corroboram para a integração territorial e o desenvolvimento regional a partir da dinâmica espacial flutuante (QUEIROZ, 2017).

Milton Santos (1996, p. 72) em sua discussão sobre o objeto geográfico argumenta que: “os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos moveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada, um porto, uma floresta, uma plantação, **um lago**, uma montanha.

Tudo isso são objetos geográficos”. Neste contexto, as formas geográficas, ou objetos técnicos que aprimoram a produção das relações e oferecem funções a partir de estruturas espaciais existentes no lago urbano de Tefé, representados pelos flutuantes, permitem integrar e complementar as atividades pertinentes à cidade via as interações sociais e econômicas procedentes da atuação de agentes urbanos locais.

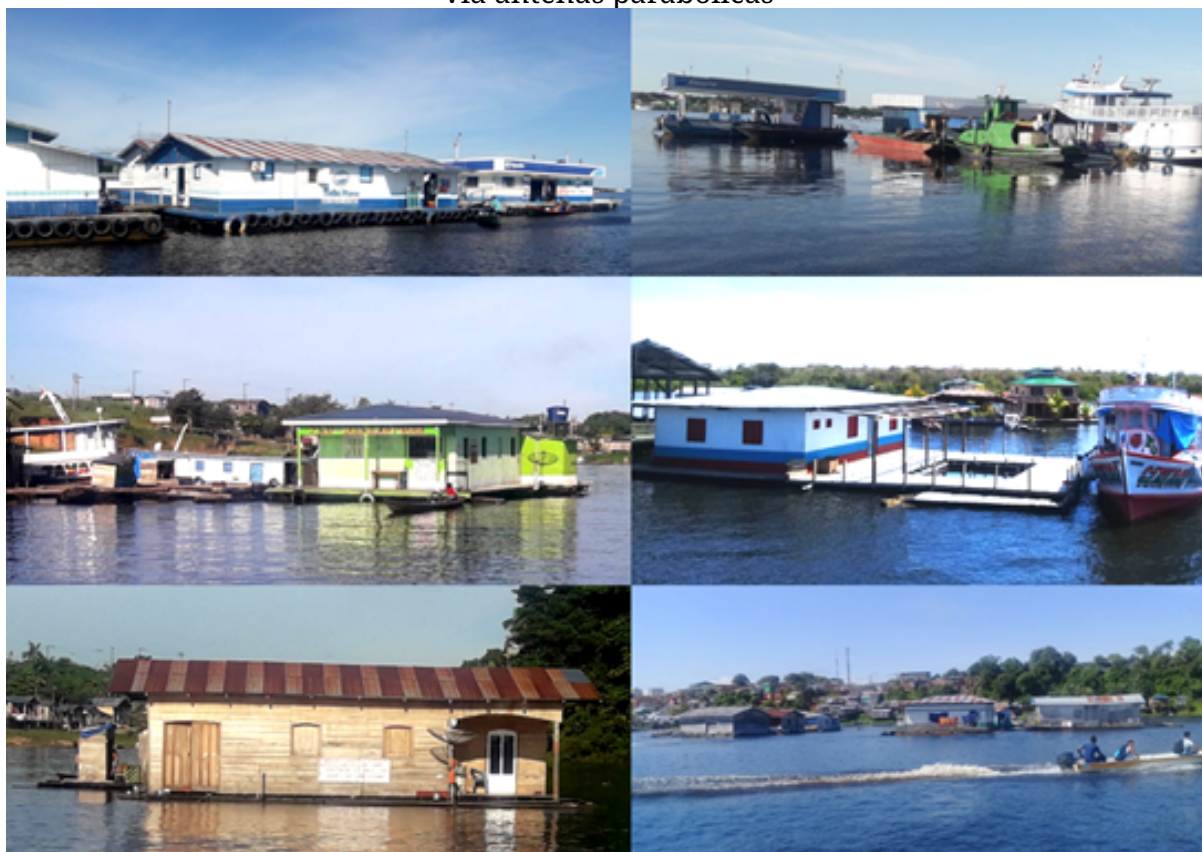
Nesse sentido, os moradores dos flutuantes domiciliares no lago de Tefé contam com a presença de mercearias com produtos oferecidos no varejo e comércio com mercadorias ofertadas no atacado; possuem acesso aos pontões ou postos de combustíveis flutuantes, onde os preços de combustíveis como gasolina e diesel é menor em relação aos postos de combustíveis da cidade. A comunidade flutuante conta com igrejas, oficinas, frigoríficos, bares e restaurantes flutuantes com clientes fluviais locais e regionais, frequentadores locais, regionais e turistas, que acabam por promover uma vitalidade urbana, com diversas funcionalidades sociais e econômicas disponíveis em um ambiente fluvial.

As 113 famílias moradoras do lago urbano de Tefé são registradas e atendidas pela Prefeitura Municipal de Tefé e não pagam impostos. São 555 pessoas cadastradas que recebem da prefeitura assistência médica por meio de visitas de agentes de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Tefé⁶, serviço disponibilizado também aos ribeirinhos das 107 comunidades tradicionais do município dispostas nos rios Tefé e Solimões; os moradores do lago também possuem acesso aos serviços da Unidade Básica de Saúde Fluvial de Tefé; possuem coleta de lixo e acesso à energia elétrica quando compartilhada com alguns flutuantes que contratam ligação via cabos submersos com a concessionária Amazonas Energia, representante da Eletrobrás no Amazonas, porém muitos dependem de geradores de energia movidos a diesel ou gasolina.

Grande parte dos flutuantes utiliza serviços de TV a cabo via antenas parabólicas e telefonia celular, alguns possuem internet por meio de seus smartphones. Deste modo, sujeitos sociais reconhecidos como: estudantes, professores, funcionários públicos, comerciantes, pescadores, agricultores, turistas, funcionários de pontões, frigoríficos e atracadouros, entre outros, promovem o “espectro urbano” que proporciona ao lago urbano de Tefé mobilidade e a vitalidade que aviva o espaço (Figura 5).

6 Entrevista concedida por Frans Rodrigues Morais, agente comunitário de saúde fluvial da Secretaria Municipal de Saúde de Tefé. Tefé, 15 jan. 2020.

Figura 5 – Alguns flutuantes do Lago de Tefé com acesso a telefonia celular, TV a cabo via antenas parabólicas



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Isso providencia um ritmo e uma prática urbana que buscam contemplar os prazos e exigências do relógio universal que rege as relações do capital; ou seja, da globalização contemporânea vinculada às iniciativas advindas de lugares externos que atuam em conjunto com os agentes espaciais locais. Para exemplificar esta situação, cita-se o caso dos catraieiros da “Cooperativa de Catraieiros de Tefé” com sede em um flutuante do lago urbano de Tefé; essa entidade possibilita aos membros associados o financiamento de motores potentes para suas embarcações (acima de 100 HP) para atender a demanda de passageiros em viagens que exigem aceleração e velocidade. Isto visa atender aos fluxos de 185 viagens semanais entre a cidade de Tefé e a Vila de Nogueira (QUEIROZ, 2019b), localizada na margem oposta do lago de Tefé, situada em jurisdição territorial do município de Alvarães que juntamente com o município de Uarini, mais acima no rio Solimões, compreende a Microrregião de Tefé e parte da atual Região Geográfica Imediata de Tefé com 9 municípios, fração da grande Região Geográfica Intermediária com 21 municípios (IBGE, 2017).

Ressalta-se que os meios de transportes fluviais disponíveis no lago urbano de Tefé se diferem em função do preço e do tempo de duração da viagem dos passageiros; as catraias ou canoas com motor rabeta até 12 HP são mais lentas e possuem valores de itinerários mais baratos, enquanto que as voadeiras caracterizadas como botes de alumínio com motor acima de 15

HP possuem custos mais caros; existem ainda as lanchas de transporte de passageiros de linha regular pertencentes aos fluxos terciários das lanchas Ajato (QUEIROZ, 2019b), que são maiores, com motor de 150 HP, e transitam entre as comunidades próximas e a cidade com preços mais baratos que as voadeiras e mais caras que as catraias. Para exemplificar, um pequeno percurso (800 metros) com valor cobrado pelas catraias a 5 reais em uma voadeira custa 20 reais. No caso da viagem entre Tefé e a Vila de Nogueira (em torno de 7 km no período da cheia dos rios) numa pequena lancha Ajato com 12 passageiros custa 20 reais num percurso de linha regular.

Todavia, entre os deslocamentos funcionais de barcos rápidos, catraias, lanchas, voadeiras, navios e embarcações diversas provenientes da aceleração típica do “fenômeno urbano” há lugares em ambos os lagos urbanos de Tefé e Coari onde os moradores podem usufruir de certa tranquilidade no viver e habitar; longe da poluição sonora da cidade e da exposição associada à violência urbana, contam com as vantagens econômicas na aquisição de flutuantes com preços menores do que casas na cidade, pois no lago há certa proximidade de mercearias e atacadões flutuantes com produtos alimentícios com valores menores. Essa disponibilidade de comércio e acessibilidade à moradia favorece a permanência no lago de muitos indivíduos proprietários ou locatários de flutuantes e os motiva a investirem nas melhorias e manutenção das estruturas e na diversificação das funções de suas casas fluviais⁷.

O Sr. Francisco Almeida mora no lago de Tefé há 40 anos e se diz satisfeito com a vida que leva, pois todos seus filhos estudaram e se formaram em Tefé mesmo vivendo no flutuante tradicional na margem oposta à cidade. As duas voadeiras que possui são seus instrumentos de trabalho, oferecendo fretes e viagens a clientes diversos; ele e sua esposa são motoristas de voadeiras, “taxistas fluviais” ou catraieiros com motores mais potentes de 40 HP em botes de alumínio, já que grande parte dos catraieiros do lago possuem motores “rabeta” de baixa potência (3 a 12 HP) acoplados em canoas de madeira sem capota, mais econômicos e versáteis em ambientes amazônicos tradicionais. O Sr. Francisco também aluga o espaço de alguns flutuantes secundários acoplados ao seu principal para servirem como depósitos de material; é comum o uso de espaços sobressalentes dos flutuantes como atracadouro de pequenas e grandes embarcações propiciando relações úteis com instituições públicas e firmas, tais como: Prefeitura Municipal, Polícia Militar, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), etc. (Figura 6).

⁷ Entrevista concedida por Frans Rodrigues Morais, agente comunitário de saúde fluvial da Secretaria Municipal de Saúde de Tefé. Tefé, 15 jan. 2020.

Figura 6 – Flutuante atacadista do lago e atracadouros adaptados pelos moradores flutuantes



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Em visita ao lago durante o trabalho de campo desta pesquisa, quando perguntados sobre a percepção e a existência de um sentimento de pertencimento a um ambiente urbano no lago⁸, 82% dos entrevistados no lago de Tefé afirmam que sim. Dos 18% que não se sentem em um ambiente urbano, 60% justifica a resposta pelo fato de estarem recém-chegados no modo de vida fluvial da comunidade flutuante e ainda não possuírem uma “vida social” no lugar, como amigos e outras afinidades vizinhas; 30% destes alegam que a vida é pouco urbana pela falta de veículos de locomoção que viabiliza a mobilidade, e não se encontram totalmente habituados a trocarem os veículos terrestres pelas catraias ou voadeiras para se locomoverem nas águas urbanas; e 10 % se sentem suprimidos da vida urbana em função da ausência de serviços privados e institucionais básicos como educação, segurança e entretenimento (apesar de possuírem acesso a estes na cidade).

⁸ No trabalho de campo desta pesquisa 60 pessoas foram entrevistadas em diferentes setores do lago de Tefé.

No entanto, observou-se que muitos moradores dos flutuantes do lago urbano de Tefé são inquilinos ou habitantes provisórios dos flutuantes (35% dos entrevistados); vivem ali apenas por temporadas, fase do ano que assumem empregos no período das cheias do rio em ocupações laborais, tais como: catraieiros, vigias, funcionários de frigorífico e oficinas fluviais, serviços gerais de firmas flutuantes, costureiras, lava jato, etc. Porém quando o rio seca, no segundo semestre de cada ano, viajam para outros municípios da região do Solimões em busca de outros empregos e serviços na cidade de Tefé e na capital Manaus⁹.

O registro do flutuante no órgão responsável pela sua fiscalização, a Capitania dos Portos, se realiza a partir de um parecer com sua localização geográfica e o reconhecimento de suas dimensões estruturais, esse parecer é o “NADAOPOR”, que significa sem oposição ao funcionamento (Tabela 3).

Tabela 3 – Mensuração dos flutuantes do lago urbano de Tefé

Flutuantes	Número de Flutuantes
Flutuantes existentes	491
Flutuantes registrados na Capitania dos Portos com NADAOPOR	200
Flutuantes atendidos pela Prefeitura de Tefé	113
Flutuantes sem registro na Capitania dos Portos sem NADAOPOR	291

Fonte: Capitania dos Portos - Agência Fluvial de Tefé; Secretaria Municipal de Saúde de Tefé e levantamento próprio com base no trabalho de campo, 2020.

Os flutuantes são enquadrados na NORMAM 11 e NORMAM 2 da Marinha do Brasil, ou seja, mesmo sendo fixos e presos por uma corda ou cabo ao fundo do lago, são equiparados a embarcações e devem contar estruturas de iluminação, equipamentos de segurança, mureta de proteção e manutenção para que estejam em condições de efetuar os procedimentos operacionais inerentes a veículos aquáticos¹⁰.

A Agência Fluvial de Tefé pertinente à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental possui pouco efetivo de pessoal (8 funcionários) para gerir uma jurisdição de 9 municípios que formaliza um território maior do que o estado de São Paulo (QUEIROZ, 2017; 2016). A fiscalização incipiente motiva muitos proprietários a acumularem flutuantes ao redor do flutuante registrado; eles constroem ou compram, formando um aglomerado de estruturas interligadas; ou seja, muitos proprietários ou sujeitos não registram os flutuantes acoplados, criando uma nova estrutura com funções diferenciadas ao flutuante primordial, este sim reconhecido oficialmente pela Capitania dos Portos. Estas novas funcionalidades secundárias se acentuam em determinadas áreas do lago em função da demanda que se apresenta no lago por serviços ofertados pelos proprietários.

⁹ Entrevista concedida por Severiano Muniz Batista, catraieiro e morador do lago de Tefé. Tefé, 12 jan. 2020.

¹⁰ Entrevista concedida pelo subtenente Reis, suboficial de Relações Públicas da Capitania dos Portos de Tefé. Tefé, 20 abr. 2019.

As rondas realizadas pela Capitania dos Portos não impedem que ações prejudiciais ao meio ambiente sejam realizadas por indivíduos locais e se tornem práticas cotidianas, tais como o uso de malhadeiras de pesca em áreas de tráfego intenso e circulação de catraias, o que pode danificar os motores quando estas finas malhas entrelaçam na palheta de voadeiras e mesmo embarcações maiores. A presença de meliantes conhecidos como “piratas” ou “ratos d’água”, geralmente advindos de outras cidades como Coari, pede atenção aos moradores de flutuantes mais humildes que não podem empregar vigias; assaltos não são mais raros em determinadas áreas do lago¹¹.

A partir destas situações reflete-se sobre a fluidez territorial que exige uma especificidade técnica e normativa do território (ARROYO, 2015, p. 44), ou seja, a incapacidade técnica e normativa no atender às regulações e regras que regem o cotidiano proporciona comportamentos que ignoram as normas e ordens locais por certos sujeitos formais (como firmas e entidades) e informais (como pescadores e turistas), provocando situações prejudiciais à segurança no lago urbano de Tefé.

A difusão urbana em lugares com relações socioespaciais fluviais provoca impactos referentes ao desempenho de formas geográficas novas, isto é, há uma performance diferente de objetos técnicos que aprimoram a produção e a circulação, reconstruídas e refuncionalizadas sobre formas antigas (SILVEIRA, 1999a, p. 148). Neste sentido, o lago de Tefé representa uma fração do território municipal que recebeu transformações “sociomorfológicas” por intermédio da ação de agentes que influenciam nessas metamorfoses vinculadas aos fenômenos urbanos, vetores reconhecidos a partir do: aumento da população, do número de flutuantes e das pequenas migrações sazonais realizadas por pessoas que submetem sua força de trabalho a partir do regime das águas do rio: secas e cheias. Impactos esses provenientes de vetores relacionados à substituição da “cidade na floresta” pela “cidade da floresta” (TRINDADE JR., 2013, p. 61), assim como a cidade do campo e cidade no campo (SANTOS, 1993). Trindade Jr. (2010, p. 118) discute que:

As “**cidades da floresta**” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais,

11 Entrevista concedida por Alexandro Neves, secretário da Associação de Catraieiros Jatão. Tefé, 12 jan. 2020.

elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia. As “**idades na floresta**”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.) (TRINDADE JR. 2010, p. 118).

Sob essas argumentações que retratam características de Tefé e Coari, “idades na floresta” da região do Solimões, reflete-se sobre o papel dos seus espaços fluviais ou orlas que proporcionam a essas cidades vínculos e relações úteis à integração territorial. Nesse sentido, o lago de Tefé simboliza e representa desde o século XVIII um espaço valorizado para o processo de trocas e produção de mais valia; isto proporcionou as bases de relações que constituíram a cidade de Tefé no passado em virtude da segurança oferecida pelo lugar como um bom atracadouro para comerciantes, regatões, navegadores, exploradores, cientistas, políticos e militares que pernoitaram ou repousaram no Vale do Amazonas. Desta importância ligada à circulação fluvial e ao empenho na comercialização de drogas do sertão por estes agentes que utilizavam Tefé (ou Ega) como um núcleo ou base para seus objetivos polarizadores à região, se configurou “o lago da cidade”; ou seja, um produto da relação do lago urbano com a cidade se desenvolvendo a partir e concomitante à comercialização dos produtos da floresta e dos caminhos trilhados por aventureiros, esboçando os primeiros percursos a serem seguidos pela circulação fluvial sob o ritmo que a natureza impunha às formas geográficas de então, como o uso de: barcos a remo, a vela ou a vapor, as casas de madeira ou taipa com telhado de palha, como relatou Paul Marcoy (2001, [1869]). Assim, a “cidade em torno do lago” se desenvolveu.

Atualmente, os agentes espaciais do lago se relacionam com a cidade via trocas e interações baseadas no uso de objetos técnicos ordenados e normados pela celeridade vinculada aos padrões de empresas e interesses públicos de lugares distantes, extrarregionais. Como exemplo destes agentes que efetuam relações com centros longínquos ao lago, cita-se: as empresas filiais de postos de combustíveis, representantes de agentes do transporte fluvial regional, firmas de comércio fluviais, agentes de instituições estatais e entidades civis. Isto é, ordens, normas e regras externas advindas de lugares onde a racionalidade hegemônica capitalista e globalizante se atrela às formas de fazer tradicional e cabocla do lago, que, mesmo admitindo certas atividades, ainda resistem aos ventos de uma padronização e uma “socialização técnica territorial” irradiada a partir das articulações da cidade com áreas secundárias, mas detentoras de posição vantajosa para gerir o abastecimento de mercados consumidores atraentes para esses agentes espaciais que fomentam a circulação regional.

Estas interações promoveram “o lago na cidade” ou o “lago em torno da cidade”, fração do espaço urbano inserido no elo de relações citadinas, com processos espaciais e articulações que se efetuam flexibilizando e aprimorando as repercussões econômicas, sociais e culturais dos subespaços territoriais paralelos com meios físicos e geográficos diferentes, cidade e lago, um aquático e outro terrestre.

Isto se realiza em função de novas funções “entalhadas” por objetos “rugosos” e pretéritos, ativos nos lagos urbanos do Solimões, desenvolvidos sob um arranjo funcional e estrutural contemporâneo. Estes impactam morfologicamente a cidade a partir da atuação recíproca de agentes das antigas formas destas áreas, reconfiguradas da cidade local que atuam se friccionando com as formas hegemônicas e teleativas na cidade econômica, comandadas de cidades como Manaus, São Paulo e Brasília, que regem grande parte da circulação regional nestes espaços opacos¹².

Por conseguinte, a ampliação e irradiação da rede urbana da cidade em direção ao lago possibilita a adaptação das formas geográficas à exploração de novas possibilidades do uso de suas potencialidades estruturais; “a dispersão urbana não seria um indicador de decadência e destruição, mas sim um possível dispositivo que garante a continuidade das cidades” (GONÇALVES, 2010, p. 5). Essa reconfiguração exprime a relevância da dinâmica das formas e processos espaciais locais para compreensão do uso do território pelos agentes espaciais flutuantes, bem como o papel destes para a integração territorial e o desenvolvimento regional.

O uso de formas geográficas flutuantes promove a articulação de objetos técnicos em proveito do melhor uso de suas estruturas para beneficiar funções úteis a uma produtividade espacial; ou seja, observa-se que uma especialização do espaço é viabilizada a partir do aprimoramento dos processos espaciais urbanos no lago, o que acaba por produzir formas espaciais flutuantes que se configuram como o arranjo das formas geográficas flutuantes.

Neste sentido, Silveira (2011, p. 7) alega que “há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas” e discute os efeitos desta tendência:

Tal agregação tem efeitos econômicos importantes. Em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os


12 Espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 264). Na medida em que vai diminuindo a capacidade de resposta aos desígnios do capital hegemônicos é um espaço opaco (RAMALHO, 2006, p. 34).

custos globais e individuais. Em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa vantagem comparativa. Esses dois primeiros conjuntos de vantagens criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais (SILVEIRA, 2011, p. 7).

A agregação e mesmo padronização de atividades semelhantes provenientes da irradiação de agentes da cidade para o lago urbano de Tefé providencia a geração de emprego e renda, assim como a inserção social de sujeitos sociais excluídos de condições econômicas que lhes permitem morar ou efetuar seus ofícios laborais na cidade; para estes sujeitos sociais a possibilidade de adquirir ou alugar um flutuante para morar e/ou trabalhar no lago é superior em função dos preços da estrutura e os custos de habitação serem menores.

Portanto, o uso de determinadas áreas do lago de Tefé pelos homens, suas firmas, instituições e infraestruturas, sua especificidade espacial, por constituir um território fluvial com rugosidades dendríticas da rede urbana de outrora (CORRÊA, 2006), que se especializa a partir da oferta de funções espaciais urbanas, provoca a partir disto uma especialização do espaço (SANTOS, 2008 (2002), p. 87), produzindo condições espaciais que suprem a presença de “tecidos urbanos” (Lefebvre, 1999, p. 15) na comunidade fluvial, influenciada pela proximidade e ações dos agentes do centro da cidade; úteis para integração de aportes técnicos que podem corroborar uma produtividade espacial relativa, bem como o desenvolvimento regional.

O urbano nem sempre é a cidade (Lefebvre, 1999, p. 49), no entanto, as consequências deste fenômeno urbano são análogas, pois a técnica e a ideia são as mesmas, advindas da mesma força vital, a economia-mundo.



A DINÂMICA DAS
FORMAS ESPACIAIS
FLUTUANTES DO LAGO
URBANO DE TEFÉ

2



Os flutuantes do lago urbano de Tefé representam objetos ou formas geográficas resultantes do trabalho social neste setor fluvial da cidade que colabora para a circulação regional a partir de suas funções e estruturas. A comunidade do lago é composta pelos moradores e trabalhadores dos flutuantes, bem como transeuntes e turistas que circulam com destinos diversos, o que acaba por compor um espaço flutuante que exhibe a vitalidade urbana proveniente dos deslocamentos e do encontro entre diferentes sujeitos sociais.

Esta parcela fluvial da cidade de Tefé possui uma valorização espacial decorrente de seus contextos e funcionalidades sociais, históricas, culturais, políticas e econômicas. Representa um palco onde as atividades de abastecimento efetuadas desde os primeiros dias como povoado até os dias atuais como cidade se realizam; a circulação de pessoas e mercadorias compõe o cenário e a base da produção regional vinculada à circulação e proveniente do consumo de assalariados de instituições públicas que atrai empresas e firmas para a cidade (QUEIROZ, 2017).

Neste sentido, o lago urbano de Tefé não é um objeto geográfico qualquer na região, pois possui uma expressividade por pertencer e atuar como a capital regional deste subespaço (IBGE, 2017), inserido em uma região com baixa densidade demográfica, com poucos municípios e de complexa acessibilidade pela ausência de rodovias e restritos aeroportos. Grande parte das razões para que esta situação se estabeleça se deve ao ordenamento territorial que preserva e conserva a floresta em detrimento do crescimento das cidades e da evolução das dinâmicas socioespaciais. A circulação fica limitada e dependente ao papel de objetos técnicos que, em suas formas, funções e estruturas antigas e tradicionais, permanecem atuando a partir de processos espaciais contemporâneos (QUEIROZ, 2019b), perpetuando as formas geográficas com funcionalidade ligadas à atuação de uma divisão territorial do trabalho pretérita por se nutrirem da rigidez das normas e formas espaciais ainda em vigor. No lago urbano, com o alcançar de novos tempos, esses objetos técnicos adquirem “refuncionalizações” direcionadas pelos agentes espaciais com o intuito de admitir novas interações e funcionalidades em meio a uma dialética do território (SILVEIRA, 1999a, p. 400).

Os flutuantes locais atendem a estas contextualizações, pois estão submetidos a realizarem diferentes funções, modernas e tradicionais, para agentes diversos, a partir da mesma estrutura, assumindo as interações com o avanço de processos espaciais que impactam a dinâmica das formas espaciais estabelecidas, e que pouco influenciam nas estruturas tradicionais consagradas em toda a Amazônia.

Dessa forma, para a compreensão desse espaço flutuante, busca-se conhecer a forma, a função e a estrutura dos flutuantes. Três vetores que “como se se tratasse de um conceito único” (SANTOS, 1985, p. 76) quando enunciados individualmente se revelam “o foco da organização espacial” (SANTOS, 1985, p. 71). Suas definições, a saber:

Forma é o aspecto vivível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o *Dicionário Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido com uma ação continua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p. 69).

Essas definições subsidiam o entendimento que “função e estrutura se revestem de formas que as revelam e que as ocultam” (LEFEBVRE, 2001, p. 110). A organização espacial¹³ flutuante resultante da dinâmica dos agentes espaciais fluviais exibe formas espaciais centralizadas, segregadas e inertes ou cristalizadas (CORRÊA, 2002). Este mosaico de arranjos espaciais flutuantes tende a ocupar certos setores do lago, alguns espontaneamente e outros racionalmente organizados em formas espaciais flutuantes distintas que se configuram como um meio a ser analisado para compreender o papel dos flutuantes para o desenvolvimento regional e integração territorial.

A comunicação entre o lago urbano e a cidade constitui uma relação espacial relevante para o entendimento de uma produtividade espacial (o

13 Corrêa (2002, p. 83) define organização espacial como “o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da História – campos, caminhos, minas, dutos, fábricas, lojas, habitações, templos, cidade, rede urbana, etc. - e dispostos sobre a superfície da Terra”; ou seja, o produto das transformações direcionadas pelo trabalho social via a capacidade concreta que cada sociedade possui de transformar a natureza; isto promove o “desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2002, p. 83). A organização espacial se aperfeiçoa e se muda a partir das constantes transformações sociais advindas do surgimento e uso de novas técnicas e estruturas; bem como da manifestação de outras necessidades do homem a qual requerem diferentes formas de pensar e agir para o melhor condicionamento e estruturação de adequações da organização espacial no intuito de contemplar suas inexoráveis demandas fundamentais de sobrevivência.

trabalho do espaço flutuante) e uma especialização do espaço (aptidão técnica do espaço para atender as demandas imediatas da comunidade flutuante). Compreender o papel destas formas flutuantes bem como a dinâmica das funções e das estruturas é o objetivo deste estudo neste momento.

Ribeirinhos urbanos: as estruturas e as funções flutuantes do lago urbano de Tefé

As estruturas dos flutuantes são normalmente construídas com madeira ou ferro. As toras da madeira açacu ou assacu (*Huru crepitans*) são utilizadas como boias que flutuam sustentando a casa. As vigas que apoiam o piso são construídas paralelas às boias e são edificadas tradicionalmente com a madeira piranheira (*piranhea trifoliata* *Baju Euphorbiaceae*). Ambas equilibram o peso da estrutura proporcionando estabilidade à casa flutuante. As paredes em sua maioria são feitas de gitó (*Guarea trichilioides*) ou Itaúba (*Mezilaurus itauba*), porém a jacareúba e a castanheira também são utilizadas na construção com menor frequência. Um enorme bloco de concreto, geralmente com 1 metro quadrado, chamado “poita”, é o que mantém o flutuante em seu lugar na superfície da água, amarrado por uma corda reforçada que é jogada e mantida no fundo do rio, posição onde a Capitania dos Portos plota e registra a posição geográfica com o aparelho Global Positioning System (GPS) quando providencia o registro do flutuante.

No entanto, se necessário, esta estrutura flutuante pode ser deslocada para outras áreas do lago quando é puxada por uma embarcação; este deslocamento é feito se houver ameaça de intempéries da região, isto é, fenômenos climáticos que danificam a estrutura, como um forte temporal, por exemplo, ou quando há um motivo social, como a necessidade de ficar mais próximo da escola ou do trabalho na cidade para proporcionar melhor acesso dos moradores flutuantes aos seus compromissos em terra¹⁴ (Figura 7).

A estrutura e as técnicas de construção e manutenção das casas flutuantes são tradicionais e utilizadas por comunidades fluviais de muitos lugares nos inúmeros rios amazônidas. Configuram-se como “objetos técnicos flutuantes”, formas geográficas amazônidas de tradição cabocla. São adaptados para que funcionalizem as atividades humanas nos lagos urbanos de cidades com relevantes fluxos fluviais no Amazonas, tais como: Tefé, Coari, Manaus, Tapauá, etc.

A forma tradicional dos flutuantes no Amazonas exhibe a força das estruturas tradicionais que serviram a uma antiga divisão social e econômica do espaço e que ainda são úteis no cenário social e econômico amazônico da atualidade, pois estas divisões sociais ainda perduram e coexistem no espaço atual com outros objetos que atendem a uma nova divisão territorial

14 Entrevista concedida por Roquelane Nogueira de Castro, presidente da Associação de Catraieiros Jatão. Tefé, 05 jan. 2020.

do trabalho regional. Subsidiaram grande parte das atividades efetuadas costumeiramente no lago, que não dependem de técnicas modernas para serem efetuadas.

Figura 7 – A estrutura de um flutuante em construção do bairro flutuante de Tapauá (acima à esquerda); uma poita de atracação de uma estrutura flutuante em Tefé (acima à direita); um flutuante sendo puxado e locomovido no lago urbano de Coari (abaixo à esquerda); e um flutuante destruído por um forte temporal no lago urbano de Tefé (abaixo à direita)



Fonte: Frota, 2017, p. 85; Tiago, 2014, p. 36. Arquivo do autor, 2020.

Desta forma, o flutuante de madeira possui um dinamismo no uso de funções diferenciadas a partir da mesma estrutura e forma. Contudo, as mudanças na organização espacial vinculadas aos impactos dos desempenhos de objetos técnicos provenientes de diferentes modernizações do território exigiram novas estruturas fluviais, resultando no desenvolvimento e difusão de flutuantes de ferro que possuem sua estrutura inspirada nos flutuantes de madeira tradicional. São empregados por postos de combustíveis flutuantes pertencentes às empresas que representam distribuidoras de combustíveis (bandeiras); estes postos de combustíveis fluviais são chamados de “Pontões”. Flutuantes de ferro também são utilizados por entidades da sociedade civil no lago urbano de Tefé (Figura 8). São mais modernos e caros, providenciam maior estabilidade, porém menor durabilidade em comparação com os flutuantes de madeira que ainda são mais numerosos no lago de Tefé e na região do Solimões.

Figura 8 – Flutuantes de ferro no lago de Tefé, um pontão (acima) e outro do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (abaixo)



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Entretanto, as rugosidades, definidas como formas remanescentes dos períodos anteriores (SANTOS, 1985, p. 75), demonstram sua resistência e eficácia para prover funcionalidades contemporâneas em espaços opacos como o Solimões. Neste contexto, Santos (1985, p. 73) discute que:

(...) o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Consequentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar todas as formas do passado. A flexibilidade na construção de novas formas, quando a sociedade está passando por mudanças estruturais, decresce com o tempo, em decorrência da imobilidade inerente que por vezes caracteriza a forma preexistente. Por isso, um certo grau de adaptação à paisagem preexistente deve prevalecer em cada período. Face a durabilidade das formas, a construção da paisagem converte-se em um legado aos tempos futuros. Por isso, as transformações da sociedade são, em certa medida, limitadas e dirigidas pelas formas preexistentes (SANTOS, 1985, p.73).

A eficiência da estrutura dos flutuantes de madeira frente às exigências das atividades da produção espacial contemporânea é condicionada a uma adaptação às funções provenientes da cidade no lago urbano de Tefé. Este êxito em atender de forma adequada e versátil às demandas funcionais que se apresentam em muito se deve à estrutura e técnicas tradicionais regionais de construção e manutenção de um flutuante na Amazônia; estas envolvem a disponibilidade de materiais próprios encontrados com facilidade na região como os tipos de madeiras que, somada à técnica cabocla baseada na experiência, proporciona segurança à construção e durabilidade às estruturas, o que permite a um flutuante ultrapassar 30 anos sem reformas estruturais graves.

Sob estas condições materiais e técnicas, os flutuantes do lago urbano de Tefé exercem funções espaciais variadas e suscetíveis às adaptações que se apresentam em decorrência dos processos e interações resultantes das articulações entre os elementos espaciais presentes na cidade e atuantes no lago.

Desta forma, as funções podem ser classificadas a partir dos elementos espaciais disponíveis no lugar (QUEIROZ, 2016). Com base nisso e para uma melhor apreensão das dinâmicas destas formas geográficas no lago urbano de Tefé, propõe-se uma classificação das funções dos flutuantes em: i) institucionais; ii) comerciais; iii) de serviços; iv) domiciliares (Tabela 4).

Dos 491 flutuantes do lago urbano de Tefé, 277 exercem funções espaciais na comunidade flutuante, apesar de apenas 200 serem reconhecidos com registros na Capitania dos Portos. A partir disso, evidencia-se que 214 flutuantes não possuem NADAOPOR, muitos destes se encontram associados ou acoplados aos flutuantes primordiais devidamente registrados na Capitania dos Portos.

As funções institucionais desempenhadas pelos 24 flutuantes identificados nessa categoria no lago urbano de Tefé exibem a operacionalidade de instituições públicas federais, estaduais e municipais no município, ocupando 92 pessoas. É o lago urbano que possui mais instituições no Solimões¹⁵, pois Coari, segundo maior lago urbano na região, possui apenas uma (1) instituição pública, o que será comentado mais adiante. Destaca-se no lago urbano de Tefé a presença de flutuantes de instituições da sociedade civil; desses, o do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) efetua relações com agentes internacionais a partir de sua base de apoio fluvial para pesquisadores e ecoturistas que se destinam à “Pousada Uacari”, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, fora do território tefeense. Entretanto, o flutuante institucional com maior relevância funcional no lago urbano de Tefé é o da Capitania dos Portos, responsável pela fiscalização dos municípios nos rios Japurá, Juruá, Alto e Médio Solimões, excetuando Coari, “cidade local” sob jurisdição da Agência da Capitania dos Portos de Manaus. Além disso, realiza e apoia operações da Marinha de Guerra do Brasil e de outras entidades como a Polícia Federal e Militar, juntamente com a Polícia Civil, que também possui um flutuante. As

¹⁵ Entrevista concedida pelo subtenente Reis, suboficial de Relações Públicas da Capitania dos Portos de Tefé. Tefé, 20 abr. 2019.

instituições federais: Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do mesmo modo compartilham suas estruturas flutuantes com outros agentes e órgãos educacionais estaduais e locais como a Secretaria Municipal de Saúde.

Tabela 4 – A classificação das funções dos flutuantes no lago urbano de Tefé

Função	Quantidade	Nome dos Agentes	Número de indivíduos funcionais
Institucional	24	1 - Exército 2 - Capitania dos Portos 3 - Polícia Civil 4 - FUNASA 5 - SESA 6 - FUNAI 7 - Prelazia de Tefé 8 - Prefeitura de Tefé (2) 9 - Instituto Mamirauá - IDSM (3) 10 - Igrejas da Assembleia de Deus (2) 11 - Igreja da Universal 12 - Sindicato de Catraieiros 13 - Sindicato dos Pescadores 14 - Associação dos Catraieiros Jatão 15 - Associação dos Catraieiros DC Chagas 16 - Associação dos Catraieiros Nossa Senhora da Vitória 17 - Associação Catraieiros da Ponta Branca 18 - Cooperativa dos Catraieiros de Tefé 19 - Flutuante do “Cais de Tefé” 20 - Colônia dos Pescadores	92
Comercial	41	1 - Frigoríficos (8) 2 - Mercados (12) 3 - Mercarias (15) 4 - Pontões (6)	168
Serviços	99	1 - Catraieiros (5) 2 - Oficinas (Indústrias-Serviço) (15) 3 - Transportadora 4 - Técnico de informática/celular 5 - Carreira/estaleiro (2) 6 - Costureira (3) 7 - Cabelereiro (2) 8 - Fábricas de gelo (8) 9 - Entrepósitos de pesca (9) 10 - Vendedores informais de combustíveis (13) 11 - Terminal das Lanchas Ajato 12 - Depósitos (15) 13 - Atracadouros ou Marinas (18) 14 - Balsa-porto 15 - Bares e restaurantes (5)	321
Domiciliares	113	Domicílios e suas respectivas famílias	555
TOTAL		276 agentes flutuantes	1.136 pessoas

Fonte: Secretaria Municipal de Administração Geral, Planejamento de Finanças de Tefé; Secretaria Municipal de Saúde de Tefé. Levantamento próprio a partir do Trabalho de campo, 2020.

A Prelazia de Tefé operacionaliza a partir do lago suas ações da Igreja Católica em uma jurisdição territorial gigante constituída de municípios localizados em vários rios também enormes como o Juruá, Japurá, Jutaí e Solimões no Amazonas, atuando via relações com fiéis proprietários de flutuantes. As duas igrejas evangélicas flutuantes da “Assembleia de Deus” e uma da “Deus é Amor” possuem flutuantes que realizam cultos para os adeptos moradores do lago. Nos flutuantes do sindicato, da cooperativa e das quatro associações de catraieiros, os funcionários organizam os trabalhos de manutenção de fluxos dos profissionais e fiscalizam a licença e as condições das embarcações dos associados para que estes não sejam penalizados pela Capitania dos Portos com multas e apreensões de embarcações por falta de colete salva vidas ou documentos de seus condutores¹⁶. O sindicato e a Colônia dos Pescadores de Tefé, a “Z4”, dinamizam os entrepostos de pesca no lago e gerem os fluxos dos trabalhadores. A Prefeitura de Tefé flexibiliza as ações a partir do flutuante do mercado municipal de onde chegam produtos e mercadorias dos agricultores, pescadores e dos agentes de saúde que trabalham juntamente com o da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Isso expressa a complexidade de agentes institucionais de diferentes níveis que utilizam essa posição estratégica, o lago urbano de Tefé, para estabelecer a sede de suas operações no Médio e Alto Solimões (Figura 9).

Por conseguinte, as atividades das instituições públicas e entidades da sociedade civil se adaptam aos condicionantes fluviais e às estruturas dos flutuantes para que possam operacionalizar a logística necessária relativa às funções de suas respectivas competências a partir de depósitos, atracadouros e escritórios flutuantes no lago urbano de Tefé.

16 Entrevista concedida por Roquelane Nogueira de Castro, presidente da Associação de Catraieiros Jatão. Tefé, 05 jan. 2020.

Figura 9 – Avidiez das funções institucionais, comerciais, de serviços e domiciliares dos flutuantes no lago de Tefé



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Em outras instâncias funcionais, os 41 flutuantes que dinamizam as funções comerciais proporcionam ocupação para 168 pessoas no lago urbano de Tefé. Os 8 frigoríficos mantêm a contratação de 76 funcionários para suas atividades. O Frigorífico “Frigopeixe” se destaca como uma empresa que possui 20 funcionários fixos, porém podem contratar até 120 dependendo da produção e do período do ano. Além de Tefé, essa empresa possui escritórios em Manaus e São Paulo, enviando peixes de Tefé para 5 estados brasileiros: São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e Pará (QUEIROZ, 2017); também possui relações com representantes que viabilizam exportações para a Colômbia, Peru, países da Europa e Estados Unidos. Dentre as espécies comercializadas, destacam-se: surubim, pirarucu, dourado, piracatinga, mapará, sardinha, zebra, jari, filhote etc.

Outra atividade comercial relevante no lago de Tefé é a dos mercados atacadistas e varejistas que empregam 48 pessoas. O maior deles é o “Atacadão Takafaz”, que possui um aglomerado de flutuantes que vende tanto para os ribeirinhos das comunidades dos rios Tefé, do Solimões e do Japurá quanto para comerciantes e funcionários públicos da cidade, principalmente militares advindos de outras regiões do país

vinculadas à 16ª Brigada de Infantaria de Selva em Tefé que ali realizam seus “ranchos mensais” familiares. Há 30 pequenas mercearias no lago oferecendo diferentes produtos alimentícios, utensílios, brinquedos, roupas e calçados, em que empregam 30 pessoas produzindo fluxos e rentabilidade relativa ao comércio no lago urbano de Tefé. Os “Pontões” ou postos de combustíveis flutuantes proporcionam fluxos constantes para comercializar combustíveis, botijões de gás, artigos de mercearia onde também comercializam apetrechos para pesca tanto profissional quanto amadora. Também possuem atracadouros e depósitos para uso próprio ou aluguel para terceiros. No lago urbano de Tefé há 6 pontões com 30 funcionários, configurando os objetos técnicos mais modernos do lago tanto em técnicas de operação quanto em estrutura.

O setor terciário representado pelos “serviços” representa funções extremamente importantes em razão de empregar 321 pessoas a partir de 99 agentes funcionais no lago urbano de Tefé. Os 5 flutuantes que também sediam as operações do sindicato, da cooperativa e das 4 associações de catraieiros da mesma forma gerem o trabalho dos 121 profissionais devidamente habilitados; são os agentes que providenciam grande parte da circulação no lago além das grandes embarcações do transporte fluvial regional. Os catraieiros locais também realizam viagens fora das limitações territoriais do lago de Tefé desde que o cliente combine e pague o valor do percurso; promovem a integração de pessoas advindas do bairro do Abial, um bairro tefeense estabelecido em uma ilha próxima à cidade; porém seu acesso se realiza somente via as catraias tradicionais, apesar de uma ponte ser adaptada no período da seca do rio para a passagem de motocicletas, carros pequenos e viaturas da Polícia Militar; no período da cheia esta ponte fica submersa. Muitos “taxistas fluviais” com embarcações com motores mais potentes realizam viagens para Vila de Nogueira na margem oposta à cidade de Tefé, fora dos limites do lago urbano, mas ainda dentro do grande lago de Tefé, pertencente ao município de Alvarães, “cidade satélite” de Tefé; os fluxos são constantes, percurso constituído, principalmente, por estudantes, funcionários públicos e trabalhadores autônomos.

É significativa a circulação de passageiros entre os flutuantes e a “beira” que de julho a dezembro possui praia. Ressalta-se que existem serviços clandestinos exercidos por certos indivíduos sem qualificação profissional; há alguns catraieiros clandestinos que trabalham por períodos curtos do ano e não são associados a nenhuma entidade, associação ou cooperativa presente no lago; entre os serviços clandestinos também há vendedores de combustível em garrafas (gasolina e diesel) que efetuam a oferta informal em 13 flutuantes identificados no lago; isso ocorre devido a alguns moradores do lago possuírem acesso aos combustíveis mais baratos nos pontões. Eles utilizam os poucos recursos financeiros disponíveis para comprar os combustíveis em baldes e revendem em garrafas, principalmente, a catraieiros e moradores locais. Dentre as atividades típicas

do ambiente urbano flutuante vinculado ao circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979)¹⁷, que compõem os movimentos da centralidade fluvial e periférica no lago, destaca-se a dos vendedores ambulantes que remam em suas canoas oferecendo produtos nos flutuantes e embarcações que circulam no lago; no seu leque de opções estão produtos derivados de receitas regionais, tais como: banana frita, açaí, abacatada, pão com tucumã, cará frito, salgados e bolos caseiros, geladinhos, sorvete caseiro, etc.

Os agentes espaciais flutuantes de serviços que efetuam trabalhos casuais como: três (3) costureiras; dois (2) cabeleireiros; um (1) técnico em informática e um (1) técnico de celulares, bem como uma (1) transportadora, propiciam acessibilidade a serviços encontrados mais facilmente em concentrações urbanas, na cidade. Isso propicia deslocamentos internos de clientes interessados nestes serviços, que circulam entre flutuantes no lago urbano de Tefé exibindo uma prática urbana vinculada à necessidade de serviços de manutenção e assistência técnica de aparelhos celulares e notebooks; serviços típicos de lugares onde o meio geográfico contemporâneo é mais denso, mas que se fazem presentes de forma raquítica e incipiente.

O flutuante de ferro onde funciona o terminal das Lanchas Ajato representa um objeto técnico do transporte fluvial no Solimões que configura uma modernização do transporte fluvial no Solimões via a iniciativa privada (QUEIROZ, 2019b) e permite que outras embarcações regionais e parceiras da empresa “Ajato” também utilizem sua infraestrutura de atracação. Este flutuante de embarque e desembarque de passageiros e pequenas cargas

17 Pode ser classificado no clássico enquadramento dos circuitos da economia Urbana de Milton Santos discutida em “O espaço dividido” (1979). Santos discute que os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se por organizarem-se e reorganizarem-se em função de interesses distantes. Desta forma, subespaços não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação da modernização. Constituem-se assim o Circuito Superior e o Circuito Inferior da Economia Urbana em países subdesenvolvidos. As firmas que possuem acesso a fornecedores de cidades mundiais possuem modernas instalações e estruturas que oferecem produtos especializados e de qualidade, mercadorias contemporâneas e atendimento mais personalizado ao cliente. Estas podem se enquadrar no circuito urbano moderno de produção e consumo de Santos (2008 [2002], p. 133) que comenta que “é pouco criador de empregos e grande criador de riquezas, ao menos na aparência, e acha-se quase que totalmente desvinculado da região”. Estas são firmas do Circuito Superior, onde os monopólios de empresas mundiais se fazem presente oferecendo o que há de novo no mercado. Enquanto que as firmas que não contam com capital expressivo se baseiam no trabalho e não no capital e basicamente nos pequenos estoques, formalizando a sobrevivência, oferecendo produtos e mercadorias de baixa qualidade e preços mais acessíveis, difundindo o consumo apoiado na demanda de grandes fornecedores destas mercadorias e produtos. Que também pode ser adequado ao circuito tradicional urbano de produção e consumo de Santos (2008 [2002], p. 134) que “exerce demanda sobre as produções regionais: mantém com elas uma certa integração; desenvolvem-se em função do crescimento demográfico” e das migrações urbanas que renovam uma população conservadora de hábitos de vida (costumes alimentares, vestuário, etc.) “próximos ao do mundo rural, por ser incapaz de participar completa ou frequentemente de um tipo moderno de consumo”.

oferece serviços e equipamentos que o “Cais de Tefé”¹⁸ não disponibiliza, tais como: gerador de energia, em função das suscetíveis interrupções de energia elétrica que ocorrem em todos os 62 municípios do Amazonas (QUEIROZ, 2012a); guichê de vendas de passagens; escada para embarque e desembarque de idosos e crianças e acesso facilitado no período de seca (praia) e de cheia dos rios. Além disso, utiliza técnicas e organização diferenciadas, como: lanche, cadeiras de espera, disponibilidade de carregadores, taxistas, etc. (QUEIROZ, 2019a, p. 337).

Todavia, a balsa-porto do Cais de Tefé e os 18 flutuantes, que desempenham o papel de atracadouros, operacionalizam 24 funcionários. Flutuantes do setor de entretenimento geram fluxos significativos representados por 5 bares e restaurantes com 18 empregados e aumentam o número de contratações de funcionários temporários no período da cheia quando o fluxo de clientes se intensifica. Nos 9 flutuantes com função de entrepostos de pesca, compradores de peixes de escama e peixes lisos proporcionam emprego para 18 funcionários; esse efetivo pode triplicar em certos períodos do ano de grande produção piscosa. Além do mercado de Tefé, estes flutuantes suprem o abastecimento de mercados de cidades circunvizinhas pertencentes à Região Geográfica Imediata de Tefé, assim como da capital Manaus e cidades de outras sub-regiões do Amazonas. As 8 fábricas de gelo atuam em parcerias com os entrepostos com 48 funcionários. Os 15 flutuantes que oferecem os serviços de depósitos possuem seus respectivos 15 vigias contratados na cidade. Os 2 flutuantes das “carreiras/estaleiros” de manutenção e reforma de barcos contratam 4 funcionários fixos com admissão de auxiliares quando a frequência de clientes aumenta em determinado período do ano.

No lago urbano de Tefé, 15 oficinas produzem 45 empregos; elas se assemelham com o que Santos (2002, p. 66) chama de “indústrias-serviço”, entendidas como “oficinas de conserto de veículos, suscetíveis a transformar-se em oficinas metalúrgicas, chegando até alimentar indústrias modernas com dificuldades de prover peças sobressalentes” (SANTOS, 2002, p. 66). Neste sentido, estes flutuantes do lago de Tefé ofertam serviços mecânicos para veículos diversos como embarcações e até mesmo peças de pequenas aeronaves quando encomendadas por empresas regionais locais (QUEIROZ, 2018). Algumas destas indústrias-serviços flutuantes estão equipadas com tornos industriais e experiência técnica de seus mecânicos com hábil conhecimento deste equipamento. Esses profissionais advindos de diferentes estados brasileiros realizam consertos e produzem peças (de alumínio) que demandariam dias para chegar a Tefé se fossem encomendadas por clientes locais para seus principais fornecedores no país; executam ainda trabalhos para a fabricação de peças ou frações destas para motores de

18 Não há “Porto Organizado” na região do Solimões no Amazonas, no entanto Tefé conta com uma infraestrutura de embarque e desembarque de passageiros e cargas relevante e eficaz, o “Cais de Tefé”.

pequena e grande potência utilizados em embarcações de transporte de passageiros e cargas, lanchas, motocicletas, carros, além de trabalharem na elaboração de escadas, janelas, portas, serviço de vidraçarias, etc. Assim, seu público alvo ou clientela principal, os proprietários de embarcações e fregueses com necessidades de reformas domiciliares, se deslocam da cidade para o lago, estabelecendo fluxos intraurbanos significativos, atraindo, conseqüentemente, clientes de cidades da região de influência de Tefé para contratarem seus serviços no respectivo lago urbano.

E, finalmente, destaca-se a função dos flutuantes domiciliares que demanda os maiores números de representantes. Os 113 flutuantes ocupados por moradores abrigam 555 pessoas; “ribeirinhos urbanos” que ocupam e se apropriam do lago, territorializando-o de maneira tradicional, vivem um cotidiano híbrido que se efetua a partir da adoção de hábitos com “feitios caboclos” usuais e práticas urbanas que envolvem o uso de deslocamentos e acesso às informações pelo celular ou via equipamentos de TV e rádio. Situação geográfica que proporciona o uso, controle e apropriação do espaço a partir de uma territorialidade flutuante, que expande e complementa as atividades da cidade no lago, produzindo formas espaciais peculiares no Solimões em virtude de serem estruturas flutuantes que condicionam e repercutem os mesmos processos, interações e articulações análogas à organização espacial urbana da cidade.

As conexões espaciais efetuadas a partir dos agentes flutuantes presentes no lago proporcionam a avidez territorial produtora de uma densidade técnica e informacional relativa se comparada com outras regiões mais desenvolvidas do país, entretanto relevantes nesta porção territorial brasileira carente de iniciativas de desenvolvimento, assim como detentora de significativa pobreza e de grande desigualdade social e econômica.

Sendo assim, evidencia-se que a comunicação empreendida entre agentes da cidade e agentes do lago estabelece ofertas e demandas necessárias à circulação; logo, estas interações funcionais dinamizam os elementos espaciais de ambos os setores da cidade, das águas e da terra firme, que contribuem para a integração e a centralidade estabelecida com a cidade e mesmo com a região. Isso ocorre por intermédio do uso de determinadas funções espaciais como serviços e comércio e potencialidades do lago como a posição estratégica no rio Solimões, algumas ligadas à produção pesqueira, outras às atividades institucionais, comerciais e de serviços.

Por conseguinte, as funções dos flutuantes no lago urbano de Tefé acabam por corroborar uma produtividade espacial útil para a integração e o desenvolvimento, visto que, por oferecer serviços e possuir firmas e estabelecimentos comerciais (como exhibe anteriormente a Tabela 2), há uma significativa promoção de emprego e renda para os ribeirinhos urbanos moradores do lago, bem como para muitos agentes do município de Tefé e da região. O lago urbano de Tefé é o palco de relações de trocas, transações

e acordos variados a partir de suas estruturas e funções estabelecidas, proporcionando relações até com outros países, como as realizadas pelo Frigorífico Frigopeixe com Peru e Colômbia (QUEIROZ, 2016), e relações internacionais via o trânsito de passageiros do transporte fluvial aonde circulam colombianos e peruanos provenientes da tríplice fronteira: Tabatinga, Santo Rosa (Peru) e Letícia (Colômbia) (QUEIROZ, 2019a).

Entretanto, a dinâmica espacial no território fluvial do Solimões provoca a acumulação de funções em uma mesma estrutura, ou seja, o uso de um mesmo flutuante para ofertar serviços diferenciados a agentes diferentes. Assim, observou-se que os flutuantes domiciliares efetuam funções de depósitos, atracadouros, vendem combustível de maneira “informal”, possuem mercearias familiares, assim como oferecem outros serviços adaptados, mas com relevante significado e demanda nestes locais aquáticos, tais como: trabalhos de costureira, cabelereiro, manicure, babá, lava jato, etc.; outros são comércios e serviços como restaurantes e bares que também possuem comércio de mercearia. O uso de um mesmo flutuante por várias instituições de hierarquias diferentes também ocorre, proporcionando muitas vezes que os serviços de atracação sejam realizados em flutuantes em que atuam agentes da FUNASA, da Secretaria Municipal de Saúde e da Polícia Militar, por exemplo.

Santos (1985, p. 17) discute uma “intercambialidade de funções” quando “os homens podem ser tomados como firmas ou como instituições, da mesma maneira que as instituições aparecem como firmas e estas como instituições”. Desta forma, observou-se que a centralidade fluvial do lago de Tefé provoca uma “intercambialidade das funções” via limitação do número de estruturas flutuantes no lago.

No entanto, mesmo que assumam tarefas e permitam a realização de atividades diferenciadas, as funções se efetuam a partir da mesma forma e estrutura espacial, afinal “a forma é tanto resultado como condição de um processo” (SANTOS, 2008 [2002], p. 45). Processos estes que estabelecem certos ritmos e novas formas espaciais desenvolvidas por intermédio da adequação de atividades antigas operadas por técnicas novas, absorvidas e recriadas no lago urbano de Tefé para melhor fluir as relações com a cidade e, concomitantemente, com a região, já que Tefé depende da demanda das cidades circunvizinhas assim como de Manaus.

Sendo assim, as funções provenientes das estruturas flutuantes no lago urbano de Tefé colaboram para a difusão do “espectro urbano” (LEFEBVRE, 2001, p. 100) de forma amazônica a partir do vigor das relações pertinentes às atividades exercidas pelos agentes espaciais no lago do maior centro urbano do Médio Solimões, posição territorial vantajosa e favorável para atender os interesses de ampliação de mercados provenientes dos agentes espaciais leais aos ditames do modo de produção capitalista que se irradiam por meio dos ventos da globalização para se adentrar nesses espaços letárgicos e estratégicos da Amazônia.

Organização espacial flutuante - os processos e formas espaciais do lago urbano de Tefé

A operacionalização de estruturas flutuantes e a oferta de funções institucionais, comerciais, domiciliares e de serviços no lago urbano de Tefé promove uma dinâmica espacial flutuante destas atividades no lago. Os agentes flutuantes buscam produzir os melhores desempenhos possíveis das respectivas funções realizadas.

Dessa maneira, isso condiciona a atuação de um sistema espacial baseado nas formas e funções espaciais com o intuito do melhor desempenho dos objetos técnicos flutuantes procurando uma produtividade espacial resultante deste arranjo das formas geográficas no território fluvial. É possível verificar os pontões (postos de combustíveis flutuantes) e os flutuantes comerciais situados nas proximidades do centro e do Cais de Tefé com o objetivo de atender e captar clientes pertinentes aos fluxos de embarcações e passageiros, bem como os serviços dos catraieiros perto das escolas e da universidade na cidade, para melhor uso dos fluxos de estudantes, professores e trabalhadores, principalmente das centenas de acadêmicos das faculdades da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) provenientes do município de Alvarães via a Vila de Nogueira e das diversas comunidades como: Caiambé, Bacuri e Nossa Senhora do Socorro no grande lago de Tefé. Da mesma forma, exemplificam-se os flutuantes domiciliares nas proximidades do centro ou bem próximos da beira dos bairros da cidade que se localizam na vizinhança de postos de saúde, escolas e dos locais de trabalho de muitos moradores dos flutuantes que trabalham na cidade, etc.

Neste contexto, considera-se que o lago urbano de Tefé seja um produto territorial da evolução social que visa à melhoria das relações no cenário fluvial, onde dinâmicas espaciais diferenciadas em razão do meio em que se encontram proporcionam a influência de condições peculiares amazônicas (meio aquático, inserida em região com grandes distâncias com reduzidos núcleos urbanos estruturados, sem acesso às rodovias ou ferrovias).

Isso propicia o estabelecimento de um conjunto de flutuantes com funções semelhantes ou atividades similares atuando em uma mesma área do lago, promovendo “especializações produtivas” (SILVEIRA, 2011, p. 7) que possibilitam diminuir os custos de agentes e clientes. Desta maneira, uma especialização do espaço se efetua a partir da busca pelo melhor atendimento às demandas que aprimoram os objetos técnicos, configurados como formas geográficas flutuantes em razão deste aperfeiçoamento ao mercado local.

Portanto, as formas espaciais decorrentes do arranjo espacial produzido no lago providenciam uma organização espacial que expressa o “uso racionalizado do território”, reestruturado a partir das ações de agentes espaciais flutuantes. Sob esta contextualização cabe refletir que:

A evolução social cria de um lado formas espaciais e de outro formas não-espaciais que se transformam em formas geográficas, mas, no momento seguinte, as formas não-espaciais se transformam em formas geográficas. Essas formas geográficas aparecem como uma condição da ação, meios de existência – e o agir humano deve, em um certo momento, levar em conta esses meios da existência (SANTOS, 1996, p. 75).

Neste sentido, a dinâmica econômica e social do lago assim como a própria cidade depende de formas geográficas compatíveis com o processo de produção a que está inserida. No caso das cidades do Solimões no Amazonas, a produção se ampara na circulação regional vinculada à exploração do mercado consumidor de assalariados públicos da cidade e da região; cidades vizinhas polarizadas a Tefé pertinentes à sua “centralidade periférica” nesta fração do Brasil (QUEIROZ, 2016).

As ações dos agentes espaciais (indivíduos, firmas ou instituições) quando efetuadas de maneira frequente e sequenciadas propiciam as bases dos processos espaciais. No lago, as relações intraurbanas oriundas dos deslocamentos diários que envolvem a comunidade flutuante e as práticas espaciais efetuadas por meio do uso das funções espaciais disponíveis (domiciliares, comerciais, de serviços e institucionais) representam o alicerce dos processos espaciais existentes. Dessa forma, o lago representa um subespaço que reflete as dinâmicas destes processos espaciais que exprimem a “primazia das formas e a relevância das técnicas”, enquanto outros subespaços citadinos com relações de maior verticalidade exprimem a “primazia das normas e a relevância da política” (SANTOS, 1996, p. 167).

Para melhor compreender a dinâmica dessas formas e processos recorre-se ao método de Corrêa (2002, p. 36), que define os processos espaciais como “forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade”. O autor argumenta que este conceito busca “dar conta do que ocorre no espaço ao longo do tempo” (CORRÊA, 2002, p. 37) e propõe a classificação das formas espaciais resultantes dos processos espaciais reconhecidos como:

i) Centralização e a área central: emerge como resultado do processo de centralização. A concentração espacial é exibida nas áreas centrais, principalmente do setor terciário e institucional além de diversas outras atividades comerciais que historicamente se estabeleceram no centro proporcionando vantagens locais que valorizam os preços dos imóveis. Divide-se em dois setores: o núcleo central e a **zona periférica do centro**. A primeira caracteriza-se na segunda metade do século XX com: “o uso intensivo do solo” com maior concentração de atividades econômicas;

“ampla escala vertical” com presença de edifícios de escritórios que condiciona uma “limitada escala horizontal” e um “limitado crescimento horizontal”; por não possuir muitas residências apresenta uma “concentração diurna da população” em função dos horários do trabalho; isto proporciona a esta área exercer o “foco de transportes intraurbanos” bem como constituir “áreas de decisões”. A segunda, a “**zona periférica do centro**”, é a área do entorno do núcleo central; vinculadas ao “uso semi-intensivo do solo” com comércio atacadista, armazenagem (depósitos) e indústrias leves ligadas às atividades tanto do núcleo central quanto de toda a cidade; desenvolve-se uma “ampla escala horizontal” com prédios baixos e menor preço da terra; “limitado crescimento horizontal” e “área residencial de baixo status social”. Corrêa (2002, p. 43) afirma que este setor representa focos de renovação urbana e dos “transportes inter-regionais” com a presença de terminais ferroviários e rodoviários que proporcionam o estabelecimento de hotéis baratos. A descentralização administrativa e a valorização fundiária proporcionam a fluidez de atividades do circuito inferior impactando mudanças na área central vinculadas aos escassos recursos públicos ao setor.

ii) Descentralização e os núcleos secundários: processo mais antigo que o de centralização; ocorre em função da fuga de agentes em busca de melhores condições de trabalho e rentabilidade fora das áreas centrais, bem como é resultado de uma menor rigidez locacional que valoriza outros setores da cidade. O crescimento da cidade inflaciona os valores dos imóveis mais centrais; o desenvolvimento do transporte urbano permitiu a locomoção de pessoas via o acesso aos ônibus, carros e outros veículos urbanos. Desta forma, o urbano se amplia, assim como o consumo que se dispersa para outras áreas da cidade. Seletividades da descentralização se configuram como o resultado destes processos espaciais classificados de acordo com Corrêa (2002, p. 49/50), como: seletividade em termos de atividades; seletividade em termos temporais; seletividade em termos de divisão territorial do trabalho; seletividade em termos do tamanho da cidade e seletividade em termos de território. Assim, a formação de núcleos secundários se realiza a partir da dinâmica do comércio, dos serviços, da indústria, inclusive pequenas fundições que produzem esquadrias metálicas, portões, peças para veículos etc. Isto redefine a cidade promovendo novas configurações espaciais locais.

iii) Coesão e as áreas especializadas: o processo de coesão permite que um monopólio espacial com a aglomeração de mercadorias e produtos de diferentes marcas, tipos e preços condicione a consumidores destes produtos uma referência

espacial para adquiri-los. Isto resulta em áreas especializadas em diferentes setores da cidade, como, por exemplo, ruas e avenidas dedicadas à atuação de agentes do comércio atacadista, de depósitos, de pequenas indústrias e de serviços da zona periférica do centro.

iv) Segregação e as áreas sociais: estes processos são definidos por Corrêa (2002) a partir da divisão social do espaço, os anteriores se definem via uma divisão econômica do espaço. As áreas sociais são caracterizadas pela uniformidade da população por meio do *status* socioeconômico, a urbanização e a etnia, provocando uma segregação residencial que expressa espacialmente as classes sociais. Estão incluídos neste processo a auto-segregação realizada pelas classes dominantes e a segregação imposta, referentes aos grupos de sujeitos sociais que possuem poucas ou nulas opções de como e onde morar. Os papéis exercidos por estes grupos sociais são antagônicos dentro da divisão social do trabalho. A segregação residencial reproduz as áreas sociais e suas consequências ligadas à dinâmica do capitalismo, como desigualdades e violência.

v) Dinâmica espacial da segregação: processo relacionado à mutabilidade da segregação onde uma determinada área social pode ser habitada por distintos grupos sociais, tanto de status superior quanto inferior, isto decorre do processo de renovação urbana. A zona de transição ou zona periférica do centro é um produto da segregação por intermédio da mobilidade urbana que produz uma zona cristalizada que muitas vezes sofre renovações em suas infraestruturas e, conseqüentemente, em sua organização espacial.

vi) Inércia e as áreas cristalizadas: trata-se do processo que permite a preservação simultânea de forma e conteúdo vinculados à valorização capitalista de certos setores da cidade em associação à inserção de economias de aglomeração com criação de unidades de produção e serviços; isto condicionado pela força de sentimentos e do simbolismo expressada pelas formas espaciais e ao seu conteúdo. A valorização do atributo do ser, os valores culturais e do símbolo repercutem de forma econômica a viabilidade de investimentos com o intuito de manter tradições que como conteúdo promove áreas cristalizadas, mesmo com formas muitas vezes deterioradas. Uma dimensão aleatória de compreensão do espaço em seu significado não apenas material, mas também imaterial.

Com base nestas proposições, definições e classificações de Corrêa (2002), realiza-se uma análise a partir da inserção de certas áreas do lago urbano de Tefé nessas características enunciadas para uma melhor discussão das formas espaciais deste subespaço flutuante amazônica.

Enfatiza-se que a área central da cidade de Tefé foi vinculada a

um processo espacial de centralização em função do uso do território ou sua historicidade, que promoveu um adensamento de atividades institucionais, comerciais e de serviços na área central próxima às águas do lago de Tefé. A espacialidade dos sujeitos sociais presentes na cidade se expandiu para os lagos via o movimento pertencente ao entreposto fluvial, de onde o embarque e desembarque de pessoas e provisões de todos os tipos circulam. A pequena cidade de Tefé representa um território municipal desproporcional ao seu tamanho urbano que se delimita maior que o estado de Sergipe¹⁹, para efeito de comparação, porém conta com um pequeno centro urbano.

Para melhor discutir os processos e formas espaciais no lago urbano de Tefé, inspirado pelo método de Corrêa (2002), propõe-se uma classificação setorial do lago baseada em: i) Zona periférica fluvial do centro; ii) Núcleo secundário do bairro Juruá; iii) Áreas sociais do bairro do Abial; iv) Áreas cristalizadas do igarapé do Xidarini (Figura 10).

Figura 10 - Leitura dos processos e formas espaciais no lago urbano de Tefé



Fonte: Base de dados do Google Earth adaptado pelo autor, 2020.

i) Zona periférica fluvial do Centro: corresponde ao que Corrêa (2002, p. 42) classifica como “Zona Periférica do Centro” em condições fluviais, “a área em torno do núcleo central” (CORRÊA, 2002, p. 42). Das características que o autor discute que mais se enquadram à dinâmica dos processos relacionados ao respectivo lago urbano, destacam-se as “atividades estarem muito vinculadas às do núcleo central, beneficiando-se da acessibilidade que o conjunto que esta área central desfruta” (CORRÊA, 2002, p. 43).

Enquadram-se nesta forma espacial no lago urbano de Tefé, os flutuantes situados na orla da cidade e no lado oposto desta. Os flutuantes

¹⁹ Tefé possui um território de 23.662,223 Km², enquanto que o estado de Sergipe, 21.910,3 Km², segundo o IBGE.

deste setor do lago possuem funções institucionais, comerciais e de serviços, não há muitos flutuantes domiciliares em comparação com outros setores, apesar de existirem. No entanto, os pontões, atacadões e as instituições fluviais mais relevantes se posicionam nesta área do lago que provê muitos fluxos de passageiros, cargas; assim como transeuntes fluviais locomovidos pelas voadeiras de diversas potências e as tradicionais catraias, base do transporte fluvial ribeirinho amazônida que somada às operacionalidades de navios de passageiros, ferry-boats e lanchas Ajato do transporte fluvial se adéqua ao que Corrêa (2002, p. 43) chama de “foco da circulação inter-regional” (Figura 11).

Figura 11 – Flutuantes institucionais; flutuante do Terminal do Ajato; atacadões; Pontões; o entreposto fluvial, a placa de acesso aos flutuantes e o porto municipal na “Zona Periférica Fluvial do Centro” do Lago urbano de Tefé



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Uma fração desta área localizada na cidade, a Zona Periférica do Centro, admite um processo espacial de “centralização” e provê a forma espacial de “área central”, onde se localiza o Mercado e a Feira Municipal de Tefé, setor urbano constituído de lojas com ofertas de mercadorias, tais como: utensílios, equipamentos eletrônicos e vestuários populares. A “Zona Periférica Fluvial do Centro” no lago se encontra a poucos metros destas firmas, serviços e infraestruturas no período da cheia dos rios,

facilitando o desembarque da produção ribeirinha que se direciona para a feira municipal; trata-se de produtos agrícolas (excedentes da produção de subsistência de frutas, legumes e aves); contudo, o pescado, as carnes e os produtos manufaturados são direcionados para comercialização no mercado municipal. Os flutuantes vinculados aos serviços e atividades públicas municipais, estaduais e federais atuam, principalmente, como atracadouro para suas operacionalidades diversas nesta “Zona Periférica Fluvial do Centro”.

É nesta zona que se encontram os flutuantes de embarque e desembarque de cargas e passageiros provenientes das grandes embarcações do transporte fluvial advindas da capital Manaus e de todas as cidades do rio Solimões, propiciando a fluidez territorial a partir do Cais de Tefé e do entreposto fluvial que oferta o uso de uma balsa-porto privada que admite a circulação de embarcações dos segmentos dos navios-motores e ferry-boats. A empresa de lanchas Ajato, maior representante do segmento Lancha-Motor no estado, usufrui do seu próprio terminal flutuante localizado na Zona Periférica Fluvial do Centro, setor do lago onde também atuam as operações de flutuantes menores e tradicionais com função de embarque e desembarque bem como o atracadouro para lanchas-motor que transitam em linhas regulares locais; o que Queiroz (2019b, p. 92) chama de lanchas dos “fluxos secundários” e “fluxos terciários” em razão de possuírem infraestruturas e tecnologias menores em comparação com as grandes e modernas lanchas Ajato advindas de Manaus referentes aos “fluxos primários”. Todavia, as lanchas menores (fluxos terciários) realizam viagens de linha para comunidades e cidades circunvizinhas a Tefé, fortalecendo a centralidade da capital regional do Solimões (QUEIROZ, 2017).

Muitos moradores de flutuantes do lago transitam pela Zona Periférica Fluvial do Centro em direção ao mercado ou à feira municipal onde há oferta de produtos com preços baixos, o que providencia identificar nesta área a presença de agentes do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979) que comercializam seus produtos a sujeitos da cidade e moradores que se enquadram ao que Corrêa (2002, p. 43) caracteriza como “residências populares e baixa classe média”, estabelecimentos comerciais da zona periférica do centro especializados no atendimento de demandas de clientes com poder aquisitivo mais restrito, moradores, neste caso, da Zona Periférica Fluvial do Centro.

Há, neste setor, mercados atacadistas; alguns vinculados aos donos de navios do transporte fluvial no lago de Tefé, outros aos proprietários de pontões, e estes também ofertam o serviço de depósitos da mesma forma que os flutuantes domiciliares disponibilizam no lago.

Corrêa (2002, p. 43) salienta que a zona periférica do centro se caracteriza como um foco da política de renovação urbana, em função de se configurar como uma área popular acessada com facilidade por todos da cidade. Quando essas reformas e renovações infraestruturais se realizam, a melhoria da fluidez espacial se difunde para a zona

periférica fluvial do centro no lago urbano em função da proximidade de relações entre os agentes espaciais. Neste sentido, ressalta-se que a partir de 2018 a zona periférica do centro de Tefé se beneficiou com grandes reformas e construção de novas infraestruturas, corroborando o melhor direcionamento de serviços públicos vinculados à segurança e iluminação pública em espaços reconfigurados, propiciando maior acessibilidade da população à área portuária nas margens do lago urbano, a Zona Periférica Fluvial do Centro. Sendo assim, a melhor acessibilidade a esta área fluvial da cidade via as melhorias da infraestrutura urbana tende a melhorar os fluxos para o lago, principalmente por turistas e consumidores de serviços e das lojas do comércio local.

ii) Núcleo secundário do bairro Juruá: o processo e a forma espacial de “descentralização e os núcleos secundários” de Corrêa (2002, p. 45) se correlacionam no lago urbano de Tefé a partir de situações geográficas que se efetuam por intermédio de uma “menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não-centrais” (2002, p. 45). Características e elementos de processos espaciais que organizam formas espaciais flutuantes que se estabelecem próximas à beira do lago no bairro do Juruá (Figura 12).

Figura 12 – Flutuantes do Núcleo secundário do bairro Juruá



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Enfatiza-se que algumas áreas do lago, tais como as próximas do bairro do Abial, do igarapé do Xidarini e do bairro Juruá, são mais dispersas e relativamente distantes da zona periférica fluvial do centro. O preço do

flutuante nestes locais pode custar até um terço do valor de uma casa em um bairro na cidade e até 10% do valor de uma casa no centro da cidade. Isto atrai muitos interessados a construir um flutuante no valor de 10 mil reais ou comprarem um bom flutuante de segunda mão com dois quartos no valor de 25 mil reais, concomitante a esta iniciativa de estabelecer moradia. Alguns conseguem emprego assumindo uma vaga na associação de catraieiros que varia entre 3 e 5 mil reais²⁰ e começam a trabalhar no lago assim que se estabelecem no flutuante²¹.

Os moradores do Núcleo secundário do bairro Juruá no lago urbano de Tefé acabam por substituir o uso de veículos utilizados na cidade por veículos aquáticos, em sua maioria a catraia. Estes indivíduos possuem acesso ao uso de celular, rádio e TV. Em função de estarem vivendo nas proximidades do núcleo urbano, possuem bom acesso às instituições de saúde, educação e segurança localizadas na cidade.

No entanto, os processos espaciais que melhor caracterizam esta forma espacial, o “Núcleo secundário do bairro Juruá”, se remetem à fluidez pertinente às atividades de agentes espaciais que correspondem ao que Corrêa (2002, p. 56) chama de “coesão e áreas especializadas”, representada pela exclusiva oferta do trabalho das indústrias-serviços fluviais ou oficinas flutuantes com mão de obra especializada nesta parte do lago. Estes agentes flutuantes promovem fluxos a partir da demanda destes serviços por proprietários de embarcações e de diversas oficinas de veículos da cidade; o interesse destes serviços também é direcionado por clientes provenientes de cidades vizinhas a Tefé e eles se realizam com o objetivo de utilizarem o trabalho dos tornos industriais ali presentes. Estas atividades permitem identificar este setor do lago como “Área especializada do bairro Juruá” em função da descentralização decorrente do uso e procura significativa de clientes que precisam da fabricação de peças pelas indústrias-serviços. Ressalta-se que estas também atendem em outros setores do lago, como as próximas ao bairro localizado na ilha do Abial, entendidas como “Áreas sociais do bairro do Abial”; ou seja, a comunicação entre os setores de diferentes formas espaciais inseridos no lago urbano se realiza por intermédio da flexibilização e articulação das atividades existentes entre os agentes funcionais de serviços especializados existentes somente no lago da cidade, as indústrias-serviços, criando relações úteis para a integração entre agentes locais e regionais.

Salienta-se que assim como na Zona Periférica Fluvial do Centro, também há flutuantes atacadistas nesta “Área especializada do bairro Juruá” do Núcleo secundário do bairro Juruá, além de pontões para abastecimento de embarcações; o que expressa atividades especializadas e coesas que

20 Valor que depende do vendedor da vaga; muitas associações não ofertam vagas sobressalentes, o que leva aos interessados a adquirí-las de associados dispostos a vender, por isso o preço diferencia entre vendedores mais gananciosos ou não.

21 Entrevista concedida por Roquelane Nogueira de Castro, presidente da Associação de Catraieiros Jatão. Tefé, 05 jan. 2020.

caracterizam os processos espaciais dos núcleos secundários classificados por Corrêa (2002). Configura-se, assim, uma dinâmica útil dos flutuantes para manutenção de relações entre agentes espaciais com atividades técnicas diferenciadas, providenciando processos espaciais que melhor dialogam com os processos pertinentes ao meio geográfico contemporâneo.

iii) Áreas sociais do bairro do Abial: esta forma espacial flutuante é vinculada a uma segregação residencial examinada a partir de uma divisão social do espaço que corresponde a um processo espacial designado por Corrêa (2002; 2013) como “segregação e as áreas sociais”.

O aumento da população proporcionou a ampliação de antropofomas sociais (LEFEBVRE, 1999) que se adequam à rede urbana em função da seletividade imposta a partir da especulação do preço da terra que impede a aquisição desta por muitos sujeitos sociais. Na cidade, áreas de segregação se apresentam em função da ação de agentes imobiliários que buscam o melhor preço em setores privilegiados onde há melhores infraestruturas e aportes urbanos pertinentes a serviços públicos, e acabam proporcionando a dispersão de indivíduos com menor poder aquisitivo para áreas não residenciais. Nestes lugares pouco assistidos e valorizados pela especulação imobiliária, as casas são construídas com técnicas e materiais disponíveis no lugar; ou seja, a urbanização nestes locais se desenvolve a partir de uma especialização do lugar, se reproduzindo no ritmo da adaptação, do ajuste e do desejo de apropriação de determinados sujeitos sociais.

Desta maneira, nas margens do bairro do Abial no lago urbano de Tefé se desenvolveram as “áreas sociais do bairro do Abial”, onde muitos flutuantes domiciliares funcionalizam residências ocupadas por famílias há muitas décadas, se especializaram ao lugar e possuem energia elétrica via cabo submerso da concessionária Amazonas ou por intermédio de geradores de energia. A energia elétrica condicionada aos flutuantes domiciliares possibilita o uso de equipamentos de telecomunicações e eletrodomésticos, como: TV com antena parabólica, rádio, ventilador, ferro de passar, caixa de som, videogame, micro-ondas, etc.; também possuem acesso à internet via uso de celulares. Nesta porção do lago urbano de Tefé, objetos técnicos flutuantes ou formas geográficas representam uma divisão do trabalho regional pertinente a processos espaciais ligados às “áreas especializadas” (CORRÊA, 2002), tais como: frigoríficos, fábricas de gelo, oficinas equivalentes a indústrias-serviços e lava jato de embarcações; estes serviços e comércio permitem contratações de mão de obra local para seu funcionamento. Mesmo que muitas destas ocupações sejam temporárias, são relevantes na produção de ocupações laborais à população flutuante do bairro do Abial. É o setor do lago urbano de Tefé que possui moradores com perfil social e econômico mais estável em função das habilidades e experiências adquiridas como ribeirinhos urbanos (Figura 13).

Figura 13 – Flutuantes domiciliares das “Áreas sociais do bairro do Abial”



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Muitas famílias residem em flutuantes próximos às escolas, ao posto de saúde e ao posto de polícia do bairro do Abial, uma pequena ilha da cidade de Tefé povoada por pescadores, agricultores e pequenos comerciantes revitalizadores de um gênero de vida com sociabilidades pretéritas e ritmos diferentes do restante da cidade.

Esta acessibilidade que os moradores flutuantes das “áreas sociais do bairro do Abial” compartilham com o bairro promove processos espaciais provenientes de uma situação social e econômica consequente do uso de aportes urbanos e serviços sociais básicos que promovem a cidadania; cita-se o exemplo de dona Leocádia, moradora flutuante desta área que mantém um filho estudando medicina na Bolívia. Muitos frigoríficos e fábricas de gelo situados neste setor do lago possuem uma rede social que informa a oferta de empregos sazonais quando a produção exige a admissão de novos empregados para o trato com o pescado no período da cheia do rio. Isto exhibe atividades significativas para o funcionamento de serviços e comércio de flutuantes em áreas distantes da zona periférica fluvial do centro.

Contudo, as estruturas e funções flutuantes domiciliares ficam condicionadas à “expressão espacial da segregação”, no caso a “área natural” do rio, fração disponível e submetida à dinâmica da evolução social que produz as “áreas sociais” a partir da uniformidade da população em uma área geográfica via os parâmetros expressados por Corrêa (2002, p. 60), como: “*status* socioeconômico, urbanização e etnia”. Enfatiza-se que a segregação residencial “é um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano” (2002, p. 60). Deste modo, a segregação residencial representa um meio de reprodução social nestas águas urbanas do rio Tefé; enquanto as funções dos flutuantes e dos serviços disponibilizados são os locais de produção, os flutuantes domiciliares são os locais de reprodução de uma “urbanização fluvial” proveniente da especialização do espaço e da manutenção de um gênero de vida caboclo e ribeirinho.

iv) Áreas cristalizadas do igarapé do Xidarini²²: a dinâmica espacial da segregação providenciou a ocupação de um setor que admite um cotidiano com características peculiares próximo da cidade; possui um cotidiano diferente em razão do uso de objetos geográficos advindos de uma divisão social do espaço de outras temporalidades e ainda funcionais. Este setor se encontra ao lado da zona periférica fluvial do centro, lugares onde “as frações da sociedade em movimento são distintamente acolhidas, daí rupturas e seletividade do processo” (SILVEIRA, 1999a, p. 353). As consequências de ocupações espontâneas e pouco organizadas de determinadas frações do lago urbano de Tefé representam processos que provocam uma forma espacial flutuante que se adéqua ao que Corrêa (2002) chama de “Inércia e as áreas cristalizadas”.

Dessa forma, as “Áreas cristalizadas do igarapé do Xidarini” são a forma espacial pertencente ao lago que possui os moradores mais humildes; os arranjos dos flutuantes são descontínuos nas margens desse igarapé, um pequeno rio com aproximadamente 15 quilômetros de extensão com afluentes e subafluentes. Alguns moradores destas áreas cristalizadas são índios advindos do rio Japurá, do município de Maranhã, sem meios de produção, qualificação profissional e acesso à educação. Outros são migrantes com restrito poder aquisitivo que compram flutuantes com estruturas precárias. Muitos dependem da pesca e da tradicional forma de coleta de frutas na floresta e caça de animais silvestres como pacas e tatus para sobreviver. É notória a presença de uma inércia como processo espacial que condiciona uma cristalização das técnicas, objetos, estruturas e funções. Entrementes, são pessoas que vivem com tranquilidade, em paz com seu meio, sendo o setor com menos casos de violência como roubos, vias de fato e agressões²³.

A carência de recursos materiais revela pessoas que valorizam e preservam a forma e conteúdo de seu meio ambiente envolto à fricção de processos espaciais de diferentes tempos, onde certa serenidade e quietude se apresentam mesmo envoltas aos fluxos de menor frequência de catraias, balsas e seus rebocadores. No entanto, a presença de bares e restaurantes populares que ultrapassam a sua capacidade de lotação nos fins de semana gera poluição sonora e aflige os vizinhos da cidade e do lago. Um acidente em 2018 provocou o afogamento de um oficial do Exército proveniente do

22 Igarapé significa “rio pequeno que tem as mesmas características dos grandes e que é geralmente navegável; os maiores denominam-se de igarapés-açus, e os menores de igarapés-mirins” (FERREIRA, 1999, p. 1073).

23 As “áreas sociais do bairro do Abial” e a “zona periférica fluvial do centro”, respectivamente, possuem maiores ocorrências de caso de violência e crimes, como roubos e vias de fato; em decorrência do maior acesso às bebidas alcólicas e drogas disponibilizadas pela presença de bares e mercearias. Posteriormente ao “núcleo secundário do bairro do Juruá” aparece a “área cristalizada do igarapé do Xidarini” nesta classificação. Ressalta-se que grande parte das vítimas não notifica as ocorrências na delegacia, dificultando investigações e perpetuando impunidades.

estado de Goiás que mergulhava embaixo das boias do flutuante. A Capitania dos Portos e a Polícia Militar reforçaram as rondas aos fins de semana neste setor do lago, além de terem fechado o estabelecimento por uns meses.

Os proprietários destes bares e restaurantes das “áreas cristalizadas do igarapé do Xidarini” se configuram como agentes espaciais que buscam usufruir dos aspectos positivos do lugar e acabam por gerar os impactos urbanos resultantes do encontro pouco planejado de pessoas em um flutuante de entretenimento. Entrementes, estas áreas cristalizadas do igarapé do Xidarini possuem setores em que a iniciativa privada por meio da Empresa Guanabara Ltda. reformula frações do espaço a partir de práticas espaciais que impactam a paisagem via as atividades de desembarque de cargas de grandes balsas vindas de Manaus, principalmente material de construção e combustível; perspectivas de impactos futuros proporcionando investimentos significativos neste subespaço do lago urbano de Tefé (Figura 14).

Figura 14 – Flutuante nas Áreas cristalizadas do igarapé do Xidarini no lago urbano de Tefé, entreposto de desembarque de balsas e um bar e restaurante local



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Todavia, em outros setores destas áreas cristalizadas o silêncio da mata e o barulho das aves ressoam no cotidiano dos moradores flutuantes. A pouca concorrência por espaços leva à inexistência de conflitos com outros possíveis usuários; isso produz uma continuação e permanência das técnicas de vivências caboclas relativas ao gênero de vida²⁴ ribeirinho.

Observa-se uma modernização pretérita (QUEIROZ, 2019b) quando do uso de técnicas e objetos antigos (QUEIROZ, 2019b); fenômeno geográfico

24 Relações gerais apresentadas por Vidal de La Blache as quais consistem em um conjunto de técnicas; os gêneros de vida são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico (SORRE, 1984, p. 103).

também exposto na maior presença de veículos de locomoção fluvial tradicionais, como as canoas a remo, ou, ainda, no pleno uso de equipamentos ultrapassados como telefones celulares, TVs e rádios, de décadas atrás, porém muito úteis nestes setores humildes da cidade e do lago urbano de Tefé.

Nestes espaços letárgicos, a divisão territorial do trabalho se alia com a rigidez das formas espaciais inertes à flexibilidade espacial, que permite que o novo seja adiado. A modernização pretérita não possui força para mudar a forma e o conteúdo dos flutuantes, que se mantêm de outrora, muitos sem energia elétrica ou saneamento básico, outros sendo vendidos, usados e revendidos em ciclo que envolve muitas décadas. No entanto, a calma do lago neste setor e a menor distância para a beira de um setor mais afastado do centro promovem fluxos de turistas e locais, principalmente nos fins de semana.

A zona periférica fluvial do centro também apresenta traços de cristalizações espaciais. O catraieiro Sr. Francisco Almeida alega que as pessoas do lago são vizinhos bons, podem pescar e dormir sem preocupação com a violência, e quando algo estranho se apresenta contam com telefones para ligar para a polícia²⁵. Este relato de quem mora em um flutuante há 4 décadas exhibe a contradição da inércia, pois a cristalização do modo e ritmo do cotidiano não impede que mudanças com processos lentos se realizem. O sentimento caboclo de uso das águas para pescar, trabalhar e viver permanece como um forte elo de simbolismo cultural entre o homem e a natureza apropriada e inserida na dinâmica espacial.

Muitas áreas sociais se realizam concomitantemente às áreas cristalizadas e em núcleos secundários. Neste sentido, Corrêa (2002, p. 43) afirma que as formas espaciais “não são excludentes entre si (...) os processos espaciais são complementares entre si”; estes processos e formas espaciais podem coexistir numa mesma área geográfica. Um acontecer solidário homólogo e complementar (SANTOS, 1996, p. 166) se realiza em função das relações entre a cidade e o lago.

Sendo assim, formas espaciais de um sistema espacial flutuante configurado a partir de processos, formas, estruturas e funções espaciais atuam simultaneamente no lago urbano de Tefé. As estruturas tradicionais dos flutuantes ainda continuam a inspirar as formas modernas e corroboram para o imaginário sociocultural, porém com o mesmo conteúdo voltado a proporcionar funcionalidades contemporâneas no lago. Isto representa a inércia das formas espaciais. Ainda que os flutuantes de ferro, os pontões, assumam funções novas provenientes de lugares onde a aceleração da produção se realiza, utilizando para isso técnicas modernas em flutuantes com estabilizadores ou potentes bombas de combustíveis para abastecer rapidamente os motores de lanchas Ajato, navios e ferry-boats, ainda há a sustentação de uma atmosfera que expressa o sentimento e a força

25 Entrevista concedida por Francisco Pinheiro de Almeida, catraieiro e morador do lago de Tefé. Tefé, 12 jan. 2020.

simbólica do lago. Mesmo os trabalhadores desses flutuantes com técnicas mais contemporâneas, como os pontões, os flutuantes de entidades civis e de proprietários com alto poder aquisitivo ainda valorizam a vista de um cardume de peixes saltando para dentro das catraias; se vislumbram com a presença da majestosa floresta no horizonte e respeitam seus mistérios; enaltecem a solidariedade das pessoas que compõem a comunidade flutuante bem como exaltam o bom uso de determinados tipos de madeira usados na construção de um flutuante tradicional; dão valor à qualidade das canoas e remos artesanais, à leitura do tempo tradicional dos caboclos e da condição de serem cidadãos da floresta e de viverem em um lago urbano. Um objeto geográfico que se sustenta a partir de uma dialética do espaço e de uma flexibilização do território, lugar que, de tão peculiar em relação à coexistência de objetos técnicos e de perspectivas consuetudinárias, providencia certa idealização e interpretação de seus moradores que acreditam que o “novo” e o “contemporâneo” é quase profano, e o antigo e pretérito é quase sagrado, o que não passa da expressão da força do simbolismo que perpetua na cultura ribeirinha amazônica frente o agir da técnica capitalista presente em qualquer lugar em que esteja o urbano, como no lago de Tefé.



O SISTEMA ESPACIAL FLUTUANTE

das formas espaciais
solidárias e hierárquicas

3



A partir da identificação dos processos e formas espaciais do lago urbano de Tefé, reflete-se sobre as circunstâncias da disposição espacial das formas geográficas flutuantes contribuírem para que o arranjo das formas espaciais flutuantes estabelecidas viabilizem processos espaciais úteis ao desenvolvimento regional e à integração territorial.

As funções institucionais, de serviços, comerciais e domiciliares exercidas pelos agentes flutuantes no lago urbano expressam processos espaciais que geram emprego e renda à população (ver Tabela 2 anterior). A proximidade com a cidade permite acesso aos aportes urbanos institucionais representados pelos serviços públicos de educação, saúde e segurança pública, irradiando benefícios e influências àqueles que residem, trabalham ou transitam no lago urbano de Tefé, a comunidade flutuante.

Desta forma, a constituição de um sistema espacial flutuante solidário no lago urbano de Tefé se configura via a dinâmica do conjunto de formas espaciais flutuantes existentes que interagem entre si, com a cidade e a região. Além da geração de emprego e renda e o acesso aos aportes institucionais urbanos, evidencia-se que: i) as migrações urbanas no lago; ii) o fluxo cotidiano de sujeitos sociais, incluindo sujeitos vindos diariamente dos municípios vizinhos de Alvarães e Uarini; iii) e os deslocamentos da circulação regional vinculados ao transporte fluvial de passageiros e mercadorias, que dependem das vantagens locacionais do lago situado fora das águas complexas do rio Solimões e próximo ao centro gestor do território nesta região, a cidade de Tefé, promovem fortes subsídios para o desenvolvimento regional e a integração territorial (IBGE, 2017; QUEIROZ, 2017); assim como a apropriação das águas em razão do aumento da população e ampliação da rede urbana no lago provoca uma especialização do espaço por intermédio do aprimoramento das formas e das técnicas que leva a uma especialização funcional dos flutuantes no lago.

Sendo assim, formas geográficas flutuantes que constituem um sistema espacial fluvial expressam uma organização espacial peculiar no lago urbano de Tefé. Uma organização espacial útil à integração e ao desenvolvimento da região, e, por esse motivo, solidária aos vetores de inserção cidadã e promoção de qualidade de vida aos que moram e trabalham no lago e na cidade.

No entanto, formas espaciais não solidárias ao desenvolvimento e à integração podem surgir a partir de diferentes eventos que provocam situações geográficas promotoras de arranjos territoriais flutuantes que irradiam desigualdade social e aportes urbanos desvirtuosos à organização espacial. Sob esta abordagem, ressalta-se que não é de hoje que formas espaciais flutuantes não solidárias em lagos urbanos com funcionalidades diferenciadas são um objeto de análise social no estado do Amazonas. A ocupação, o desenvolvimento e as características do cotidiano das águas urbanas de Manaus pertinentes à “Cidade Flutuante” que existiu entre os anos de 1950 e 1967 foram estudados por muitos intelectuais, destacando-se Souza (2010; 2016) e Salazar (1985) (Figura 15).

Figura 15 – Fração da Antiga Cidade Flutuante de Manaus



Fonte: SOUZA, 2016, p. 128.

O primeiro autor realizou uma leitura a partir do conceito de Cidade Local de Santos (1982) onde este define a cidade local como “a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p. 71).

No entanto, a Cidade Flutuante manauara analisada por Souza (2016) se diferencia da Cidade Local miltoniana pelo fato da primeira ter tido uma posição geográfica central em águas próximas à cidade de Manaus, frente da cidade, e não periférica (SANTOS, 1982, p. 74) tal qual se caracteriza as cidades locais definidas pelo professor Milton Santos (SOUZA, 2016, p. 119).

Todavia, pode-se adequar a Cidade Flutuante de Manaus à “zona periférica fluvial do centro”, de acordo com nosso estudo; justifica-se essa categorização de uma segregação residencial fluvial a partir do método de

Corrêa (2002) quando alega que: a caracterização da “zona periférica do centro” elenca “área residencial de baixo *status* social” na região central da cidade, onde há descentralização administrativa e corrobora para atividades do circuito inferior em razão do precário planejamento assim como de limitados investimentos públicos. Ou seja, análogo às características da cidade flutuante de Manaus que existiu do início da década de 1950 e foi destruída sistematicamente entre os anos de 1965 e 1967 no governo de Arthur César Ferreira Reis (SOUZA, 2016); esta se configurou como um fenômeno geográfico que se caracterizava pela ocupação gradativa de famílias e pessoas com perfis econômicos e sociais semelhantes.

Primordialmente, um conjunto de flutuantes atuava como representante de comerciantes ribeirinhos de produtos agrícolas; vendiam suas mercadorias subsidiando a feira do mercado central e pequenos restaurantes que funcionavam em flutuantes domiciliares nos anos da década de 1950 (SOUZA, 2010, p. 157). Posteriormente, com o aumento da quantidade de flutuantes representantes do grande comércio extrativista (castanha, borracha, juta, couros e peles de animais), houve a promoção de fluxos adjacentes a esta circulação; em 1964 a cidade flutuante possuía 182 flutuantes com funções comerciais, de serviços e residenciais, porém no seu auge, com quase 12 mil moradores inseridos em uma proto-urbanização, assumiu visibilidade pelo governo amazonense ter aderido às ideologias dos militares e da Revolução de 1964 (SOUZA, 2010, p. 157-158). Este governo alinhado às normas de Brasília fomentou o projeto brasileiro inspirado no modelo de “circuito de ramo” (BENKO, 2002, p. 55) que promovia a industrialização em países do terceiro mundo por empresas multinacionais de modo de produção fordista, base para o estabelecimento da Zona Franca de Manaus e a consequente remoção da cidade flutuante das águas da capital amazonense.

Souza (2016, p. 143) afirma que “ainda que se adequasse às características ecológicas do lugar, ela era vista como expoente máximo de desorganização urbana e promiscuidade social e sanitária”. Dessa forma, as águas urbanas da cidade flutuante de Manaus se configuravam como um espaço que representava um refúgio para os desesperados, para os indivíduos sem ocupação definida e sem rumo, um “abrigo dos deserdados” (SALAZAR, 1985), suprindo o espaço com uma “coesão da precariedade”. Sob este contexto, cita-se Haesbaert (2010, p. 191) ao discutir a “ilógica” dos espaços aglomerados vinculados à “precarização e instabilidade social”:

(...) isso não significa que amplas áreas de precarização social não acabem formulando suas próprias dinâmicas espaciais/regionais, não necessariamente menos complexas do que as grandes articulações econômicas e políticas dos grupos hegemônicos. Movimentos sociais tidos frequentemente como alternativos (ou “contraglobalizadores”), por exemplo, acabam redesenhando espaços regionais em malhas muitas vezes

mais finas e diversas do que aquelas dos chamados “atores” hegemônicos, globalizados, em sua “multiterritorialidade” de caráter quase sempre muito mais funcional do que simbólico (HAESBAERT, 2010, p. 191).

Sob este aspecto, há uma dimensão útil na análise territorial da coesão da precarização social, relações e redes muito mais finas acabam por nortear fluxos de mercadorias, serviços e produtos, lícitos e ilícitos, que promovem o crescimento deste “território flutuante”. Isto muitas vezes é reconhecido como subsídio para que os lugares se adéquem a uma compartimentação do espaço (CATAIA, 2011, p. 110), vinculado a uma delimitação de interesses solidários, repletos de histórias e significados, e por isso um produto social relevante para a compreensão do uso do território que expressa identidade e força a partir das ações de um conjunto de sujeitos aptos a modificar, produzir e reproduzir suas articulações espaciais via a representação de uma territorialidade. Neste enfoque, Haesbaert (2011, p. 281) discute que:

(...) não se trata simplesmente de priorizar o expressivo sobre o funcional, mas de reconhecer sua permanente imbricação. Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxos, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui (HAESBAERT, 2011, p. 281).

Esse subespaço fluvial manauara de outrora foi destino de pessoas, famílias que se refugiavam em busca de abrigo, motivo que interessou muitos comerciantes a utilizarem a posição estratégica na orla da cidade de Manaus, onde obtinham mão de obra barata para realizar sua logística e vender seus produtos, produzindo consequências ao entorno de seus flutuantes com a construção de moradias que vendiam comidas e produtos alimentícios. Uma perspectiva de vida surgiu com significados e motivos para o aprimoramento das técnicas de convívio, de produção, de habitação, enfim, de sobrevivência. Eventos que se sucedem e estruturam outros eventos para a delimitação de uma situação geográfica que provocou esta respectiva organização espacial.

Assim, a discussão do uso das águas urbanas a partir do caso da Cidade Flutuante de Manaus mostra uma situação geográfica (SILVEIRA, 1999b) em que uma configuração exclusiva de intenções, ações, esforços e objetivos comuns entre pessoas ou um grupo de pessoas promove um acontecer solidário com a “realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (SANTOS, 2009 [1996], p. 166). O acontecer hierárquico “resultante das ordens e da informação provenientes de um lugar e realizando-se em outro, como trabalho” (SANTOS, 1996, p. 166)

(referindo-se ao centro da cidade e à cidade flutuante) proporciona forças que convergem, informações segredos advindas de agentes que possuem melhores condições de gerir e mesmo manipular os processos espaciais; ao contrário do acontecer homólogo e complementar, como o caso do lago urbano de Tefé, em que atuam forças que irradiam solidariedade e onde as informações se difundem horizontalmente a partir do uso comunitário manipulando a técnica e as formas.

Deste modo, a antiga Cidade Flutuante de Manaus se configurou como uma forma espacial flutuante hierárquica não solidária ao desenvolvimento regional e à integração territorial da época; foi o destino de deserdados assim como de muitos sujeitos, proporcionando em 1966 uma população de 11.400 pessoas (SOUZA, 2016, p. 125), e acabou sendo “removida” pelos governos de Arthur César Ferreira Reis e Mário da Costa Paiva entre 1964 e 1967 via políticas de reassentamento populacional em função de ter sido considerado um lugar apto a simbolizar precariedade (SALAZAR, 1985).

Sobre este aspecto, cabe discutir a cidade flutuante sob a luz de um processo de desterritorialização a partir de uma “dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social (...) a condição de ‘desterritorialização’” – ou de “territorialização precária” (HAESBAERT, 2011, p. 313)”. Por conseguinte, a cidade flutuante representa um objeto de estudo para se compreender as desigualdades sociais e a violência que os refugiados da cidade capitalista construíram em um ambiente fluvial. Isto propicia “o estabelecimento de uma massa de pessoas sem conhecimento de seus direitos, praticamente invisíveis pelas políticas públicas via a ausência de ações do Estado” (PRAIA e QUEIROZ, 2020, p. 66); assim relações econômicas, políticas e sociais se esvaem nestes espaços opacos (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 264).

Desta maneira, formas espaciais hierárquicas não solidárias ao desenvolvimento regional (via a ínfima capacidade de produzir relações que possam repercutir econômica, política e socialmente) e à integração territorial (via a exclusão dos indivíduos e agentes que residem ou trabalham na repercussão dos resultados econômicos e sociais disponíveis) se estabeleceram na Cidade Flutuante manauara. Com uma maior complexidade em sua dinâmica, estas formas espaciais hierárquicas não solidárias são provenientes de várias situações geográficas estabelecidas.

Ressalta-se que alguns agentes presentes na cidade flutuante prosperaram posteriormente na cidade de Manaus. Souza (2010, p. 15) cita a família Assaiag que construiu uma rede de supermercados tradicional em Manaus; também menciona a presença de uma fábrica de gelo da família Alcântara. No entanto, são poucos agentes que realizaram algum progresso com níveis significativos; se alguns agentes prosperam após a remoção dos flutuantes do lago de Manaus, supõe-se ter sido em razão de situações geográficas vinculadas às relações estabelecidas na capital Manaus com outras configurações sociais e econômicas e mesmo políticas vinculadas à produção, circulação e consumo regional, um novo acontecer solidário.

O processo histórico deste “acontecer geográfico” pode se realizar de forma diferenciada a partir dos objetivos e aspirações daqueles que constroem e elencam a situação geográfica. Silveira (1999b, p. 26) comenta que a situação geográfica “é um cenário para as novas formas de produção e de vida, para novas ações e para a implantação de novos objetos, respondendo a novas racionalidades, a novas intencionalidades, a novos futuros”.

Cataia (2011, p. 116) argumenta que situação geográfica “é um complexo de forças em ação presente, organizada segundo um feixe de variáveis que se juntam em uma combinação única e inédita, num dado momento e num dado subespaço”. Neste sentido, situações geográficas que forjam processos e formas espaciais hierárquicas podem ser identificadas quando o mercado, que obedece às ordens e regras da economia-mundo, provoca o deslocamento de pessoas e famílias. Isso produz arranjos espaciais em áreas urbanas segregadas e compartimentadas em suas condições sociais, econômicas e políticas na cidade em decorrência do abrigar sem planejamento de sujeitos sociais menos favorecidos ao convívio daquelas ordens, padrões e normas formuladas e difundidas em lugares mundiais.

Sob esta contextualização, a cidade de Tefé foi submetida a situações geográficas que a condicionaram a exercer o papel de centro gestor da região do Médio Solimões no Amazonas (QUEIROZ, 2018) via: o processo histórico, o uso do território e a combinação de eventos que propiciaram o desenvolvimento de uma comunidade flutuante tal qual o processo da cidade do lago de Manaus nos anos de 1960. No entanto, no lago urbano de Tefé, um diferente e novo conjunto de forças e arranjos geográficos organizou outras formas espaciais, com uma maior relação com a divisão territorial do trabalho contemporâneo. Porém, com um particular uso do território sem perder a consuetudinarietà social e histórica inerente à população cabocla regional, abarcada como um receptáculo que identifica o lugar; no caso deste, um lugar único, produto de uma combinação excepcional e exclusiva que se desenvolveu a partir das intencionalidades não mais apenas de pessoas e famílias como no passado manauara, mas também com maior força de firmas, instituições e infraestruturas representantes dos elementos espaciais atuantes neste subespaço amazônida.

Assim sendo, diferentes situações geográficas se desenvolveram nas águas urbanas das cidades no Amazonas; provenientes de arranjos de eventos que se expressam de maneiras análogas.

Os casos da Cidade Flutuante manauara e do lago urbano de Tefé no Solimões exprimem o mesmo significado de refúgio como destino de muitos indivíduos desterritorializados e excluídos, desempregados ou sem perspectivas, porém circunstanciados por contextos geográficos distintos e decisivos para a produção de formas espaciais úteis à produção de perspectivas positivas ao lugar.

Porém, na atualidade, outros arranjos combinam-se para atuar nos lagos urbanos do Solimões, em configurações espaciais diferenciadas em relação ao lago urbano de Tefé, como o lago de Coari, cidade vizinha a Tefé; e, tal qual

esta, representa o destino de pessoas que estimulam a atuação de serviços e comércio flutuantes propiciando o desenvolvimento de formas geográficas ou objetos técnicos que admitem o conjunto de regulamentos jurídicos, políticos e sociais locais, mas com maior presença se comparado a Tefé, de interesses de agentes distantes onde a racionalidade hegemônica da globalização gere as ordens direcionadas aos espaços locais e periféricos do terceiro mundo.

O lago urbano de Coari e suas formas espaciais flutuantes hierárquicas

Algumas porções do território possuem uma vantagem situacional útil para promover uma “valorização do território” (MORAES e COSTA, 1984) em função do uso de suas inerentes potencialidades intrínsecas²⁶. No caso da cidade de Tefé, cita-se a sua posição na rede de fluxos na Amazônia (QUEIROZ, 2017); e Coari, segundo maior centro urbano do Médio Solimões, a sede da exploração de hidrocarbonetos pela Petrobrás (QUEIROZ, 2015b). Ambas as cidades possuem populações assalariadas detentoras de melhor poder aquisitivo que as cidades vizinhas na região; esta situação atrai maiores investimentos tanto pelo estado quanto pela iniciativa privada no explorar da capacidade de consumo local; ou seja, desenvolve-se uma produtividade espacial relevante nestes territórios. Neste sentido, Santos (2009 [1996], p. 248) esclarece que:

Assim como se fala de produtividade de uma máquina, de uma plantação, de uma empresa, podemos também falar de produtividade espacial ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo, isto é, ao trabalho do espaço. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação (SANTOS, 2009 [1996], p. 248).

Estas respectivas “condições artificialmente” criadas vinculadas aos processos técnicos são produtos da historicidade ou uso do território; no caso do lago de Coari, trata-se de uma história de apropriação e valorização do espaço iniciada no século XVII contemporânea a Tefé. Sant’Anna de Coari foi fundada no ano de 1689 pelo Padre Samuel Fritz; posteriormente, o governo de Joaquim de Mello e Póvoas sob instruções reais de Mendonça Furtado de 5 e 6 de junho de 1755 elevou para a categoria de vila as povoações do Amazonas adotando nomes portugueses; o título de “lugar” foi direcionado a Sant’Anna de Coari que passou a chamar-se Alvelos. Foi quando Santa Tereza de Tefé foi elevada a Vila de Ega. Paralelamente, Ega

²⁶ Potencialidades intrínsecas (recursos naturais, posição na rede de fluxos, infraestrutura e outras), bem como as migrações de capitais produtivos (COSTA, 2008, p. 243).

ou Tefé foi elevada à categoria de cidade em 15 de junho de 1855 quando possuía um território vastíssimo que gradativamente foi desmembrado no que corresponde à gênese de todos os municípios pertencentes ao Médio e Alto Solimões e do rio Juruá. No entanto, Coari foi desmembrado de Tefé em 1848, o primeiro município que surgiu do grande município primordial que Tefé era e originaria todos os municípios do Médio e alguns do Alto Solimões (QUEIROZ, 2015a), dos quais se destaca as cidades de sua Região Geográfica Imediata. Neste período, o desenvolvimento da cidade em âmbitos urbanos dependia de suas relações com Manaus e Tefé. No entanto, em 12 de outubro de 1986, as perfurações de exploração da Bacia Sedimentar do Solimões encontraram petróleo na Amazônia a 10 quilômetros do rio Urucu, próximo dos municípios de Tefé e Carauari e 620 quilômetros da capital Manaus. Em 22 de julho de 1988, se iniciavam as operações comerciais a partir de Tefé da Província de Gás e Petróleo de Urucu. Em 8 de junho de 2001, a Província Petrolífera do Urucu foi inaugurada como a base das operações logísticas estabelecidas no município de Coari em atividade até os dias de hoje (GARCIA, 2010; QUEIROZ, 2015b).

Desde então Coari efetua um papel de centro gestor das atividades vinculadas à exploração de gás e petróleo na região do Solimões pertinente às atividades da multinacional Petrobrás na Província Petrolífera do Urucu. Outrora, o município fazia parte da Região de Influência da Cidade de Manaus (IBGE, 2008). Com a nova Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017), Coari se insere na “Região Geográfica Intermediária de Manaus” e gere sua “Região Geográfica Imediata” constituída pelos municípios de: Codajás, Beruri e Anori, além do próprio município de Coari, que assim como toda cidade amazonense possui um território gigante em relação a grande maioria dos municípios brasileiros, com: 57.970,768 km², sendo maior que o território do estado do Rio de Janeiro e o dobro de Tefé. Ressalta-se que “os nomes das Regiões Geográficas Intermediárias foram definidos a partir do polo de maior hierarquia urbana” (IBGE, 2017, p. 20) e que Tefé é uma das 4 cidades no Amazonas que possuem uma “Região Geográfica Intermediária”, juntamente com a capital Manaus, Parintins e Lábrea. Esta respectiva região a que Tefé polariza compreende todo o território ocidental do maior estado do país, o Amazonas.

Esta configuração da influência territorial exhibe a geografia das relações entre as pequenas cidades que se comunicam com frequência com estes centros regionais, no caso Tefé se realiza como um nó na rede de circulação na sua Região Geográfica Imediata, com menor intensidade de influência na Região Geográfica Intermediária; enquanto Coari ainda se relaciona com maior veemência com Manaus, a metrópole da região Norte do Brasil, sede dos *bureaux* das grandes empresas parceiras e terceirizadas da Petrobrás, o que atribui poucas cidades de influência em sua sub-região.

O lago urbano de Coari possui a presença de agentes locais e externos que atuam sob uma dialética espacial (SILVEIRA, 1999a, p. 428), vinculada

ao encontro de atividades e objetos que tanto atendem ao modo de subsistência da economia regional amazônica quanto à economia gasífera e petrolífera com técnicas e ordens vinculadas aos centros mundiais que ali operacionalizam uma parte de seus agentes espaciais flutuantes em favor de seus interesses e objetivos primordiais na produção destes recursos. A Instalação Portuária de Pequeno Porte (IP4) que representa o porto de Coari, pontões e algumas oficinas ou carreiras/estaleiros onde se efetua a manutenção de grandes navios e pequenos barcos, exemplifica esse cenário a partir de infraestruturas e objetos técnicos e sujeitos sociais no lago urbano de Coari (Figura 16).

Contudo, “Coari possui vínculos pouco relevantes com as demais cidades da rede, e o seu desenvolvimento econômico não agrega valor nem local nem regionalmente” (OLIVEIRA, 2008, p. 183); isso se realiza mesmo sendo a principal cidade atendida pelos benefícios dos royalties²⁷ na Amazônia, recurso este proveniente da obrigatoriedade da empresa Petrobrás sanar os impactos sociais e ambientais relativos à produção de hidrocarbonetos na região²⁸.

27 O conceito de royalties na indústria de petróleo está ligado à compensação financeira pela sua exploração. Sobre a lavra de petróleo, xisto e a extração de gás já existiam indenizações aos Estados, Território e Municípios desde a vigência da lei que instituiu o monopólio do petróleo e criou a Petrobras (Lei nº 2004/53) (GARCIA, 2010, p. 128).

28 Ressalta-se que além de Tefé e Manaus, mais 16 municípios do Amazonas, 17 municípios do Pará e 3 do Amapá recebem royalties gerados pelas atividades da Petrobras na Amazônia. O Ministério de Ciência e Tecnologia recebem royalties advindos das atividades da Petrobras em Urucu beneficiando pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico atinente à indústria de petróleo e gás natural via o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (GARCIA, 2010, p. 128).

Figura 16 – Agentes flutuantes do lago urbano de Coari



Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de campo, 2020.

Sob este panorama contextual, discute-se a dinâmica das formas geográficas flutuantes, ou seja, dos objetos técnicos úteis à circulação no lago urbano de Coari a partir da leitura de suas estruturas e funções espaciais. Utiliza-se parâmetros comparativos com o lago urbano de Tefé, tanto populacionais e territoriais quanto de dados referentes aos flutuantes locais (Tabela 5).

Tabela 5 – Parâmetros comparativos dos lagos urbanos de Coari e Tefé

Parâmetros		Coari	Tefé
População		75.965 hab	61.453 hab
População urbana		49.651 hab	50.069 hab
População Rural		26.314 hab	11.384 hab
Tamanho Territorial		57.970,768 km ²	23.692,223 km ²
Número de flutuantes		219	491
Número de Comunidades ribeirinhas no lago		206	107
Flutuantes Institucionais	FUNASA [1]	5	24
	Igrejas [3]		
	Associações ou Sindicato de Catraieiros [1]		
Número de indivíduos funcionais institucionais		17	92
Flutuantes Comerciais	Mercearias [2]	15	41
	Mercados [1]		
	Pontões (postos de combustíveis) [8]		
	Comerciantes extrativistas [4]		
Número de indivíduos funcionais comerciais		36	168
Flutuantes de Serviços	Oficinas [10]	21	99
	Atracadouros [4]		
	Bar e restaurante [2]		
	Fábricas de gelo [2]		
	Carreiras/estaleiro [5]		
Número de indivíduos funcionais de serviços		70	321
Flutuantes Domiciliares	Flutuantes com moradores	161	113
Número de moradores no lago urbano		536	555

Fonte: Levantamento com base no trabalho de campo (2020); Secretaria Municipal de Saúde de Coari (2019); disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2020.

O lago urbano de Coari é uma fração do seu grande lago formado pelas águas de três rios: o rio Coari, o rio Aruã e o rio Urucu; é bem maior que o lago de Tefé com quase o dobro de comunidades ribeirinhas, Coari com 206 e Tefé com 107, respectivamente. No entanto, o lago urbano de Coari é menor que o de Tefé e oferece menos funcionalidades exercidas pelos flutuantes locais, conta com 219 flutuantes, enquanto que Tefé possui 491. Destes 219 flutuantes de Coari, 161 são cadastrados pela Secretaria Municipal de Saúde de Coari, a qual direciona assistência social e médica aos 536 moradores devidamente registrados²⁹ dos flutuantes domiciliares que são maioria em relação aos comerciais, institucionais e de serviços.

29 Entrevista concedida pelo Sr. Dheime da Costa Mendes. Agentes de Saúde da SMS de Coari e da UBS Ribeirinhos Enedino Monteiro. Coari, 14 fev. 2020.

A ausência de Capitania dos Portos na cidade não proporciona o acesso à quantidade de flutuantes com NADAOPOR, pois Coari está submetido à Agência Fluvial da Capitania dos Portos de Manaus. No entanto, a Secretaria Municipal de Saúde com a “Unidade Básica de Saúde dos Ribeirinhos Enedino Monteiro” realiza o acompanhamento e assistência aos moradores dos flutuantes cadastrados, sujeitos sociais que se designam como: pescadores, agricultores, aposentados, autônomos e estudantes.

Dentre os flutuantes que exercem função institucional, identificou-se 1 flutuante da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), 3 flutuantes de Igrejas evangélicas e 1 flutuante da associação de catraieiros. A ausência de instituições estatais que representem e providenciem a presença das Polícias Militar, Civil e Federal, da Capitania dos Portos ou das forças armadas motiva muitos meliantes a cometerem furtos, assaltos e mesmo homicídios.

As ações dos piratas dos rios também conhecidos como “ratos d’água” são frequentes no lago urbano de Coari; esta é a maior preocupação dos moradores do lago urbano de Coari dentre todas as dificuldades do cotidiano; a segurança pública limitada é o que mais atemoriza os que ali trabalham, residem e circulam. Muitos moradores do lago urbano de Coari se sentem coagidos com a situação de insegurança no lago³⁰. Estes afirmam que todos os dias ocorrem assaltos aos flutuantes ou embarcações realizados pelos piratas (alguns pequenos, outros maiores); costumam levar eletrodomésticos, móveis, combustível, botijão de gás, munição de espingarda de caça e embarcações como lanchas e voadeiras; há casos em que flutuantes do lago são usados como depósitos dos produtos roubados³¹. Muitas vítimas têm medo de denunciar ou providenciar o Boletim de Ocorrência na Polícia em razão da dificuldade de reaver os bens roubados ou mesmo temor de represálias destes piratas³². Muitos casos das violações de piratas em Coari foram noticiados em âmbito internacional pela imprensa, provocando a organização de operações institucionais integradas e esporádicas envolvendo a Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Civil com o intuito de conter ou mitigar a atuação destes criminosos.

Mesmo neste cenário de instabilidade social vinculado à segurança pública decorrente da restrita presença de flutuantes institucionais no lago urbano de Coari, identificou-se 15 flutuantes com funções comerciais, tais como: 1 mercado atacadista, 2 mercearias, 4 de comércio extrativista e 8 pontões. Interessante a atuação de agentes vinculados ao comércio pertinente às divisões territoriais do trabalho antigas como dos agentes flutuantes que compram cacau, castanha, açaí e outros produtos sazonalmente encontrados

30 Entrevista concedida pelo Sr. Alair Nascimento dos Santos, catraieiro do lago urbano de Coari. Coari, 14 fev. 2020.

31 Para exemplificar um dos casos de ações de piratas no lago urbano de Coari, consulte: <https://www.acritica.com/channels/hoje/news/operacao-policial-aprende-8-armas-municoes-drogas-e-lancha-de-piratas-em-coari>. Acesso em: 15 mar. 2020.

32 Entrevista concedida pelo Sr. Enésimo, morador do lago urbano de Coari. Coari, 14 fev. 2020.

na floresta e que tenham demanda por compradores das cidades e da capital. Estes flutuantes tradicionais coexistem com os pontões robustos e sempre agitados pelos clientes das embarcações da região de Coari; atendem as grandes demandas relacionadas ao transporte fluvial regional e às embarcações pertencentes às empresas terceirizadas que trabalham para a Petrobrás levando trabalhadores para a Província Petrolífera do Urucu a partir de Coari.

Os flutuantes com funções de serviços somam 23, são eles: 10 oficinas, 4 atracadouros, 2 bares e restaurantes, 2 fábricas de gelo e 5 carreiras/estaleiros. É relevante a ação de agentes ligados a serviços de manutenção tanto de peças e motores quanto das próprias estruturas das embarcações existentes no lago urbano de Coari. As demandas para este tipo de serviços são elencadas pelos armadores do transporte fluvial regional, embarcações particulares e das empresas que atendem os serviços terceirizados da Petrobrás; inserem-se neste contexto, principalmente, as oficinas (indústrias-serviços) e as carreiras/estaleiros (construção e manutenção de embarcações). Estas últimas realizam reparos e consertos de grandes embarcações que oferecem maior complexidade técnica e demanda que Tefé; são pertencentes às firmas que em grande parte são externas a Coari; no entanto, as indústrias-serviços que atuam no lago urbano de Coari não possuem clientes tão diversificados quanto os do lago urbano de Tefé, que se relaciona com agentes da cidade e da região com maior frequência.

Alguns flutuantes domiciliares adaptam pequenas vendas de comida e lanches de produtos regionais; o ir e vir das canoas de vendedores ambulantes de lanches regionais é notório; é possível encontrar a oferta de gasolina em garrafas assim como no lago urbano de Tefé, no entanto estes serviços são efetuados de maneira esporádica, não há regularidade de tais produtos e serviços como em Tefé. Isto é decorrente da arrecadação irregular e insuficiente para manter estes pequenos serviços continuamente ativos; as compras de comida ofertadas em alguns flutuantes domiciliares são feitas a crédito (fiado), o que proporciona inadimplências inesperadas para muitas famílias que vendem lanches e refeições à comunidade fluvial carente de poder aquisitivo³³.

Entretanto, 659 indivíduos funcionais trabalham em 202 agentes flutuantes inseridos nas 219 estruturas flutuantes identificadas no lago urbano de Coari. Para uma melhor visualização regional compara-se com Tefé que conta com 276 agentes flutuantes das 491 estruturas flutuantes identificadas que funcionalizam 1.136 indivíduos funcionais no seu lago urbano. Isto revela que apesar dos benefícios da circulação advinda dos agentes da produção de gás e petróleo e dos royalties coarienses provenientes desta atividade, há pouco impacto na comunidade flutuante onde estes gerem os resultados de uma solidariedade verticalizada, tendo

33 Entrevista concedida pelo Sr. Alair Nascimento dos Santos, catraieiro do lago urbano de Coari. Coari, 14 fev. 2020.

em vista que as repercussões econômicas e financeiras são disponibilizadas em lugares distantes.

Ressalta-se que muitos funcionários das firmas terceirizadas são de fora da região e direcionam seus ganhos salariais para suas cidades de origem (QUEIROZ, 2015b). Na base da exploração no Urucu, os funcionários usufruem do aeroporto próprio disponibilizando voos para Manaus; os funcionários dependem parcialmente do aeroporto doméstico de Coari onde a empresa de Tefé “Amazonaves” e Passaredo operam voos para Manaus. O aeroporto de Coari passou um período sem a atuação de empresas nacionais, somente Tefé e Tabatinga realizam voos da empresa “Azul”; ambas as cidades são sedes de instituições de diversas hierarquias estatais em função da posição estratégica do território (QUEIROZ, 2015a). Salienta-se que o transporte fluvial de Coari efetua maiores relações com Manaus e poucas com as cidades da região (QUEIROZ, 2019a). Isso demonstra uma solidariedade verticalizada quando as relações estabelecidas se hierarquizam via uma compartimentação do território e admitem laços externos à região a que a cidade está inserida (QUEIROZ, 2015b).

Dos processos e formas espaciais do lago urbano de Coari

As dimensões menores do lago urbano de Coari delimitam processos espaciais restritos em comparação a Tefé. Os processos espaciais identificados no lago Urbano de Coari que delineiam as formas espaciais flutuantes presentes são fundamentados pelo método utilizado para discutir o lago urbano de Tefé inspirado em Corrêa (2002), no caso de Coari, são eles: i) Zona Periférica Fluvial do Centro; ii) Áreas Sociais do Lago Urbano de Coari; iii) Áreas Cristalizadas do Bairro do Pêra (Figura 17).

Figura 17 – Leitura dos processos e formas espaciais no lago urbano de Tefé



Fonte: Base de dados do Google Earth adaptado pelo autor, 2020.

a) Zona Periférica Fluvial do Centro de Coari: em Coari, o processo de centralização próprio do centro da cidade providencia relativa continuidade de serviços e do comércio em direção às águas do seu lago; os agentes flutuantes destas funções se encontram presentes na orla da cidade, na zona portuária. A concentração de atividades próximas à margem do lago da cidade permite que flutuantes com funções domiciliares, que são maioria, coexistam com comerciais, de serviços e os poucos institucionais presentes no lago. Bares, pequenos restaurantes e domicílios se apresentam mais próximo à margem, enquanto que mais distante, no meio do lago, as oficinas, pontões e algumas carreiras/estaleiros efetuam suas atividades. Os flutuantes domiciliares em Coari se assemelham às residências populares abrigando pessoas que trabalham no lago e na cidade bem como estudantes que frequentam as escolas da cidade.

A zona portuária coariense é vinculada à operacionalidade de uma estrutura existente somente em algumas cidades no Solimões visto que não há porto organizado no rio Solimões, a “Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte” (IP4) que representa o Porto de Coari; estes IP4 estão presentes em dez municípios no rio Solimões; no entanto, Tefé não conta com um IP4. Desta forma, Coari exhibe maior estrutura técnica que Tefé para atender a circulação quando do pleno funcionamento destas infraestruturas portuárias na região³⁴. O uso deste elemento espacial pertinente à infraestrutura promove o que Corrêa (2002, p. 43) chama de “foco da circulação inter-regional” que subsidia o transporte fluvial e o abastecimento da feira da cidade de produtos e mercadorias provenientes da produção ribeirinha regional, configurada como feira de rua, diferente da infraestrutura disponibilizada em Tefé onde cada vendedor possui um BOX ou módulo previamente cadastrado pela prefeitura municipal. No entanto, em 2021 a feira municipal foi organizada fora da rua permitindo a melhor fluidez do trânsito local.

O espaço flutuante econômico (comércio e serviços) e o espaço flutuante social (domicílios) coexistem na pequena fração do lago na “Zona periférica fluvial do centro de Coari”; em razão disso, esta forma espacial do lago urbano de Coari acaba por ocultar áreas sociais resultantes de segregação residencial flutuante localizada na orla da cidade. Porém, alguns agentes especializados de serviços como os pontões, oficinas referentes às indústrias-serviços e carreira/estaleiros assumiram uma dispersão espacial neste lago urbano em função de terem melhor eficiência na execução de suas funcionalidades no meio do lago e não na orla. Análogo a isso, a discussão de Corrêa (2016, p. 129) fundamenta essa situação quando da “dispersão oriunda da difusão projetada (...) repetições locais de características semelhantes, embora não exatamente iguais, de características existentes

34 Quando da realização do trabalho de campo desta pesquisa no final de 2019 e início de 2020, esta instalação portuária se encontrava fechada para consertos e reparos. Um pequeno flutuante de ferro o substituíam para o embarque e desembarque de passageiros. No entanto, em 2021 já estava em pleno funcionamento.

nos focos iniciais. A difusão processa-se por relocação, por contágio, por via hierárquica ou por saltos”. Neste sentido, ocorre no lago urbano de Coari uma recolocação hierárquica que se realiza a partir da dispersão de objetos técnicos flutuantes com o intuito de ocupar as melhores posições no lago para oferta dos seus serviços; contudo, as menores estruturas de pontões, carreiras e oficinas se subordinam às maiores com maior demanda de clientes com serviços mais complexos e rentáveis ligados às embarcações diversas atuantes em Coari.

b) Áreas Sociais do Lago Urbano de Coari: estas respectivas áreas sociais exibem as características dos processos espaciais que espelha a cidade a partir de suas dimensões de segregação econômica e residencial, onde a periferia em sua estrutura social permite coexistências permissíveis; no entanto, imiscíveis com grupos sociais inseridos em uma divisão social do espaço que provoca uma homogeneidade social; ou seja, esta forma espacial exhibe uma uniformidade ou similaridade das condições econômicas, culturais e de instrução de um grupo social com menor prestígio quando da abordagem de uma divisão territorial do trabalho referente ao período histórico contemporâneo.

Os moradores do lago são em sua maioria pescadores (32%) e agricultores (28%); muitos são aposentados (12%), desempregados (20%) e estudantes (8%)³⁵; grande parte destes (75%) participa de programas assistenciais do Governo Federal bem como são atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Observou-se a forte atuação de atividades comerciais pertinentes a tempos onde a rede urbana se classificava como dendrítica na Amazônia com a primazia de fluxos primários. Sob estes processos espaciais dendríticos onde a “drenagem de produtos do extrativismo vegetal e excedentes sob a forma de lucros comerciais e juros” (CORRÊA, 2006, p. 247) alguns flutuantes ainda atraem compradores de Cacau e castanha efetuando seus serviços com morosidade e contínuo esforço.

Neste setor do lago, oposto a orla da cidade, há presença de instituições religiosas importantes para os trabalhos sociais na comunidade flutuante. A atuação de igrejas evangélicas indica a tradição do conservadorismo institucional das famílias cristãs ali presentes. É relevante o trânsito de canoas e catraias dos moradores assim como certo esmero expressado no cuidado dos velhos flutuantes maltratados pelas intempéries do tempo, mas ornamentados com flores que esboçam jardins na janela e adornados com tapetes no piso de entrada da porta; o que mostra civilidade e bons costumes pelos moradores da comunidade flutuante aos que os visitam; uma urbanidade que preza uma organização flutuante do espaço, sistematizando e incorporando crenças, costumes e hábitos da cidade nestas áreas sociais flutuantes; todavia, o uso e presença de equipamentos que propiciam telecomunicação como parabólicas de TVs e celulares são menores em relação às áreas sociais do lago urbano de Tefé.

35 O trabalho de campo entrevistou 40 pessoas nessas áreas sociais do lago urbano de Coari.

Desta forma, as áreas sociais do lago de Coari denotam que “a homogeneização exige uma integração dependente” (SANTOS, 1996, p. 285); constrói-se uma organização social em que agentes funcionais hierárquicos do lago delimitam suas ações e funções a partir da segregação de grupos sociais representantes da pouca acessibilidade às informações e técnicas viáveis a possibilitar uma “melhoria pragmática da organização espacial” (JOHNSON apud SANTOS, 1996, p. 295). Isso se verifica com a manutenção de atividades antigas cristalizadas e inertes às mudanças das relações e avanço da ciência e de tecnologias contemporâneas como as atividades de compra e vende de produtos extrativistas por agentes que remetem a divisões territoriais do trabalho de outras temporalidades.

c) Áreas Cristalizadas do Bairro do Pêra: o tradicional bairro do Pêra em Coari é uma ilha acessada via uma ponte que representa um símbolo de integração da cidade com seu centro. A sazonalidade no uso dos flutuantes neste setor do lago urbano de Coari permite a dinâmica das locações tanto de flutuantes quanto de camas ou quartos para inquilinos. O Sr. Raimundo Gonçalves alega que quando vem da comunidade localizada no rio Copeá, onde reside, sempre se instala no flutuante pagando diárias como em um hotel. Lá ele pode pescar e estar próximo da cidade para contemplar os objetivos a que se desloca na viagem, neste caso, uma visita ao hospital para se submeter a um exame de Raio X³⁶. Neste setor do lago muitas transações são realizadas de forma não monetária sem dinheiro ou uso de canais eletrônicos financeiros (CONTEL, 2006), como cartão de crédito ou débito para pagamentos, o que permite uma maior acessibilidade por moradores com poucos recursos financeiros, mas com produtos provenientes de caça e pesca ou mercadorias diversas a serem negociadas. Desta maneira, peixes, mantas de pirarucu e até mesmo galinhas são utilizados como meio de troca por estadias em flutuantes ou serviços mais específicos como a manutenção de motor rabeta de uma catraia.

Situações que revelam uma cristalização de certas formas e conteúdos dos processos espaciais pertinentes às relações intraurbanas de pessoas físicas e mesmo jurídicas de outros tempos, pois o escambo e a permuta ainda se realizam nestes espaços opacos. O “símbolo de determinados valores culturais que ali se acham associados” (CORRÊA, 2002, p. 77) proporciona amenidades e circunstâncias que promovem a manifestação da força de sentimentos a pequenos bens materiais utilizados em relações econômicas locais. Isto atrai pessoas assim como revela uma resistência e retenção veiculadas por certos costumes e tradições que se opõem à racionalidade hegemônica inerente ao processo de globalização.

Neste setor do lago encontram-se muitos flutuantes inutilizados em terra firme, deteriorados pelo tempo, muito em função do regime dos rios no período da seca quando os flutuantes repousam em terra firme até o retorno

36 Entrevista concedida pelo Sr. Raimundo Gonçalves, morador do município de Coari. Coari, 06 dez. 2019.

dos donos. Alguns são ocupados por sujeitos que não conseguem moradia na cidade³⁷, atores de uma segregação residencial; estes flutuantes se tornam funcionais a partir do uso domiciliar e ofertam algum tipo de comércio como venda de lanches e produtos regionais. Essas áreas representam “arranjos rugosos”, exprimem o tempo cristalizado em formas espaciais, que esperam novas refuncionalizações de agentes aptos para explorar as posições vantajosas na beira do bairro do Pêra na cidade. Conhecer essas formas antigas permite compreender a dinâmica da divisão social do trabalho atual; sobras de um tempo em que a presença de agentes da economia-mundo pouco afligia o território, tornando-o um cenário de fragmentações onde objetos e ações ainda perduram via os processos espaciais do cotidiano do passado (Figura 18).

Figura 18 – O Porto de Coari (topo); uma carreira/estaleiro na beira (à esquerda); um flutuante de compradores de cacau e castanha (à direita); uma igreja evangélica (à esquerda) e um jardim nos flutuantes nas áreas sociais do lago urbano de Coari (à direita); flutuantes próximos à ponte do Pêra e flutuantes em terra firme nas áreas cristalizadas do bairro do Pêra em Coari



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

37 Entrevista concedida pelo Sr. Alair Nascimento dos Santos, catraieiro do lago urbano de Coari. Coari, 14 fev. 2020.

Sendo assim, o conjunto das formas e processos espaciais estabelecidos no lago urbano de Coari revela uma organização espacial submetida a uma compartimentação do território onde se realiza uma solidariedade verticalizada (QUEIROZ, 2015b), pois sedia as atividades da empresa-rede (ARROYO, 2001) Petrobras que lhe proporciona royalties milionários. Para melhor reflexão, entre 2010 e 2016, Coari recebeu 2.727.827.571,19 reais³⁸, enquanto Tefé neste mesmo período recebeu 83.340.400,18 reais. Este numerário bilionário e exorbitante para uma cidade local inserida em uma das regiões mais pobres do país como Coari, sem vínculos significativos regionais (OLIVEIRA, 2008), provoca efeitos devastadores aos meios sociais e mesmo institucionais resultantes deste acontecer hierárquico; relações verticalizadas que impõem suas consequências ao entorno social local se apresentam, principalmente nos setores periféricos do centro urbano como o lago, onde as relações interurbanas que a circulação proporciona providenciam uma organização espacial baseada em uma solidariedade funcional e organizacional enaltecidas em detrimento da solidariedade orgânica que agia como uma resistência ao avanço das relações no território, a qual se impacta e se desfaz; esta região passa a se configurar como um ponto no mapa de fluxos que promovem a coesão do processo produtivo (SANTOS, 1996, p. 285). A região de Coari, onde a Província Petrolífera do Urucu gera relações subordinadas às normas e ordens de centros mundiais estranhas e distantes do local, permite que interdependências se realizem, produzindo um acontecer hierárquico bem como agentes comandados por meio das informações segredos advindas de espaços luminosos (SANTOS, 1996, p. 285).

Sob estas circunstâncias, o lago urbano de Coari apresenta mais áreas sociais condicionadas à reprodução das formas e processos espaciais pertinentes à segregação residencial do que áreas produtivas e especializadas que promovem a ação de agentes flutuantes capazes de viabilizar melhores repercussões econômicas que providenciam uma organização espacial menos subordinada aos meios de controle hierárquicos provindos dos agentes das empresas-redes parceiras do Estado e da iniciativa privada externa, produzindo solidariedades diversas no mesmo território, tanto horizontalizadas quanto verticalizadas. Subsídios para consequências maléficas baseadas na desintegração da coesão solidária local e ascensão de formas geográficas flutuantes que segregam as formas antigas bem como obstruem e corroem as técnicas obsoletas, mas solidárias, de gestão do espaço.

É o que Michael Ross (2015) chama de “A maldição do petróleo”. Este autor comenta que “o petróleo se tornou uma maldição porque as receitas que ele gera para os governos são anormalmente vultuosas, não são oriundas da tributação dos cidadãos, flutuam de forma imprevisível e são fáceis de esconder do escrutínio público” (ROSS, 2015, p. 318). Neste

38 Disponível em: www.anp.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2019.

contexto, em Coari, muitas situações de corrupção oriundas da má gestão dos royalties da Petrobrás repercutiram em ações nefastas ligadas a outros crimes subjacentes como pedofilia e tráfico de drogas na cidade. As receitas públicas não podem ser confundidas com os royalties que devem ser usados no abrandar ou sanar dos impactos relativos à produção de gás e petróleo e não no pagamento de salários de funcionários e outros fins públicos relativos aos gastos da própria receita municipal. Depois de vários julgamentos, prisões e afastamentos de prefeitos e autoridades, cicatrizes restaram destas contendas administrativas e morais sobre essas irregularidades; entre estas, considera-se os problemas relacionados à segurança pública que tem no lago um ponto crítico em função da comunidade flutuante ser vulnerável tanto à violência urbana, condicionada aos meliantes locais; quanto à violência rural regionalizada, os piratas dos rios mais enérgicos na região de Coari em função dos fluxos constantes do transporte fluvial e ausência de fiscalização regular vinculada à inexistência de efetivo da Capitania dos Portos ou órgãos competentes. Para um parâmetro institucional, Tefé possui 103 policiais militares em seu efetivo³⁹, enquanto Coari conta com apenas 12 policiais militares.

Desta forma, as ações vinculadas ao processo de exploração de gás e petróleo no Urucu carecem da presença de órgãos fiscalizadores e administrativos que possam repercutir melhor as ações referentes ao uso dos royalties na cidade e mesmo a atuação das instituições locais. Os fluxos provenientes das operações de uma multinacional petrolífera na Amazônia nesta cidade local ocasionam consequências sociais à estrutura urbana e refletidas no seu lago urbano, onde a segregação e a insegurança são produtos indiretos destas atividades.

Sob este contexto, efeitos de uma compartimentação territorial se efetua no lago urbano de Coari, fenômeno geográfico compreendido como um produto do processo de globalização que torna cada fração dos territórios mundiais funcional aos interesses de empresas e Estados (CATAIA, 2011; SANTOS, 1996; SILVEIRA, 1999a). Os espaços se tornam aptos a oferecer suas potencialidades intrínsecas por intermédio do apoio político dos Estados e a capacidade técnica das empresas locais e externas para exploração de recursos ou vantagens almejadas por ambos. Isto se realiza a partir de práticas espaciais, ou ações individuais de agentes sociais espacialmente localizados (CORRÊA, 2007); o que conduz à realização de atividades que provocam uma fragmentação territorial relacionada à não repercussão local das ofertas às quais as empresas-rede propuseram. Neste sentido, Santos (2000, p. 85) discute que:

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e

39 Entrevista concedida pelo Sargento Silva. 3º Batalhão da Polícia Militar do Amazonas. Tefé, 15 jun. 2020.

são cegas para tudo mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (SANTOS, 2000, p. 85).

Neste sentido, as áreas sociais do lago urbano de Coari são subespaços vulneráveis a uma entropia social, representando “palcos” para as práticas espaciais da Petrobras e suas terceirizadas no município, sendo um desses palcos, o Urucu, lugar denotado pelos seus funcionários como “uma cidade dentro do município”⁴⁰, pois conta com infraestruturas modernas para seus trabalhadores que moram temporariamente nas instalações locais. Desta forma, o lago urbano de Coari representa uma zona fluvial de intermediações de processos logísticos, com poucos agentes que verdadeiramente atribuem valor aos processos espaciais, enquanto que as práticas espaciais no lago são representadas pelas ações da Petrobras.


A partir destas ações, consequências nem tanto integradoras se realizam no município, pois as desigualdades e segregações residenciais provocam no lago a existência de áreas sociais cristalizadas, excluindo parte da população dos aportes básicos urbanos como saneamento básico e segurança pública. Elementos de um território que se desfaz no encaminhamento da cidadania aos indivíduos e no controle de sua territorialidade; ou seja, ocorre uma “desterritorialização” (HAESBAERT, 2011, p. 313), ou territorialização precária; onde o Estado não providencia integralmente seu dever de prover segurança pública, via a presença institucional ou mesmo com ações de investigação que contribuam para mitigar os problemas da pirataria no lago urbano de Coari.

Portanto, se perpetuam as atuações entre formas geográficas que atendem a uma compartimentação territorial antiga, vinculada por uma fluidez material viabilizada quando do exercício das atividades cotidianas e fluxos de materiais. E das compartimentações territoriais contemporâneas, pertinente à fluidez virtual proporcionada pelos sistemas de informações (SANTOS, 2000, p. 83), onde as informações e ordens alienígenas ao local comandam a repercussão e se apropriam de grande parte dos recursos e benefícios. Assim, agentes flutuantes que compram produções de castanha e cacau no lago de Coari de produtores ou coletores rurais, comuns no século XIX e XX, época em que os comerciantes fluviais ou regatões levavam mercadorias para vender no interior e traziam outros produtos da floresta

40 Entrevista concedida pela Sr.^a Virna Meireles, ex-funcionária de firma terceirada da Petrobras no Urucu. Manaus, 15 jul. 2019.

para revender nos centros urbanos, ou mesmo famílias com flutuantes antigos e ainda utilizados veementemente pelos ribeirinhos urbanos de determinados setores do lago de Coari; coexistem com navios rebocadores marítimos atuando nos rios gigantes da Amazônia, com embarcações do transporte fluvial regional como as grandes lanchas rápidas e pontões modernos, objetos pertencentes aos “detentores legítimos da velocidade” (SANTOS, 2000, p. 83) onde finas e potentes redes de comunicação promovem a interligação com a economia-mundo.

Enfim, a pouca atuação de formas geográficas flutuantes com funções espaciais úteis às relações lago-cidade, que proporcionem a socialização da produtividade espacial e as repercussões da produção de gás e petróleo à região provoca a atuação e dinâmica de formas espaciais flutuantes hierárquicas pouco solidárias ao desenvolvimento regional e à integração territorial. Ocorre, assim, uma retenção de desenvolvimento, mesmo com a existência de condições para desenvolvê-lo de maneira mais potencializada.



**TERRITORIALIDADE
FLUTUANTE E
CENTRALIDADE FLUVIAL**

4



Em setembro de 2018, a empresa Chevrolet, que representa a multinacional General Motors no Brasil, começou a oferecer seus veículos nas principais cidades do rio Solimões a partir de uma balsa pertencente a uma campanha chamada “Feirão de Fábrica Chevrolet A Bordo”, com o intuito de ampliar seu mercado na região do Solimões comercializando carros nas cidades de Tefé e Coari (Figura 19).

Figura 19 – A balsa do “Feirão de Fábrica Chevrolet A bordo” em Tefé



Fonte: Arquivos do autor, 2018.

Essa iniciativa empresarial mostra o vigor de agentes vinculados à iniciativa privada e ao Estado de se fazerem presentes efetuando suas relações nestes mercados consumidores significativos do Solimões, utilizando o cenário de seus respectivos lagos urbanos para transações comerciais. A campanha foi um sucesso tanto que se repetiu posteriormente.

Tefé, como cidade que preside as relações na região (QUEIROZ, 2018), recebeu muitos clientes de cidades vizinhas para comprarem os veículos ofertados. Enquanto Coari, cidade local (IBGE, 2008) com mercado consumidor importante na região, em razão da circulação provocada pelas atividades da exploração de gás e petróleo da Petrobras, fator gerador de desigualdade social, mas também de poder aquisitivo a uma determinada classe social local constituída por alguns políticos e empresários, participou avidamente das transações dos veículos.

Isto exhibe as maneiras como agentes flutuantes que efetuam atividades diversas se adaptam às condições fluviais amazônicas promovendo a continuidade de suas ações ligadas aos serviços, ao comércio, às instituições e aos domicílios em áreas fluviais ou cidades acessadas somente pelos rios.

Dessa forma, reflete-se sobre uma “territorialidade flutuante” que promove o controle, a gestão e o domínio de certos setores dos lagos urbanos bem como do rio Solimões e afluentes para que seus objetivos vinculados à produção baseada na circulação de produtos, mercadorias, pessoas e ideias se irradie em fluxos, admitindo mercados diferenciados e territorializando seus serviços. Fluxos estabelecidos providenciam uma “centralidade fluvial” nos lagos urbanos destas cidades.

Admite-se que a territorialidade é uma “idiosincrasia do espaço”, pois se realiza de maneiras particulares a partir da disponibilidade de funções, estruturas, formas, processos, fixos, fluxos, elementos espaciais e potencialidades intrínsecas do território disponíveis para o controle e domínio de determinados lugares ou porções do espaço via as atividades de agentes espaciais.

A territorialidade se configura como a maneira pela qual os agentes espaciais se apropriam, usam e controlam os territórios que lhes interessam. O território construído politicamente e delimitado juridicamente é um ente posterior ao espaço; logo a territorialidade é resultante da racionalidade e sistematização do uso das frações territoriais por agentes espaciais ou sujeitos sociais (QUEIROZ, 2018b). Estes agentes espaciais são vinculados ao Estado, às empresas e às organizações socioculturais que procuram a partir da delimitação, gestão e mesmo expansão de suas atividades alcançar seus objetivos primordiais de consolidar suas funções ou influenciar outros territórios (SILVEIRA, 2013).

Neste sentido, constrói-se a ideia de que assim como a balsa da Chevrolet que trouxe os veículos a serem comercializados na região do Solimões alguns flutuantes representam uma tentativa de agentes privados e públicos de controlar e gerir as relações da área geográfica fluvial representada pelos lagos urbanos; isso se observa em Tefé a partir da atuação de flutuantes institucionais e de serviços, como da Capitania dos Portos e das indústrias-serviços discutidos anteriormente, e civis, como do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Entretanto os flutuantes privados como os Pontões acabam por produzir uma centralidade fluvial em suas operações que ultrapassam os limites territoriais do lago

urbano de Tefé exibindo laços importantes para a integração territorial e o desenvolvimento regional. Deste modo, isso corresponde ao conceito de territorialidade de Sack (1986 [2013], p. 76) quando afirma que esta:

será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica (SACK, 1986 [2013], p. 76).

Contudo, os lagos urbanos das “ilhas urbanas”, configuradas pelas pequenas cidades ou centros urbanos dos poucos e gigantes municípios inseridos nesta vasta região amazônica, representam um espaço flutuante onde convergem sujeitos sociais e agentes espaciais diversos. Isso viabiliza o desenvolvimento de fluxos e relações úteis entre lugares internos da cidade e do município. Assim, a formação de territorialidades flutuantes se manifesta na medida em que os agentes espaciais da cidade adéquam suas ações, técnicas e objetos ao meio fluvial, particularmente, na dinâmica das formas geográficas flutuantes do lago urbano.

Como produto destas relações, as formas espaciais flutuantes oriundas dos processos que a constroem no lago, expressam o desempenho das formas geográficas flutuantes presentes. Busca-se evidenciar que os objetos técnicos aprimoram a produção e contribuem para a evolução do convívio da vida de relações que permitem uma produtividade espacial, bem como uma especialização do lugar por parte destes agentes flutuantes que aperfeiçoam suas funções espaciais adaptando-as ao meio fluvial e promovendo resultados positivos a partir de sua atuação.

As dinâmicas externas dos agentes espaciais flutuantes do lago urbano de Tefé

Os pontões ou postos de combustíveis flutuantes são agentes espaciais e objetos técnicos fluviais que contribuem para uma territorialidade flutuante e uma centralidade fluvial a partir da produtividade espacial gerada no lago urbano de Tefé. São firmas de comércio e serviços varejistas representantes de agentes externos, distribuidoras de combustíveis. Agentes flutuantes que diversificam as funções exercidas a partir de um mesmo flutuante.

Construídos de ferro, representam uma refuncionalização de objetos técnicos flutuantes tradicionais de madeira; sua estrutura está em constante adaptação funcional no intuito de admitir novas demandas possíveis no mercado interno (lugar da clientela comercial) e externo (de onde advém a clientela de serviços de combustíveis).

Estas empresas efetuam uma “intercambialidade funcional” (SANTOS, 1985), pois são polifuncionais quando exercem funções de comércio (venda de combustíveis, botijões de gás e mercado local) e de serviços

(atracadouros, aluguel de barcos e depósitos) (Figura 20). Em Tefé, os fluxos de clientes da cidade e de comunidades do interior proporcionaram demandas diferenciadas aos pontões, permitindo a ampliação da oferta de produtos e serviços tanto aos agentes do transporte fluvial regional quanto à população ribeirinha local e regional; é notório encontrar produtos alimentícios, utensílios e material de caça e pesca nos mercados de alguns pontões em Tefé, produtos básicos ao consumo pelos comunitários.

Figura 20 – Um dos pontões de Tefé; a oferta de créditos de celular e tickets de internet no mercado de um pontão (à esquerda e ao centro); e os cabos submersos de energia elétrica de um pontão na beira (à direita).



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Silveira (1999a, p. 445) comenta que os lugares tendem a oferecer resistência, vinculado a “uma história de ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. Haveria, então, uma hibridação de razões no lugar, conforme uma dialética, nele, de fidelidade ou recusa da ordem global” (SILVEIRA, 1999a, p. 445). Neste sentido, os pontões expressam as formas desenvolvidas pelos caboclos que foram admitidas por agentes espaciais para aprimorar a rentabilidade do espaço via este objeto técnico; ou seja, para proporcionar uma produtividade espacial. Desta maneira, os pontões contam com clientes com alto poder aquisitivo (proprietários de lanchas potentes, motos náuticas e embarcações do transporte fluvial) e clientes de baixo e médio poder aquisitivo provenientes da comunidade flutuante e de comunidades tradicionais ribeirinhas assim como turistas ou pescadores esporádicos que o utilizam.

O moderno nem sempre é o novo (SANTOS, 1999), os pontões, em sua robustez de ferro, funcionam a partir de um cotidiano que atende as demandas modernas e tradicionais, onde produtos caboclos costumeiros como porongas (lâmparas a querosene) e artigos técnicos e informacionais

contemporâneos como tickets de internet podem ser adquiridos. Por conseguinte, a dialética espacial de técnicas novas e pretéritas também é expressa na forma de pagamento das compras que podem ser com dinheiro, via canais eletrônicos financeiros como cartões de crédito e débito, mas também por intermédio de transações não monetárias empregadas em certos pontões onde uma galinha pode ser trocada por duas lanternas e pilhas ou um galão de combustível.

O acesso à energia elétrica nos pontões de Tefé pode ser direcionado por cabos submersos com energia da concessionária Amazonas Energia. Dos 6 pontões de Tefé, 4 possuem acesso aos cabos submersos de energia e a utilizam por intermédio do fornecimento desta pela concessionária Amazonas Energia, enquanto os outros 2 pontões utilizam geradores de energia a diesel. Estes postos de combustíveis dos rios devem estar aptos a operarem tanto em tempo bom ou ruim, onde temporais assolam as estruturas e produzem os banzeiros ou ondas que podem até afundar juntamente com os fortes ventos aqueles flutuantes construídos de madeira (ver Figura 7 anterior).

A necessidade de buscar a precisão de tempo de abastecimento é decorrente das exigências no atender e lucrar com os diversos clientes das embarcações do transporte fluvial regular, principalmente as lanchas rápidas de transporte de passageiros que possuem prazos em suas viagens no Solimões. Uma lancha Ajato que leva 100 passageiros consome 200 litros de diesel por hora; muitas vezes possuem pouco tempo na escala em Tefé quando estão subindo o rio Solimões com destino a Tabatinga atendendo as cidades e lugarejos no caminho ou descendo o rio para Manaus; mesmo em condições adversas, de noite ou de dia, os pontões devem abastecer as embarcações no meio do lago. Não são todos os que operam no período noturno em Tefé, mas os 2 pontões que trabalham nesse período tendem a ter maior rentabilidade.

Os pontões enquanto formas geográficas flutuantes ou objetos técnicos fluviais aprimoram a circulação a partir da modernização do abastecimento de combustíveis e acabam por propiciar o aumento da produtividade do transporte fluvial regional onde atuam embarcações que acolhem a rapidez e a velocidade ao enredo das necessidades a serem contempladas. Os pontões buscam a inserção da aceleração em um meio geográfico complexo e incompleto, pois os rios e lagos do Amazonas proporcionam pouca infraestrutura e muita complexidade logística para os agentes da circulação fluvial, vetores que se configuram como os maiores desafios para manutenção dos pontões pelos proprietários⁴¹.

Estes postos de combustíveis flutuantes trabalham como representantes de empresas sediadas em Manaus, as chamadas “bandeiras”, grandes distribuidoras de combustíveis e botijões de gás que fornecem estes produtos

41 Entrevista concedida pelo Sr. Maurilio Tello, proprietário da rede de postos de combustíveis Tello. Tefé 1 jun. 2020.

às empresas nos lagos e rios dos municípios da região do Solimões; as principais são: ATEM, EQUADOR, PETROBRÁS, EQUATORIAL, RZD. Os postos “bandeira branca” são pontões que não possuem bandeira, trabalham por conta própria, comprando combustíveis das empresas da capital; a maioria dos pontões na região do Solimões é bandeira branca.

As principais distribuidoras que operam no rio Solimões e sedes em Manaus, EQUADOR e ATEM, são empresas relativamente novas; isso exhibe a complexidade do mercado por estarem suscetíveis a falirem em função das rápidas mudanças do mercado ou serem incorporadas por grupos empresariais ou corporações do setor de energia que diversificam as ofertas de produtos e serviços pelo Brasil e pelo mundo (como foi o caso da distribuidora EQUATORIAL absorvida pela empresa EQUADOR); destacam-se as empresas: i) “Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda.”, iniciou suas atividades em 2002, em Manaus e Boa Vista. Hoje, atende os estados do Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e parte do Pará, por intermédio de cinco bases: Manaus, Rio Branco, Santarém, Vilhena e Porto Velho. Esta empresa faz parte de um grupo pernambucano constituído, além da Distribuidora Equador, pelas empresas: TFB – Terminais Fluviais do Brasil (Logística em armazenagem); Dislub Combustíveis Ltda. (distribuidora de combustíveis líquidos), Petroenergia Ltda. (importadora e distribuidora de coque de petróleo) e Arla Brasil⁴²; ii) “ATEM Distribuidora de Petróleo S.A.” é uma companhia regional presente nos estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Pará; está entre as 10 maiores distribuidoras do Brasil em termos de volume⁴³; iii) a Petrobrás, que vendeu quase 40% das ações da BR distribuidora, mas se faz presente com pontões apenas em Coari e Tabatinga; iv) A RZD é uma distribuidora regional com atividades em Manaus e Boa Vista, e possui apenas um representante em Jutuí.

Desta maneira, grande parte dos pontões do Solimões são bandeiras brancas (Tabela 6), pertencentes a empresários que não representam distribuidoras e por isso adotam nomes diferentes destas empresas. Porém, mesmo que não possuam bandeira de empresas, possuem relações com as grandes distribuidoras para adquirir combustível.

42 Disponível em: <http://equadorenergia.com.br/quem-somos/#distribuicao>. Acesso em: 2 jun. 2020.

43 Disponível em: <http://www.atem.com.br/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

Tabela 6 – Número de Pontões na região do Solimões

Município	Quantidade de Pontões	Empresas
ALVARÃES	3	2 BANDEIRA BRANCA 1 ATEM'S
AMATURÁ	1	1 EQUADOR
ANAMÃ	1	1 ATEM'S
ANORI	2	2 BANDEIRA BRANCA
BENJAMIN CONSTANT	3	3 BANDEIRA BRANCA
CAREIRO	2	1 ATEM'S 1 EQUADOR
CAREIRO DA VÁRZEA	2	2 ATEM
COARI	5	1 PETROBRÁS 1 ATEM'S 3 BANDEIRA BRANCA
CODAJÁS	4	1 EQUADOR 1 ATEM'S 2 BANDEIRA BRANCA
FONTE BOA	11	4 EQUADOR 1 ATEM'S 1 EQUATORIAL 5 BANDEIRA BRANCA
IRANDUBA	3	1 ATEM'S 2 BANDEIRA BRANCA
JAPURÁ	2	1 EQUATORIAL 1 BANDEIRA BRANCA
JURUÁ	1	1 ATEM'S
JUTAÍ	2	1 RZD 1 ATEM'S
MANACAPURU	8	4 ATEM'S 4 BANDEIRA BRANCA
MANAQUIRI	3	1 ATEM'S 2 BANDEIRA BRANCA
MARAÃ	1	1 EQUADOR
SANTO ANTÔNIO DO IÇA	3	1 EQUADOR 2 BANDEIRA BRANCA
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	1	1 EQUADOR
TABATINGA	7	2 EQUADOR 2 ATEM'S 1 PETROBRÁS 1 BANDEIRA BRANCA
TEFÉ	7	6 EQUADOR 1 BANDEIRA BRANCA
TONANTINS	2	1 EQUADOR 1 BANDEIRA BRANCA
UARINI	3	1 ATEM'S 2 BANDEIRA BRANCA

Fonte: Disponível em: <https://postos.anp.gov.br/consulta.asp>. Acesso em: 1 jun. 2020.

Estes pontões são reconhecidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e viabilizam os serviços e comércio provocando concorrência e competitividade no mercado de postos de combustíveis flutuantes; condicionando um equilíbrio dos preços e o enfraquecimento da organização de cartéis e monopólios de possíveis distribuidoras nos lagos urbanos como Tefé e Coari assim como nas proximidades fluviais de cidades do rio Solimões como Tabatinga, Manacapuru e Fonte Boa. Muitos pontões bandeira branca e mesmos outros bandeirados como os do lago urbano de Tefé trabalham com a distribuidora de botijão de gás FOGÁS que fornece os botijões aos empresários/armadores⁴⁴ tanto de pontões quanto de postos de combustíveis da cidade em terra firme.

Os pontões atuantes na região do rio Solimões com bandeira da distribuidora ATEM somam 19 flutuantes; da empresa EQUADOR há 19 também; 33 pontões são bandeiras brancas; a Petrobras possui 2 pontões estratégicos em Coari, sede de suas operações no Urucu e em Tabatinga na tríplice fronteira. A Equatorial aparece com 2 pontões, mesmo representada nos dados da ANP no momento não atua no Amazonas, os postos flutuantes cadastrados sob sua bandeira foram absorvidos pela EQUADOR atualmente. A empresa RZD possui apenas 1 pontão em Jutai.

Neste contexto, Tefé possui 7 pontões reconhecidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) bem como Coari possui 5 pontões reconhecidos por essa agência oficial do governo que legitima o funcionamento destes postos de combustíveis fluviais.

Entretanto, o reconhecimento dos pontões pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) que legitima a atividade dos pontões no Amazonas não se relaciona com a realidade nos lagos. Há muitos pontões que não constam nessa lista de agentes reconhecidos pela ANP. É o caso de Coari, que possui um pontão Ipiranga e dois pontões sem bandeiras que não são citados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) (Figura 21); Fonte Boa possui apenas 4 pontões e no registro da ANP está com 11, o maior número listado pela instituição no rio Solimões. Isso também ocorre em lagos de Maraã no rio Japurá onde há um pontão ATEM e não é contabilizado pela ANP, e em Tefé ocorre o contrário pois é contabilizado 7 pontões na relação da ANP, mas apenas 6 estão em atividade no lago.

A cidade de Codajás no Solimões possui maior diversidade de pontões, o que exibe a boa demanda, assim como Fonte Boa; são cidades sem lagos como Tefé e Coari fora da correnteza das águas barrentas do grande rio, que, na verdade, é uma hidrovia, dentre as maiores do país em extensão. Grande parte da clientela é composta pelos grandes navio-motores e as lanchas ajato que trafegam no percurso que compreende os 1.620 quilômetros entre Tabatinga e Manaus levando passageiros e cargas.

⁴⁴ Armador é a pessoa física ou jurídica que equipa, mantém e explora comercialmente a embarcação mercantil, podendo ser ou não proprietário dela (CNT, 2013, p. 272).

Figura 21 – Um pontão bandeira branca no lago urbano de Coari (acima); um pontão Ipiranga (ao centro); e o intenso tráfego nos pontões nesse respectivo lago urbano



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

As cidades de Fonte Boa, Codajás, Manacapuru com 8 postos flutuantes e Tabatinga com 7 exibem a força da presença de formas geográficas flutuantes em posições estratégicas no rio Solimões, rio relevante geopoliticamente com alta porosidade territorial (ARROYO, 2015), sendo o acesso fluvial de fronteiras internacionais do Brasil à Colômbia e ao Peru. Estas cidades se situam fora de lagos ou “rias amazônicas” com posição geográfica vulnerável à correnteza do severo rio Solimões, o que tende a tornar a atuação dos pontões mais suscetíveis a uma manutenção contínua e cara aos proprietários. É notória a modernização seletiva do território nessas cidades, formas espaciais flutuantes que corroboram para a integração e a produtividade espacial vinculada aos fluxos de embarcações civis e militares⁴⁵. Instalações Portuárias de Pequeno Porte (IP4) e pontões fazem parte da paisagem destas parcelas territoriais do Solimões que não possuem lagos urbanos.

Tais como estes pequenos pontos no rio Solimões, configurados como eixos de relações da navegação regional, o lago urbano de Tefé se apresenta com dimensões maiores e dinâmicas mais aprimoradas e diversificadas.

⁴⁵ Neste sentido, ressalta-se que Manaus, a metrópole e capital do Amazonas, possui 23 pontões reconhecidos pela ANP e Belém, capital do estado do Pará, possui 11 pontões. Isso exprime a força da produtividade espacial e centralidade fluvial manauara assim como de suas cidades satélite do Solimões inserida em sua Região Metropolitana como Manacapuru com 8 flutuantes. Tabatinga com 7 flutuantes possui a vitalidade urbana que compreende a tríplice fronteira com Brasil, Colômbia e Peru.

De onde agentes irradiam trabalho e inserem formas, normas e estruturas aos lugares circunvizinhos aptos a admitir os ventos do capital e gerarem vitalidade e produção. Desta maneira, reflete-se sobre o pontão da rede Tello de Tefé chamado “Telhinho I” situado em posição estratégica no rio Solimões fora do lago urbano de Tefé em limites territoriais do município de Juruá; onde a comunidade ribeirinha mais próxima se chama Tamanicuá, próximo da foz do grande rio Juruá, de um paraná com acesso ao rio Japurá e no centro da extensão geográfica do rio Solimões (Figura 22).

Figura 22 – Agentes espaciais do lago urbano de Tefé em Tamanicuá no rio Solimões



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Este pontão estabelecido em posição geográfica estratégica no rio Solimões em função da distância para cidades que possuem pontões é um representante da rede TELLO, postos de combustíveis de Tefé, com bandeira da distribuidora EQUADOR, esta mantém um pontão em lugar estratégico no rio Solimões, se configurando como um agente espacial que promove uma territorialidade flutuante, ampliando o domínio e controle do mercado de abastecimento para este setor da região com baixa presença de pontões, provocando interdependências hierárquicas que integram, a partir de uma centralidade fluvial, esta fração do território ao uso de técnicas contemporâneas de abastecimento e da oferta de produtos do seu mercado local. Isso demonstra uma solidariedade organizacional que amarra a região à atuação destes objetos técnicos.

Este pontão efetua uma intercambialidade funcional peculiar que o distingue em relação aos outros, tendo em vista que as funcionalidades admitidas e adaptadas no conjunto dessa estrutura de três grandes flutuantes onde as funções são divididas a partir de um pontão (flutuante de ferro com tecnologias diferenciadas para a venda de combustíveis em ambiente fluvial) e dois grandes flutuantes de madeira (onde um mercado e atracadouro se estruturam) realizam suas atividades em condições diferentes do lago de Tefé, já que a correnteza nesta fração do rio Solimões é maior.

Todavia, esse pontão apresenta uma expressividade diferenciada, pois além de atender as demandas referentes ao posto de combustíveis, venda de artigos e produtos comerciais em seu mercado com clientela diversificada tanto de embarcações de todos os tipos e tamanhos em trânsito no rio Solimões quanto dos ribeirinhos que vivem em comunidades ou em propriedades rurais que valorizam ainda mais a presença deste flutuante com acesso a um comércio sortido em função de residirem em lugares distantes de grandes centros regionais, o pontão Tello de Tamanicua admite a função domiciliar em razão de funcionários tefeenses morarem em quartos locais, e, finalmente, exerce a função de apoio institucional à embarcação da Unidade Básica de Saúde Fluvial da Prefeitura Municipal de Juruá (UBS Fluvial Juruá), onde os profissionais de saúde realizam a triagem das pessoas que se adentram ao município do Juruá em decorrência da Pandemia da Covid 19, o Coronavírus, que assola o mundo com seu maléfico poder de irradiação⁴⁶.

Os fluxos estabelecidos para manter este pontão em funcionamento nestas águas distantes e os fluxos de clientes para usufruir de suas funcionalidades promovem uma centralidade fluvial que se realiza a partir o lago urbano de Tefé, onde a rede urbana irradia suas formas e maneiras de levar seus agentes a outros lugares para direcionar funções espaciais. A adaptação e a ampliação das atividades destes permite que uma territorialidade flutuante proporcione a irradiação de tecidos urbanos (LEFEBVRE, 1999) para lugares “invisíveis” aos interesses do grande Capital e do próprio Estado.

“Os lugares não podem ser definidos exclusivamente pela presença, mas também pela ausência do ser” (SILVEIRA, 1999a, p. 446). As re-existências que promovem a presença de grupos sociais, populações tradicionais e a adaptação de objetos técnicos em lugares distantes de centros urbanos oferece um tipo de integração, uma reterritorialização (HAESBAERT, 2011) a partir da inserção de objetos e regulações muitas vezes estranhas ao lugar e condutoras das relações geradoras de emprego e renda aos locais, isso acaba por proporcionar uma modernização seletiva do território. Muito disso diverge do ritmo de vida das pessoas e do desempenho dos objetos previamente estabelecidos no lugar; atores de uma territorialização

46 Entrevista concedida pelo Sr. Aderilson, gerente do pontão “Telhinho I” da rede de postos de combustíveis Tello. Juruá, 4 abr. 2020.

amazônida eficiente, mas lenta e incompleta. Esses lugares desprovidos de infraestruturas de educação, saúde e segurança adequados se inserem em um tipo de desterritorialização (HASEBAERT, 2011), provocando uma vulnerabilidade social e uma dependência de centros urbanos vizinhos distantes como Tefé em razão da carência desses elementos espaciais.

Por conseguinte, parte da expressividade do papel de um flutuante pontão nestes rincões está ligada à integração destas populações à forma geográfica que lhes providencia acesso à rede urbana provedora de recursos materiais e imateriais por intermédio dos tickets ou cartões de internet acessados pelo celular e onde as recargas de celulares pré-pagos são disponíveis no pontão. Recursos necessários à vida cotidiana urbana e ao símbolo de reconhecer equipamentos e formas espaciais advindos do meio geográfico contemporâneo, difundidos pela capacidade de consumo assim como da iniciativa de agentes espaciais que propicia acessibilidade aos produtos, mercadorias e ideias veiculados pela expansão capitalista aos mais distantes lugares do globo. Uma “socialização capitalista territorialmente ampliada” (SANTOS, 1996, p. 254) se realiza, desencadeando uma dependência funcional entre estes lugares e os centros que os abastecem, no caso, o lago urbano de Tefé, sede da rede Tello de postos de combustíveis flutuantes.

Este exemplo do pontão da rede de postos de combustíveis tefeense atuando fora do lago urbano de Tefé se adéqua a uma reflexão sobre microterritorialidades socioespaciais que remete a estratégias de usos, apropriação e controle de pequenas porções do espaço urbano ou regional por parte de grupos sociais ou agentes espaciais por vezes invisíveis pela sociedade e pelas políticas públicas⁴⁷. Desta forma, apenas um agente, no caso o pontão Telhinho I, possui capacidade de consubstanciar meios geográficos, temporalidades, tramas horizontais e verticais e mercados diferenciados promovendo urbanidade a partir de um objeto que serve como encontro, a convergência e a disponibilidade de opções peculiares do ambiente urbano que só pode ser usufruído por intermédio da informação e da técnica. Discute-se isso com o fim de refletir o pontão como um lugar de encontro assim como os postos de gasolina que oferecem as lojas de conveniências onde os jovens se encontram nas grandes e médias cidades, porém no pontão são os comunitários ribeirinhos e os viajantes que se descobrem e renovam seus laços de solidariedade⁴⁸.

47 Apropriação e adequação da microterritorialidades regionais enquanto tema ainda estão em processo de consolidação teórico-metodológica pela Geografia. No entanto, Turra Neto (2013, p. 7) define que: “o tema das microterritorialidades nas cidades remete a estratégias de uso, apropriação e defesa de pequenas porções do espaço urbano por parte de grupos sociais, como: jovens, mulheres, homossexuais, travestis, negros, entre tantas outras alteridades, quase sempre invisibilizadas, seja pela sociedade em geral, seja pelas políticas públicas e pela ciência, mas que, subterraneamente, também produzem a cidade, tanto material quanto imaterialmente, porque produzem espaços e formas culturais de convivências específicas” (TURRA NETO, 2013, p. 7).

48 Entrevista concedida pelo Sr. Aderilson, gerente do pontão “Telhinho I” da rede de postos de combustíveis Tello. Juruá, 4 fev. 2020.

Outros parâmetros relacionados às atuações que proliferam centralidades fluviais e territorialidades flutuantes a partir do lago urbano de Tefé podem ser discutidos via as ações das instituições militares baseadas em Tefé. O Exército em Tefé com a 16ª Base Logística de Selva unidade da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (ver Figura 8 anterior) realiza o controle e domínio de determinadas frações do lago de Tefé para que suas embarcações de logística e combate ancorem e irradiem suas missões por todo o Solimões e afluentes. A Capitania dos Portos é a instituição responsável para realizar a presença e a fiscalização em escala federal das águas da região apoiando a Marinha do Brasil em missões militares e sociais (ver Figura 9 anterior) juntamente com a Polícia Militar e Federal (ver Figura 6 anterior) realizam esporadicamente ações conjuntas contra o tráfico de drogas e a pirataria. As instituições religiosas representadas pela Prelazia de Tefé da Igreja Católica, a qual se configura como um agente histórico-social de construção, planejamento e gestão do território (QUEIROZ, 2015a); nas últimas décadas destaca-se a centralidade fluvial e territorialidade flutuante das igrejas evangélicas em centenas de comunidades e lagos de toda a região do Solimões, dentre essas instituições os flutuantes evangélicos mais notórios são pertences aos cultos realizados pelas igrejas: “Assembleia de Deus”, “Deus é Amor” e “Universal”.

Porém, as relações do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM) remetem a uma atuação excepcional quanto à territorialidade flutuante empreendida a partir do lago de Tefé que corrobora para a centralidade fluvial proveniente das ações e práticas deste agente espacial sem parâmetros comparativos com outras cidades ou lagos (Figura 23).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é uma grande Unidade de Conservação que abrange parte dos territórios dos municípios de: Fonte Boa, Maraã, Japurá⁴⁹, Tonantins e Uarini pertencente à bacia hidrográfica do Japurá, mas é em Tefé que o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM) é sediado e gere as atividades realizadas na Reserva.

49 Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/789>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Figura 23 – O conjunto de flutuantes do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) no lago urbano de Tefé



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Esta entidade civil com base administrativa em Tefé funcionaliza atividades institucionais em razão das infraestruturas aeroportuárias, instituições públicas, firmas de fornecimento de serviços e comércio disponíveis; as relações do IDSM abrangem agentes internacionais, tais como universidades, instituições de fomento à pesquisa e ecoturistas (QUEIROZ, 2017); suas atividades ecoturísticas da Pousada Uacari na Reserva permitiram o seu reconhecimento como um dos melhores destinos ecoturísticos do mundo (QUEIROZ, 2016, p. 101). São dos flutuantes próprios do IDSM localizados no lago urbano de Tefé que os turistas europeus, americanos e de outros estados brasileiros iniciam a viagem para a Reserva em voadeiras rápidas. A Pousada Uacari possui técnicas sustentáveis de manutenção como energia solar, reciclagem hídrica e de resíduos sólidos, e capacita e treina indivíduos das comunidades locais para realizar as tarefas cotidianas relacionadas ao apoio aos pesquisadores e manutenção da pousada e atividades ecoturísticas de entretenimento.

Deste modo, os agentes espaciais do lago urbano de Tefé irradiam ações e funções para além do município; no entanto, este lago também atrai outras pessoas, firmas e agentes para o uso de atividades veiculadas aos agentes espaciais locais. Uma “especialização do espaço” para “servir as necessidades inadiáveis da população” (SANTOS, 2008 [2002], p. 87) se realiza; onde os ventos que levam produtos industrializados de espaços

luminosos se adentram a partir da oferta destes pelos agentes espaciais tais como os pontões, as instituições, as oficinas, os restaurantes e bares, etc.

Cabe refletir sobre atuação de sujeitos sociais nessa região periférica da formação socioespacial brasileira que promovem a expansão de suas atividades a partir de uma cidade média amazônica como Tefé, uma cidade pequena, mas com responsabilidades territoriais institucionais enormes, ocasionando impactos sociais, econômicos e culturais imensos. Conseqüentemente, novos espaços de fluxos se estabelecem, como em Tamanicua com a atuação do pontão Telhinho I e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá com a pousada Uacari, corroborando para que a circulação de produtos, objetos, pessoas e normas tenham novos meios e mercados que possibilitam sua absorção e consumo. Os flutuantes exprimem a especialização do trabalho e ampliação da capacidade que certos lugares admitem de prover capital enquanto relações.

O lago urbano de Tefé conjuga a forma flutuante tradicional que produz a fluidez efetiva e potencial (SANTOS, 2000) inerente aos movimentos advindos do trabalho material, porém admite as novas instruções que constituem a fluidez virtual, das ordens, informações e técnicas advindas da racionalidade hegemônica. No entanto, as normas e ações da economia-mundo só se realizam nesses espaços com resistência na admissão desta lógica quando houver o respeito e o entendimento dos ritmos impostos pela natureza da região representada em seu grande rio Solimões, ali “quem vence o rio, vence o mundo”; bem como da cultura de suas populações ribeirinhas que há séculos realizam a leitura do melhor uso das águas da maior floresta tropical do planeta sem que esta retribua com escassez de suas potencialidades naturais. “Populações invisíveis” à grande parte da sociedade brasileira e mundial e por isso sujeitas à “invisibilidade social” (PAULA, 2019, p. 96) acabam por perpetuar um “modo de produção amazônico”, caboclo, ribeirinho; onde os rios e sua lógica providenciam e selecionam os objetos técnicos que podem ou não funcionalizar emergências que provêm interdependências capitalistas, mas também inserção cidadã ou mesmo um pouco de dignidade social.

CONCLUSÃO

A partir da discussão do papel dos flutuantes dos lagos urbanos de Tefé e Coari para o desenvolvimento regional e à integração territorial da região do Solimões no Amazonas, buscou-se contribuir para o entendimento das funções executadas pelas estruturas flutuantes que geram e moldam formas espaciais construídas a partir de processos espaciais estabelecidos.

Os lagos urbanos do Solimões efetuam diferentes funcionalidades a partir do papel que as cidades de Tefé e Coari exercem na dinâmica da circulação regional nesta parcela da formação socioespacial brasileira. Primordialmente, o aumento da população, a intensificação das relações e a ampliação sem planejamento da cidade contribuíram para que a rede urbana se expandisse e adentrasse ao meio fluvial no lago de Tefé; posteriormente, como produto desse processo emergiu uma comunidade flutuante suscetível às influências de espectros urbanos provenientes e dispersos nas águas próximas à cidade que transportam a urbanidade e a vitalidade urbanas pertinentes aos deslocamentos entre cidade-lago-cidade, à diversidade de funções espaciais ofertadas e aos aportes institucionais urbanos que provê o ritmo citadino aos que trabalham, vivem e frequentam no lago urbano de Tefé.

Este estudo promove subsídios para compreender que as formas espaciais flutuantes identificadas no lago urbano de Tefé promovem: i) geração de emprego e renda por intermédio das funções comerciais, institucionais e de serviços no lago; ii) inserção social via o acesso de muitos moradores segregados residencialmente da cidade inseridos às próprias custas em áreas sociais flutuantes constituídas de domicílios flutuantes mais baratos que podem ser comprados ou alugados; esta moradia e endereço fluvial subsidiam a reinserção social aos aportes urbanos institucionais públicos disponíveis na cidade tais como escolas, universidade, hospital e delegacia; iii) integração via os deslocamentos e disponibilidade de meios de transportes de baixo custo; iv) a dinâmica de agentes espaciais gestores das formas geográficas flutuantes que repercutem seus resultados econômicos e sociais com a toda região e não apenas com Tefé, cidade que polariza e gere as relações nesse subespaço.

As formas espaciais flutuantes solidárias de Tefé são resultantes de processos espaciais que proporcionam interações propícias para a irradiação de fluxos e articulações benéficas ao bom desempenho das funções dos elementos espaciais disponíveis no seu lago urbano, promovendo uma produtividade espacial resultante do aperfeiçoamento dos objetos técnicos destinados a aprimorar a produção baseada na circulação regional dinamizada, principalmente, pelo transporte fluvial. Dessa forma, esta especialização funcional promoveu uma especialização do espaço via o

desempenho produtivo das formas geográficas flutuantes advindas da adequação à produção dos objetos técnicos flutuantes. Firmas, instituições e indivíduos usufruem desta dinâmica dos processos contribuindo para o estabelecimento das formas espaciais que promovem um sistema espacial flutuante baseado na fricção de tempos inerentes à atuação de diferentes divisões sociais e econômicas do espaço neste lago urbano de Tefé.

Os processos espaciais de centralização, descentralização, as áreas sociais secundárias especializadas, segregadas e cristalizadas permitem que as formas espaciais do lago urbano de Tefé refuncionalizem dinâmicas e mantenham antigas funções que ainda possuem um papel integrador importante para os ribeirinhos urbanos. No entanto, novas estruturas impactam a dinâmica local com funções modernas e aceleradas, inserindo comportamentos geográficos e territoriais provenientes das interdependências de solidariedades organizacionais advindas de ordens e normas de agentes externos. Os pontões, as instituições públicas de diferentes esferas hierárquicas e instituições civis como do Instituto Mamirauá revelam novas forças e formas geográficas escamoteadas à comunidade flutuante e ao mesmo tempo expostas aos interesses e ações de agentes espaciais que com elas se relacionam.

O controle das águas pelas funções e estruturas espaciais difundem processos antes dinamizados apenas na cidade apreendendo frações territoriais e controlando mercados emergentes do entorno ainda rural. Essa territorialidade flutuante efetuada por determinados agentes espaciais flutuantes revela a presença de interdependências e de uma solidariedade organizacional resultantes da dinâmica de um espaço de fluxos que ao mesmo tempo que integra subespaços possibilita a desintegração de tradicionais formas orgânicas de solidariedades.

Neste contexto, foi possível compreender que formas espaciais flutuantes hierárquicas já atuaram nas águas urbanas manauaras com a Cidade Flutuante de Manaus; no entanto, atualmente em Coari, se realizam a partir de uma sucessão de eventos e arranjos espaciais formadores de situações geográficas que condicionam processos e formas espaciais vinculadas a uma compartimentação do espaço; onde a fluidez virtual formada por informações segredos, ordens e técnicas advindas de centros longínquos atravessa o território sem repercutir seus benefícios e resultados positivos no entorno do lugar flutuante; fragmentando o território e propiciando o surgimento de formas espaciais flutuantes hierárquicas vinculadas à segregação residencial e áreas sociais cristalizadas que se reproduzem na vizinhança de áreas sociais especializadas e de produção de serviços e comércio atendem a uma solidariedade verticalizada com pouca capacidade de socializar os ganhos da produtividade espacial efetuada no local. Essas formas espaciais que condicionam à submissão da comunidade flutuante às consequências de gestões administrativas com eficiência restrita para o pleno funcionamento dos serviços públicos vinculados à segurança e à inserção social.

Em função destes vetores, o lago urbano de Coari, cidade que se configura como segundo maior centro urbano do Médio Solimões, apesar de possuir uma população rural muito maior que a de Tefé, possui poucas relações com a região. Formas espaciais que denotam uma integração dependente efetuada por flutuantes que perpetuam funções de divisões territoriais do trabalho pretéritas nutridas pelo vigor da rigidez das normas e formas espaciais flutuantes hierárquicas que provocam uma retenção do desenvolvimento, pois as bases e subsídios para que este ocorra não são aprimoradas. Logo, estas formas espaciais flutuantes hierárquicas proporcionam ao lago urbano de Coari pouca capacidade de contribuir ao desenvolvimento regional, apesar de a zona periférica fluvial do centro possuir infraestruturas portuárias superiores a Tefé o que corrobora, mas não se realiza uma comunicação espacial efetiva, mas sim uma integração funcional com manutenção de fluxos regionais da rede transporte fluvial que perpassa pela cidade gerindo a reprodução e acumulação de capital, porém com limitada capacidade de integração territorial baseada na difusão do processo de consumo à região, fortalecendo as articulações espaciais e as interações entre diferentes agentes com a sociedade.

O crescimento e diversificação das funções espaciais dos flutuantes no rio Solimões no Amazonas promove a evolução do turismo e do comércio com hotéis, hostels, restaurantes, pontões, mercadões e domicílios. As perspectivas das formas espaciais produzidas a partir de formas geográficas flutuantes são positivas em função da Amazônia se configurar como um complexo de ilhas fluviais, de rios e suas diferentes formas que geram lagos, igarapés e paranás ao labirinto amazônico. Os lagos urbanos oferecem o abrigo de navegadores e agentes e infraestruturas à força da juventude do grande “rio-mar”, o Solimões, primeira seção brasileira do maior rio do planeta antes de se encontrar com o rio Negro em Manaus.

Este trabalho sobre a dinâmica das formas espaciais flutuantes promoveu a reflexão do comportamento espacial de objetos geográficos de regiões longínquas frente ao avanço do processo de globalização. Esforço capitalista maior para apreendê-los do que realizado em grandes centros urbanos mundiais, onde a racionalidade hegemônica é mais densa assim como o meio geográfico contemporâneo, o meio técnico-científico-informacional.

Mas talvez estejam nos pequenos e distantes lugares as respostas para os problemas relacionados aos aprimoramentos da dinâmica da produção das grandes cidades, pois são nesses lugares esquecidos pelo grande capital que ainda se encontram a solidariedade e a capacidade de irradiação de ganhos, de socialização de bens e difusão de sentimentos, habilidade muitas vezes esquecida e até mesmo perdida em lugares mundiais onde a ânsia por acumulação proveniente de determinados agentes espaciais provoca entropias sociais, verticalidades regionais e desintegração territorial. Cabe aos produtores do espaço, às pessoas, o provimento das bases para o entendimento do papel dos invisíveis na construção do mundo.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Tradução: Helena Ferreira, Revisão Técnica: Moacyr Werneck de Castro, Revisão: José Tedin Pinto. Rio de Janeiro: Agir, 1994 [1641].

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865 – 1866*. Tradução: João Etienne Filho. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ARROYO, Mónica. *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs). *Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização*. São Paulo: Annablume, 2015.

BATES, Henry Walter. *Uma naturalista no rio Amazonas*. Tradução: Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979 [1876].

BECKER, Bertha K. *Amazônia - geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re) produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1972].

CATAIA, Márcio. *Território usado e federação: novos agentes e novos pactos*. In: DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus Augusto Avelino. *Lugar-mundo: perversidades e solidariedades: encontros com o pensamento de Milton Santos*. Natal: EDUFRN, 2011.

CNT. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. *Pesquisa CNT da na-vegação interior 2013*. Brasília: CNT, 2013.

CONTEL, Fabio Betioli. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Laura Silveira. São Paulo, 2006.

CORRÊA, Roberto lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CORRÊA, Roberto lobato. *Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano*. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida de; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *CIDADES*, v. 4, n. 6, p. 62-72, set. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. Rio de Janeiro: 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. Ordenamento territorial e Amazônia: vinte anos de experiência de zoneamento ecológico e econômico. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. (orgs.). *Amazônia: natureza e sociedade em transformação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FROTA, Arlan Justino. *Entre rios e a cidade: os flutuantes de Tapauá no Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.

GARCIA, Etelvina. *A Petrobras na Amazônia: a riqueza que vem do Solimões*. Manaus: Norma Editora, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazonas*. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, Alice Rauber. Urbanidade e as novas configurações urbanas. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (I ENANPARQ). *Anais [...]* Rio de Janeiro: ENANPUR/UFRJ, nov/dez, 2010, p.1-10.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades: 2007/IBGE*. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas do Censo 2010*. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias – 2017*. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

- JOBIM, Anísio. *Panoramas amazônicos III*: Tefé. Manaus: TYP Phenix, 1937.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução: Sérgio Martins. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Tradução, introdução e notas: Antonio Porro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001 [1869].
- MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider (Colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs). *O Brasil, a América Latina e o Mundo*: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/ Anpege, 2008.
- PAULA, Cristiano Quaresma de. Geografias das ausências e geografias das emergências. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 1, p. 95-111, abr. 2019.
- PESSOA, Protásio Lopes. *História da Missão de Santa Teresa Dávila dos Tupebas – Tefé*. Manaus: Editora Novo Tempo Ltda, 2005.
- PRAIA, Kellem; QUEIROZ, Kristian. Desterritorialização urbana – o caso do “Riacho” na cidade de Tefé. In: I Colóquio Nacional do Escritório Geográfico-Ambiental (EGA). *Anais* [...]. Tefé: jan, 2020.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *Entre motores e velas – os racionamentos e interrupções de energia elétrica no Amazonas*. Curitiba: Editora CRV, 2012a.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *Discutindo geografia*: seis artigos sobre a realidade tefeense. Manaus: BK editora, 2012b.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *A formação histórica do território tefeense*. Curitiba: Editora CRV, 2015a.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Solidariedade verticalizada e fragmentação territorial no Médio Solimões. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. *Anais* [...]. Campinas: UNICAMP, out. 2015b.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Elementos espaciais e centralidade periférica - o caso de Tefé no Amazonas. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 10, p. 92-110, 2016.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *Integração e globalização relativizada – uma leitura a partir de Tefé no Amazonas*. Manaus: UEA Edições, 2017.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Globalização e integração territorial – o caso da região de Tefé no Amazonas. *Confins Revue*, v. 35. n. 35. Paris: 2018.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. As múltiplas territorialidades das lanchas de passageiros no rio Solimões. In: V Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas cidades - V Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades – Cidades em territórios e territórios em cidades: Dos corpos ao mundo. *Anais [...]*. Presidente Prudente: UNESP, nov. 2018b.

QUEIROZ, Claudemir. *História de Tefé para estudantes*. Manaus: Editora & Gráfica Manaus, 2018c.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Transporte fluvial no Solimões: uma leitura a partir das lanchas Ajato no Amazonas. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 2, p. 322-341, ago. 2019a.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. As lanchas “ajato” no Solimões: modernização pretérita e integração territorial. *Novos Cadernos NAEA*, v. 22, n. 1, p. 89-109, jan-abr. 2019b.

RAMALHO, Mário Lamas. *Território e macrossistema elétrico nacional: relações entre privatização, planejamento e corporativismo*. Dissertação (MESTRADO – Geografia humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

REZENDE (et al). Urbanidade na cidade informal: uma abordagem operativa. In: XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVIII ENANPUR). *Anais*. Natal: ENANPUR, 2019, p. 1-20.

ROSS, Michael L. *A maldição do petróleo*. Porto Alegre: CDG, 2015.

SALAZAR, João Pinheiro. *O Abrigo dos Deserdados*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [2002].

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979].

SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1981].

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1985].

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1987].

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado – fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 [1988].

SANTOS, Milton. Meio técnico-científico e urbanização; tendência e perspectivas. *Resgate, Revista de Cultura*, n. 3. UNICAMP, 1991.

SANTOS, Milton. O modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, Ano IV, n. 6, jan/jun, 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1993].

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1996].

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2011 (2000).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 [2001].

SILVA, Amanda Caroline Cabral da Silva (et al). Caracterização geomorfológica do “Lago” de Tefé. XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - XII Enanpege. *Anais*. Porto Alegre: out. 2017.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Falta de demanda e deficiência do sistema produtivo brasileiro: contribuições dos eixos de desenvolvimento e dos arranjos produtivos locais. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs). *Cidades médias: produção do espaço*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Revista Ciência Geográfica*, vol. XV. n. 15. Bauru, jan-dez, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999a.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território*, Ano IV, n. 6, jan/jun, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. VIII, n. 451. Universidad de Barcelona, 15 jun. 2003.

SORRE, Maximilien. *Max Sorre: geografia*. Organização e Tradução: Januário Francisco Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, Leno Barata. “*Cidade Flutuante*” – *uma Manaus sobre as águas (1920-1967)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Yara Aun Kuory, 2010.

SOUZA, Leno Barata. Cidade flutuante uma Manaus sobre as águas. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 8, n. 3, p. 115-146. Campinas, mai/ago, 2016.

SOUZA, Leno José Barata. A “*Cidade Flutuante*” de Manaus: discutindo conceitos. *AEDOS*, v. 3, n. 6. UFRGS - Porto Alegre, 2010.

SPIX, Johan Baptiste Von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer, revista por B.F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3. ed. v. 3. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/ Instituto Nacional do Livro - MEC, 1976 [1938].

TAYLOR, Peter James. External urban relational process: introducing central flow theory to complement central place theory. *Urban Studies. Glasgow: Sage Journals*, v. 47, n. 13, p. 2803-2818, 2010.

TIAGO, Eliana Rodrigues. *Ambiente flutuante: os significados e identidade de lugar de moradores de casas flutuantes*. (MESTRADO – Psicologia) Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. *Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRINDADE JR, Saint-Clair da. Políticas públicas, dinâmicas subregionais e particularidades urbanas na Amazônia: entre horizontalidades e verticalidades. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SILVA, Charlei Aparecido da; MATIAS, Lindon Fonseca (orgs). *Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais*. Dourados: Editora UFGD, 2013.

TRINDADE JR, Saint-Clair da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, n. 5, p. 113-137, mar./set. 2010.

TURRA NETO, Nécio. Microterritorialidades nas cidades: uma introdução à temática. *Cidades*, v. 10, n. 17, 2013.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2012 (2001).

SOBRE O AUTOR



Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas lotado no Centro de Estudos Superiores de Tefé. Possui pós-doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2017). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2015). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2011). Especialista em recursos naturais e meio ambiente pela Universidade do Estado do Amazonas (2007). Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (2006). Atua principalmente em temas ligados a geografia humana, geografia econômica e regional, integração territorial, educação ambiental e aforismos poéticos filosóficos.

Janeiro de dois mil e vinte e dois, cento e cinquenta e três anos da
publicação de *Viagem pelo rio Amazonas*, de Paul Marcoy.



para conhecer mais da *editora*UEA e de nossas publicações, acesse nosso site
e nos siga nas redes sociais

editora.uea.edu.br

ueaeditora





AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



editora
UEA

